

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUANA FERNANDA ALVES VIEIRA

POR UM ABOLICIONISMO PENAL ANTIRRACISTA: CENTRALIZANDO A RAÇA NO  
DEBATE ABOLICIONISTA BRASILEIRO A PARTIR DE ANGELA DAVIS

CURITIBA

2021

LUANA FERNANDA ALVES VIEIRA

POR UM ABOLICIONISMO PENAL ANTIRRACISTA: CENTRALIZANDO A RAÇA NO  
DEBATE ABOLICIONISTA BRASILEIRO A PARTIR DE ANGELA DAVIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao curso de Direito, Setor de Ciências  
Jurídicas, Universidade Federal do Paraná,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Katie Silene Cáceres  
Arguello.

CURITIBA


2021

TERMO DE APROVAÇÃO

POR UM ABOLICIONISMO PENAL ANTIRRACISTA: CENTRALIZANDO A RAÇA NO DEBATE ABOLICIONISTA  
BRASILEIRO A PARTIR DE ANGELA DAVIS

LUANA FERNANDA ALVES VIEIRA

Monografia aprovada como requisito parcial para  
obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade  
de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade  
Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:




---

Katie Silene Cáceres Arguello  
Orientador


---

Coorientador



---

Victor Sugamoto Romfeld  
1º Membro



---

Daniel Fauth Washington Martins  
2º Membro

Dedico este trabalho ao povo negro brasileiro, cujos gritos históricos hão de ser ouvidos por este país. Em especial, dedico àqueles que foram vítimas do Estado, pela bala ou pelo cárcere, bem como às suas mães e aos seus familiares. Esta brava gente, presente!

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Valda e Fernando, pelo apoio e amor de uma vida. Obrigada por sempre terem acreditado em mim, pelo investimento que despenderam em meu favor, e por nunca terem largado a minha mão. Digo, com sinceridade: sem vocês, o presente momento, de estar escrevendo os agradecimentos de uma monografia que finda o curso de Direito em uma universidade pública, não teria sido possível.

À minha irmã Laísa, por sempre estar apenas um quarto de distância a me aconselhar, animar e ajudar a assoprar para longe os desânimos que sempre acompanham o fazer de um trabalho como este e, de um modo geral e contínuo, na vida. Obrigada pelos conselhos e companhia nos mais diversos dos momentos.

Aos amigos que cultivei ao longo da faculdade e fora dela, por toda as experiências de alegrias e dramas partilhadas em conjunto. As conversas, as risadas, os consolos, as ajudas, os conselhos, enfim, todos os momentos em companhia fizeram estes anos mais leves, especiais e memoriosos.

Aos meus professores, do ensino infantil à graduação, por toda a carga que fora dedicada a possibilitar a minha formação. Agradeço em especial àqueles que serviram para mim como inspiração de luta para transformação da realidade, para a busca constante de um mundo mais justo e igual. Os ensinamentos destes, tenham certeza, estão alocados em cada canto deste trabalho.

*Logo o Estado, que é o Crime Organizado em Pessoa, vem taxar os nossos filhos de “suspeitos” ou “bandidos” e, além do mais, decretar sumariamente a “pena de morte”, em flagrante contradição com as suas próprias leis?! Que moral tem este Estado e seus agentes para falar de quem quer que seja?! Ainda mais de Nós e de nossas Famílias de Trabalhadores?! O quê os seus agentes conheciam da história, das famílias e das trajetórias dos meninos e meninas mortos nas ruas a esmo, simplesmente por serem pobres e pretos, ou por estarem “na hora errada no local errado”?! Qual o critério para se taxar, julgar e se decretar a pena de morte a quem quer que seja?! Até que ponto eles acham que podem chegar tirando seus próprios “cidadãos” de otários, de imbecis – como fazem desde os tempos da colônia e da escravidão?! Será que eles acham que a população comum, o povo pobre, negro, das periferias, a maioria da sociedade, enfim, nunca vai se rebelar frente a tanta violência e mentira?!*

*(Depoimento das Mães de Maio sobre o assassinato pelo Estado dos mais de 500 jovens pobres e negros nascidos e criados na periferia de São Paulo – seus filhos – entre os dias 12 e 20 de maio de 2006)*

## RESUMO

O presente trabalho argumenta que o abolicionismo penal no Brasil deve estar aliado à luta antirracista. Para tanto, em um primeiro momento, buscou-se evidenciar, a partir dos instrumentos oferecidos pelo pensamento decolonial latino-americano, de autores do pensamento negro brasileiro e de autores que pensam raça e racismo, a intrínseca relação que o sistema penal travou, desde o seu nascedouro, com a população negra, por meio do resgate dos signos que a colonização, o genocídio e a escravização deixaram na formação social brasileira e no tipo de relacionamento que o Estado travaria com este segmento. Em um segundo momento, utilizando-se dos aportes da criminologia crítica, buscou-se evidenciar o estado de deslegitimação que o sistema penal fora deixado após o seu encontro com este marco teórico, apresentando, também, a política-criminal alternativa mais radical que surge neste mesmo contexto de deslegitimação: o abolicionismo penal. A partir de todas estas conquistas teóricas, procura-se demonstrar, então, a crítica da crítica: a percepção, majoritariamente por autoras e autores negras(os), de que o potencial da criminologia crítica e do abolicionismo penal têm sido subaproveitados, pela falta de incorporação radical do debate da questão racial. Apontam-se, neste sentido, lacunas do campo em debater sobre colonialidade, epistemicídio, branquitude e relações raciais, das quais é levantada como hipótese explicativa a hegemonia branca e masculina da academia brasileira. Exemplo de tal fato é a falta de pesquisas acadêmicas acerca do abolicionismo penal que dialoguem com os escritos de Angela Davis sobre o tema. Nesses termos, apesar de Davis ser estadunidense e levar o sistema penal deste país em conta em suas análises, há um elemento que liga nossa realidade com à daquele país: as heranças da escravidão que ainda podem ser notadas na atuação contemporânea de ambos os sistemas penais. Por ser assim, Davis, ativista e pesquisadora negra, que defende abertamente a abolição das prisões há mais de duas décadas, realiza análises que contêm percepções e esclarecimentos indispensáveis para uma compreensão efetiva do modo de atuação do sistema penal no Brasil. O silenciamento de suas produções pela academia brasileira é um grave déficit epistemológico e político aos estudos abolicionistas do Brasil.

**Palavras-chave:** Racismo. Sistema Penal. Criminologia Crítica. Abolicionismo Penal. Angela Davis.

## **ABSTRACT**

This paper argues that penal abolitionism in Brazil must be articulated with the anti-racist movements. To this end, it was sought to show, at first, from the perspectives offered by latin american decolonial thought and from authors of Brazilian black thought and that think race and racism, the intrinsic relation that the penal system have been having, since its birth, with the black population, through the rescue of the signs that colonization, genocide and enslavement obtained in the Brazilian social formation and in the type of relationship that the State would have with this segment. In a second step, using the contributions of critical criminology, we sought to highlight the state of delegitimization that the penal system was carried out after meeting with this theoretical framework, presenting, as well, the most radical alternative criminal policy that emerged in this same context of delegitimization: the penal abolitionism. Based on all of these theoretical achievements, we seek to demonstrate, then, the critique of the criticism: the perception, mainly by black female and male authors, that the potential of the critical criminology and the penal abolitionism have been underutilized, due to the lack of radical incorporation of the racial debate. In this sense, gaps in the field are pointed out in debating coloniality, epistemicide, whiteness and race relations, of which the white and male hegemony of the Brazilian academy is raised as an explanatory hypothesis. An example of this is the lack of academic research on penal abolitionism that dialogs with Angela Davis' writings on the subject. In these terms, despite Davis being American and taking the penal system of this country into account in her analyzes, there is an element that links our reality with that country: the legacies of slavery that can still be found in the contemporary performance of both penal systems. Because of this, Davis, a black activist and resercher, who has openly defended the abolition of prisons for more than two decades, carries out analyzes that allow insights and clarifications that are essential for an effective understanding of how the penal system operates in Brazil. The silencing around her productions by the Brazilian academy is a serious epistemological and political deficit in abolitionist studies in Brazil.

**Keywords:** Racism. Penal System. Critical Criminology. Penal Abolitionism. Angela Davis.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>2 O “PROJETO DA MODERNIDADE”: O SISTEMA PENAL BRASILEIRO COMO PRODUTO COLONIAL.....</b>	<b>12</b>
2.1 DO COLONIALISMO À COLONIALIDADE: A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE RAÇA.....	12
2.2 DA EXPLORAÇÃO NO ESCRAVISMO AO ABANDONO NO “TRABALHO LIVRE” .....	18
2.3 DOS AÇOITES ÀS PRISÕES: RAÍZES COLONIAIS E CONTINUIDADES RACISTAS DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO.....	28
<b>3 DESVENDANDO A SELETIVIDADE RACIAL DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO PELA CRIMINOLOGIA CRÍTICA E O PENSAR ABOLICIONISTA PENAL.....</b>	<b>37</b>
3.1 CRIMINOLOGIA TRADICIONAL E CRIMINOLOGIA CRÍTICA.....	37
3.2 PENAS PERDIDAS: O SISTEMA PENAL DESLEGITIMADO.....	43
3.3 OS SISTEMAS PENAIIS NA AMÉRICA LATINA: UMA LÓGICA GENOCIDA..	51
3.4 DELINEANDO O GENOCÍDIO: O RACISMO DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO EM NÚMEROS.....	54
3.5 ALTERNATIVAS: O PENSAR ABOLICIONISTA PENAL.....	61
<b>4 POR UM ABOLICIONISMO PENAL ANTIRRACISTA.....</b>	<b>67</b>
4.1 QUESTIONAMENTOS À CRIMINOLOGIA CRÍTICA E AO ABOLICIONISMO PENAL.....	67
4.2 O ABOLICIONISMO PENAL DE ANGELA DAVIS.....	74
4.2.1 Breve apresentação de Angela Davis: vida e obra.....	74
4.2.2 “Da prisão da escravidão à escravidão da prisão”: aproximações do contexto estadunidense com o brasileiro.....	76
4.2.3 A democracia da abolição: aspectos centrais da teoria abolicionista de Angela Davis...	82
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>93</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é interdisciplinar por excelência. A partir da história, da sociologia, da criminologia e do direito tenta compreender questões que sempre constituíram incômodos e inquietações ao longo desta trajetória acadêmica. Afinal, acredita-se que não é possível estudar as atuais manifestações do sistema penal brasileiro sem se aprofundar na história da formação social deste país. Em verdade, tentar compreender qualquer fenômeno atual no Brasil sem uma análise do fato histórico social mais importante para a formação brasileira – os mais de trezentos anos de escravismo colonial –, e de todas as profundas consequências que ele deixou em nossa sociedade, dentre elas a desumanização das negras e dos negros brasileiros, é, nas palavras de Clóvis Moura, “descartar ou escamotear o fundamental”.<sup>1</sup>

Acredita-se, também, que para desconstruir as estruturas – como é a premissa primeira do tema deste trabalho, o abolicionismo penal – é necessário historicizar. E é necessário historicizar para desnaturalizar. E desnaturalizar é o primeiro passo para mudar. Isto é, historicizar é essencial a fim de demonstrar que a ordem social que se tem hoje é historicamente constituída. Nada dela é natural. O que é não foi e nem necessariamente há de ser. As prisões, por isso mesmo, não existiram sempre, elas são construções históricas, datáveis no tempo e, portanto, podem ser abolidas. É nesse sentido a provocação de Angela Davis quando, ao tentar usurpar as certezas que a sociedade tem em torno das prisões, questiona “por que consideramos as prisões algo incontestável?”.<sup>2</sup>

Tendo estas premissas em mente, um tema que percorrerá todo o trabalho é o racismo. Por isso, precisamos, desde logo, situar os significados que ele possuía nesta pesquisa. Em primeiro lugar, conforme apontado por Silvio Almeida, “raça” não pode ser entendida como um termo fixo, estático. Longe disso, são as circunstâncias históricas em que é utilizada que definirão seu sentido, envolvendo sempre contingência, conflito, poder e decisão. É, portanto, um conceito *relacional e histórico*.<sup>3</sup> Isto é, a raça ou a cor da pele não devem ser entendidas como “dados objetivos” da realidade, mas sim como construções sociais, possuidoras de sentidos, que surgiram a partir da relação entre grupos, em determinado contexto histórico.

---

<sup>1</sup> MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Revista Afro-Ásia**, n. 14, 1983. p. 124.

<sup>2</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2018. p. 15.

<sup>3</sup> ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019. p. 18.

Apesar de ser uma construção fantasiosa, a ideia de raça forjou efeitos muito reais, sendo estes sentidos através do racismo. Nestes termos, o racismo não se resume ao comportamento isolado de um indivíduo ou de um grupo – segundo Silvio Almeida, *o racismo é sempre estrutural*. Dizer que o racismo é estrutural significa, em primeiro lugar, entender a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais e, em segundo lugar, compreender o racismo como componente orgânico da estrutura social, isto é, “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia e nem um desarranjo institucional”.<sup>4</sup> Por ser assim, o racismo é a regra e não a exceção na nossa ordem social.

O racismo age, em última instância, a partir da construção da diferença (o sujeito negro é visto como diferente, pois o grupo branco tem o poder de se definir como “norma”) que é, essencialmente, uma diferença hierárquica (brancos como superiores e negros como inferiores).<sup>5</sup> Por tudo isso, o racismo, nas palavras de Ana Flauzina, “existe e produz efeitos; cria assimetrias sociais; delimita expectativas e potencialidades; define os espaços a serem ocupados pelos indivíduos; fratura identidades; é o fiel da balança que determina a continuidade da vida ou a morte das pessoas”.<sup>6</sup>

Apesar de ser um fenômeno mundial, por ser também processo histórico, as particularidades de cada formação social fornecem as especificidades da dinâmica estrutural do racismo. Na trajetória singular do Brasil, o “racismo à brasileira” possuiu algumas peculiaridades, como a *ideologia da democracia racial* – negação da existência de racismo no Brasil pela suposta existência de uma “harmonia entre as raças”, o que contribui para deslegitimar as demandas por igualdade racial – e a *política de branqueamento* – estratégia de desaparecimento da raça negra no Brasil por meio do clareamento através da “mulatização”. Nesse sentido, o uso do termo *genocídio* para designar os processos históricos de extermínio da identidade, física e simbólica, do negro brasileiro foi cunhado pelo teórico, político e

---

<sup>4</sup> ALMEIDA, Silvo. **Racismo estrutural**. p. 33.

<sup>5</sup> KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 75-76.

<sup>6</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. 145f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5117/1/2006\\_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5117/1/2006_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2020. p. 12.

militante do movimento negro Abdias do Nascimento, em sua obra *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*.<sup>7</sup>

Outro tema que percorrerá a integralidade do presente trabalho é o de sistema penal. Em sentido estrito, entende-se por sistema penal a totalidade das instituições do Sistema de Justiça Criminal que operacionalizam o controle penal (Parlamento, Polícia, Ministério Público, Judiciário, Prisão, entre outros).<sup>8</sup> Aqui, apresentamos um pressuposto essencial do presente trabalho, que buscaremos demonstrar: a atuação dos órgãos que compõem o sistema penal tem cunho eminentemente racial, sendo o local onde as assimetrias raciais são expostas de maneira mais translúcida. Mais do que isso, pretendemos evidenciar que o sistema penal é o lugar em que o racismo tem uma de suas principais fontes de sustentação, isto é, este sistema desempenhou um papel essencial para sedimentar o fosso social que separa brancos e negros no Brasil. O racismo é, enfim, elemento estrutural da constituição do sistema penal.

A problemática geral desta pesquisa envolve a compreensão de como os fenômenos do racismo e da punição se encontram e se relacionam no Brasil, argumentando pela necessidade que esta relação, em um projeto que defenda e reivindique a abolição do sistema penal neste país, seja centralizada e usada como argumento-chave para a abolição das prisões, propondo, neste esforço, a incorporação, nas pesquisas acadêmicas abolicionistas, das teorizações de Angela Davis. A pesquisa partiu da constatação de que as pesquisas acadêmicas abolicionistas no Brasil, de forma geral, carecem de uma análise centralizada da questão racial, bem como de que carecem de uma incorporação séria e centralizada das discussões abolicionistas travadas por Angela Davis. O trabalho busca demonstrar que o projeto abolicionista para um sistema penal que foi moldado em um país como o Brasil – que nasceu do colonialismo, da escravidão e do genocídio – deve colocar o fim do racismo na vanguarda de suas lutas. A hipótese defendida é a de que o projeto abolicionista penal para o Brasil deve ser, necessariamente, antirracista.

---

<sup>7</sup> “Devemos compreender ‘democracia racial’ como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da ‘mancha negra’; da operatividade do ‘sincretismo’ religioso à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária – manipulando todos esses métodos e recursos – a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada ‘democracia racial’ que só concede aos negros um único ‘privilegio’: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora”. NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 93.

<sup>8</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 261.

Esta pesquisa não é pretensiosa a ponto de querer esgotar toda a produção que seja relevante ao tema, mas, dentro de seus limites, foi dividida em três capítulos, que visam compreender as relações que o sistema penal brasileiro travou com os corpos negros ao longo da história, buscando as críticas que demonstram como o crime é resultado de uma construção social de incriminação seletiva de determinados sujeitos e condutas, as quais levam à constatação da falência do sistema penal a partir das bases do abolicionismo penal, buscando as teorizações de Angela Davis sobre este movimento.

O primeiro capítulo busca demonstrar, dentro das limitações do presente trabalho, como se deu o surgimento da violência sistemática direcionada aos corpos negros no Brasil. Este mapeamento histórico nos remete, de início, ao processo histórico da colonização das Américas, que, através da produção da ideia de raça e da violência colonial (genocídio, extermínio simbólico, epistemicídio, coisificação, exploração do trabalho), produziu relações de dominação e subalternização, orientadas pelo projeto da modernidade a partir do eurocentrismo e das ideias de superioridade e inferioridade que dividiram binariamente brancos e negros em posições opostas que permanecem no presente. Para tal, o referencial teórico usado foi o pensamento decolonial latino-americano, que insere o Brasil nas permanências advindas da colonialidade. Na sequência, o capítulo se dedica a analisar o período do Brasil escravocrata até a abolição da escravatura, contextualizando o engendramento das particularidades essenciais para entender o modo como o racismo opera no Brasil, como a política do embranquecimento e a ideologia da democracia racial. Percorrer este caminho é essencial para se articular, em seguida no capítulo, a relação umbilical entre o racismo e o sistema penal. Neste ponto, busca-se demonstrar que, desde o seu nascedouro, o sistema penal possuiu no racismo um condicionante estrutural, o qual permaneceu na maneira de atuar deste sistema em um eterno *continuum* punitivo, que foi essencial para sedimentar a distância social que separa brancos e negros no Brasil.

O segundo capítulo se concentra em apresentar o abolicionismo penal a partir dos debates específicos que reconheceram a deslegitimação do sistema penal. O referencial teórico é, portanto, o da criminologia crítica, desde sua apropriação latino-americana, pois apta a demonstrar a direção dos sistemas penais marginais ao genocídio. Inicia-se o capítulo com a exposição do desenvolvimento histórico do pensamento criminológico, a fim de demonstrar a revolução de paradigmas em criminologia que propiciou a emergência da criminologia crítica, dedicando-se a apontar as bases fundantes, o método, o objeto de estudo e as reflexões desta perspectiva criminológica. Na sequência, são demonstradas as críticas mais relevantes que efetua ao sistema penal, a partir das ideias, dentre outras, da discrepância

entre suas funções declaradas e suas funções reais, sua seletividade estrutural, a cifra oculta da criminalidade, os processos de criminalização e o papel do poder punitivo na reprodução do *status quo* capitalista. Em seguida, o capítulo busca articular tal discussão com a realidade racial brasileira, demonstrando o porquê se afirma que o sistema penal é genocida. Apresenta-se, assim, os números da variável racial no encarceramento, nos homicídios e na desigualdade social, além de demarcar as contribuições do Estado, precipuamente pela atuação da polícia, na produção desses números. Todo esse esforço é empreendido para apresentar, por fim, a única saída que se vê possível, qual seja, o abolicionismo penal, pincelando, nesta parte do capítulo, algumas das teorizações abolicionistas dos autores mais reconhecidos internacionalmente deste movimento.

Por fim, o capítulo final se dedica a argumentar a relevância da teoria abolicionista penal de Angela Davis para a construção de um abolicionismo num contexto que, a partir do acúmulo dos capítulos anteriores, tentou se demonstrar ser o brasileiro. Argumenta-se, em um primeiro lugar, que a academia brasileira é marcada por um silenciamento em torno da teoria de Davis, bem como de uma insuficiência de perspectivas críticas do sistema penal que incorporem os marcos teóricos sobre as relações raciais no Brasil, esforço necessário para radicalizar a centralidade da variável racial na compreensão dos fenômenos sociais deste país. Em seguida, o capítulo busca demonstrar que Angela Davis articula em um projeto abolicionista, seja em sua produção acadêmica, seja em sua militância política, os dois principais pontos deste trabalho (que, em verdade, por consubstanciarem uma relação simbiótica, nunca devem ser vistos em separado), quais sejam: o racismo e o sistema penal. Adianta-se, aqui, que o racismo ocupa espaço central nos argumentos que Davis desenvolve para reivindicar a abolição das prisões: deve-se abolir as prisões porque elas são instituições racistas, ponto. Isso já que, para Davis, um sistema penal não racista é um oxímoro, tão umbilical é a ligação desta variável com este sistema, já que o ódio racial conformou, historicamente, o modo de atuar e de ser das prisões – elas são hoje o que são porque as ideologias históricas anti-negras as fizeram ser assim. Assim, uma sociedade sem racismo é uma sociedade sem prisões. Disto emerge o seu abolicionismo radical, que rejeita o racismo, a dominação masculina, o sistema capitalista, o colonialismo, enfim, todas as estruturas de dominação que sustentam as prisões.

## 2 O “PROJETO DA MODERNIDADE”: O SISTEMA PENAL BRASILEIRO COMO PRODUTO COLONIAL

### 2.1 DO COLONIALISMO À COLONIALIDADE: A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE RAÇA

Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia de desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos.

*Franz Fanon*<sup>9</sup>

*A morte em vida*, através da transformação do corpo do colonizado em *coisa*, pelo impacto da violência do racismo sobre a sua subjetividade, em uma relação que nega o reconhecimento da sua humanidade – eis o que a reflexão acima nos revela. Não é por outra razão que, ao constatar esta *zona de não-ser*,<sup>10</sup> este espaço de negação da existência, reservada aos negros e negras no mundo oriundo do empreendimento colonial, Frantz Fanon nos adverte que “para o negro há apenas um destino. E ele é branco”.<sup>11</sup>

O autor martinicano, considerado por Angela Davis como “o teórico do racismo e do colonialismo mais interessante deste século”,<sup>12</sup> debruçou-se sobre as raízes e as consequências do colonialismo, atravessando, em suas obras, a interrelação entre seus aspectos sociais, culturais e subjetivos.<sup>13</sup>

Neste empreendimento, ao se preocupar com a *experiência vivida do negro*, Fanon procura elucidar como o racismo impacta a psique dos negros. Volta-se, assim, para os aspectos existenciais do colonialismo, como o sentimento de inferioridade negra (sendo o seu correlato o de superioridade branca), a partir da vivência negra diante da colonização. Para tal, argumenta que o racismo deve ser visto como um modo socialmente construído de ver o mundo e viver nele, produto da colonização. Ou seja: “os negros são construídos *como*

<sup>9</sup> FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 103.

<sup>10</sup> FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. p. 26.

<sup>11</sup> FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. p. 28.

<sup>12</sup> DAVIS, Angela apud STREVA, Juliana Moreira. Teoria Descolonial de Frantz Fanon: anti-racismo, novo humanismo e luta. **Conversações: Política, Teoria e Direito**. Revista Discente da Pós Graduação - PUC/Rio, 2015. p. 121.

<sup>13</sup> GUIMARÃES, Jonhathan Razen Ferreira; QUEIROZ, Marcos. Frantz Fanon e criminologia crítica: pensar o Estado, o direito e a punição desde a colonialidade. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 135, 2017. p. 312.

*negros*”<sup>14</sup> e “é o racista que cria o inferiorizado”.<sup>15</sup> Com efeito, é a própria construção da ideia de raça, realizada nos primórdios da formação das Américas e do capitalismo, na transição dos séculos XV a XVI, que será chave essencial à dominação colonial da Europa pelos séculos que se seguirão.<sup>16</sup>

Assim, a noção de raça, por ser uma construção social indissociável e posta à serviço do colonialismo, foi utilizada por ele como justificativa que o tornou possível. Em outras palavras, a construção da estrutura de poder e dominação que se iniciou no século XV, pela expansão territorial europeia com as grandes navegações e a “descoberta” das Américas, a qual fundamentaria a atual configuração de poder mundial do sistema-mundo capitalista, se utilizou da produção de novas identidades históricas (“índio”, “negro”, “branco” e “mestiço”) como forma de legitimar as relações de dominação estabelecidas a partir deste marco histórico.<sup>17</sup>

O que se quer pontuar com estas ideias é que foi pela construção de um discurso racista de desumanização de certos povos que a colonização pôde ser levada a efeito. Foi a partir da formulação da ideia de inferioridade de determinados contingentes de pessoas – todos aqueles que se distinguiam do branco europeu – que o empreendimento colonial se ergueu e se manteve. Categorizar a humanidade em termos raciais foi um exercício de poder dos países europeus para justificar todos os seus genocídios e barbáries: para o “projeto da modernidade” ser possível, “as vidas humanas se tornaram dispensáveis em prol do aumento da riqueza, e essa dispensa foi justificada pela normalização da classificação racial dos seres humanos”.<sup>18</sup> Não fosse isso, não haveria razão para os colonizadores enxergarem os colonizados em termos raciais.

Mais do que isso, argumenta-se que, em grande medida, esta hierarquização racial idealizada com o colonialismo se contemporiza e se atualiza para tornar possível, nos dias de hoje, a colonialidade<sup>19</sup> em suas três dimensões (do poder, do saber e do ser), haja vista que “a

<sup>14</sup> GORDON, Lewis R. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 15.

<sup>15</sup> FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. p. 90.

<sup>16</sup> QUIJANO, Aníbal. !Que tal raza!. **Revista Del CESLA**, n. 1, 2000. p. 192.

<sup>17</sup> QUIJANO, Aníbal. “Raza”, “etnia” y “nación” em Mariátegui: cuestiones abiertas. In: **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 757.

<sup>18</sup> Tradução livre de “las vidas humanas pasaban a ser prescindibles en aras de incrementar la riqueza, y dicha prescindibilidad se justificaba através de normalizar la clasificación racial de los seres humanos”. MIGNOLO, Walter D. La colonialidad – la cara oculta de la modernidade. In: MIGNOLO, Walter D. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidade, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad** (org.). Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010. p. 41.

<sup>19</sup> Aqui, torna-se necessária a diferenciação entre colonialismo e colonialidade. Segundo Aníbal Quijano, o colonialismo se refere ao período específico da colonização histórica na qual um povo está sob o poder político e



ideia de raça é, com toda certeza, o mais eficaz instrumento de dominação social inventado nos últimos 500 anos”.<sup>20</sup>

O conceito de “colonialidade do poder”, cunhado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, é essencial à compreensão de tal aspecto. Tal conceito traz à luz as continuidades entre o passado colonial e as atuais hierarquias internacionais globais – isto é, o fato de que continuamos vivendo em um mundo colonial – com base no caráter estruturante que a ideia de raça tomou na organização do sistema-mundo capitalista. Elucida Quijano:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América.<sup>21</sup>

Quijano, ao considerar o fenômeno da “descoberta” da América um momento de drástica mudança da experiência histórica do mundo, enuncia a convergência de dois processos históricos fundamentais à configuração do então inaugurado padrão de poder mundial: (i) a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça que, ao se afirmar como diferença biológica, situava os últimos em uma situação natural de inferioridade em relação aos primeiros; e (ii) a articulação de todas as formas de controle do trabalho, de seus recursos e de sua produção em torno da relação capital-salário e do mercado mundial.<sup>22</sup> Afirma o autor:

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. Desse modo, impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho. [...] Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova

---

econômico de outro. O colonialismo desaparece, assim, quando este poder cessa, ou seja, com a independência ou descolonização da colônia. Em contrapartida, a colonialidade é mais profunda e duradoura do que o colonialismo, pois se refere ao vínculo entre passado e presente do qual emerge um padrão de poder resultante da experiência colonial, em que a independência não foi suficiente para garantir a emancipação político-econômica e cultural dos países colonizados. Assim, a colonialidade não desaparece com o fim do colonialismo, pois há uma continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73.

<sup>20</sup> Tradução livre de “La idea de raza es, con toda seguridad, el más eficaz instrumento de dominación social inventado en los últimos 500 años”. QUIJANO, Aníbal. *!Que tal raza!*. p. 192.

<sup>21</sup> QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. p. 73.

<sup>22</sup> QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117.

tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido.<sup>23</sup>

Assim, o “trabalho barato” é realizado sobretudo por pessoas racializadas situadas na periferia do mundo, já que desde o início das Américas a forma de trabalho não assalariado foi associada às populações dominadas, como o trabalho escravo, que, após o fim da escravização indígena, ficou restrito à população trazida da África e chamada de “negra”. Isso desenvolveu entre os brancos a percepção de que o trabalho assalariado era um privilégio seu, pois “a inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário”.<sup>24</sup>

Ramón Grosfoguel, a partir das ideias de Quijano, sugere um passo além ao conceituar a colonialidade do poder como

um enredamento ou, para usar o conceito das feministas norte-americanas de Terceiro Mundo, como uma interseccionalidade de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais (“heterarquias”) de formas de dominação e exploração sexual, política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística e racial, em que a hierarquia étnico-racial do fosso cavado entre o europeu e o não-europeu reconfigura transversalmente todas as restantes estruturas globais de poder.<sup>25</sup>

O autor apresenta, assim, a participação da complexa interligação das hierarquias raciais, de gênero, sexuais e de classe na formação do “amplo pacote enredado” chamado por ele de “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno/euro-americano”<sup>26</sup>, negando, assim, o afirmado pela perspectiva eurocêntrica de que estas hierarquias seriam apenas um epifenômeno dos processos de acumulação capitalista<sup>27</sup>. Para o autor, “a incessante acumulação de capital é afetada por – e integrada em, e constitutiva de, e constituída por – essas hierarquias”.<sup>28</sup>

Nesses termos, o sujeito universal moderno é tido como o homem, branco, pai de família, católico, proprietário, letrado e heterossexual. Os “outros”, por outro lado, “reclusos

<sup>23</sup> QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. p. 118-119.

<sup>24</sup> QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. p. 119-120.

<sup>25</sup> GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, mar. 2008. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/rccs/697>>. Acesso em: 28 dez. 2020. p. 123.

<sup>26</sup> GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais. p. 124.

<sup>27</sup> GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais. p. 124.

<sup>28</sup> GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais. p. 131.

no âmbito da ilegalidade, submetidos aos castigos”,<sup>29</sup> são os negros, as mulheres, os empregados, os loucos, os analfabetos, os hereges, os escravos, os índios, os homossexuais, os dissidentes, entre outros.<sup>30</sup>

Na consolidação da modernidade/colonialidade, Castro-Gómez destaca o papel desempenhado pelo conhecimento produzido pelas ciências sociais, ao perceber que “o aparelho conceitual com o qual nascem as ciências sociais nos séculos XVII e XVIII se sustenta por um imaginário colonial de caráter ideológico”.<sup>31</sup>

Ao elucidar tal concepção, o autor destaca que os teóricos sociais destes séculos possuíam a ideia de que as sociedades humanas se desenvolveriam de acordo com uma evolução linear, atravessando diferentes “estágios” de progresso: o primeiro, e o mais baixo na escala do desenvolvimento, seria o das sociedades indígenas, descritas como selvagens, bárbaras, primitivas, viventes em um “estado de natureza” e desconhecedoras das artes, ciência e escrita; o último, por sua vez, seria o alcançado pelas sociedades modernas europeias, nas quais reinariam a civilidade, o Estado de direito e o cultivo da ciência e das artes.<sup>32</sup>

Assim, este imaginário eurocêntrico que impregnou as ciências sociais e a filosofia ocidental desde suas origens se traduziu no mito, compartilhado pelos colonizadores, de que para os africanos, asiáticos e latino-americanos, o colonialismo não significava destruição e espoliação, mas sim o inevitável começo do caminho ao desenvolvimento e à modernização<sup>33</sup> – pensamento esse que significou, em suas cabeças, a legitimidade da imposição das suas formas de vida pela força e violência.

Neste sentido, as críticas epistemológicas de grupos subalternizados denunciam que o Ocidente se relaciona com outras culturas e povos a partir de uma posição de superioridade dos saberes, silenciando cosmologias e epistemologias não ocidentais.<sup>34</sup> Ao tempo que os

---

<sup>29</sup> CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 89.

<sup>30</sup> CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”, p. 89.

<sup>31</sup> CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. p. 91.

<sup>32</sup> CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. p. 91.

<sup>33</sup> CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. p. 90.

<sup>34</sup> GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais. p. 137.

saberes não-europeus são tidos como inválidos, carentes e arcaicos, o saber europeu assume um ponto de vista universalista, neutro e objetivo.<sup>35</sup>

Essa ideia de conhecimento universal coloca o pensamento eurocêntrico como único, silenciando formas de pensar que se distanciam do padrão. Isso se configura em uma peça fundamental à manutenção da estrutura de poder dominante, pois permite que determinada visão de mundo e da história se imponha sobre outras, alternativas ou não-hegemônicas.<sup>36</sup> É essencial à afirmação de um sentido de coletividade aos povos dominados a concepção de uma percepção diferenciada de seu passado e de sua trajetória histórica, longe dos pressupostos eurocêtricos,<sup>37</sup> pois estes só os enxergam através de posições de subjugação, nunca de afirmação ou resistência. Nesses termos, a pretensa superioridade do saber europeu é um instrumento de dominação colonial – a chamada “colonialidade do saber”. Grosfoguel evidencia esta cumplicidade das ciências sociais com a hegemonia do poder:

Esta estratégia epistêmica tem sido crucial para os desenhos – ou desígnios – globais do Ocidente. Ao esconder o lugar do sujeito da enunciação, a dominação e a expansão coloniais europeias/euro-americanas conseguiram construir por todo o globo uma hierarquia de conhecimento superior e inferior e, conseqüentemente, de povos superiores e inferiores. Passamos da caracterização de “povos sem escrita” do século XVI, para a dos “povos sem história” dos séculos XVIII e XIX, “povos sem desenvolvimento” do século XX e, mais recentemente, “povos sem democracia” do século XXI. (...) Todos estes fazem parte de desenhos globais, articulados simultaneamente com a produção e a reprodução de uma divisão internacional do trabalho feita segundo um centro e uma periferia, que por sua vez coincide com a hierarquia étnico-racial global estabelecida entre europeus e não-europeus.<sup>38</sup>

A colonização, enfim, reduz todas as formas de ser, fazer e conhecer do colonizado, ao mesmo tempo em que toma como “norma universal” as do colonizador. Ao racializar os povos africanos, os europeus também se racializaram (“eles são negros e eu sou branco”) ao mesmo passo em que realizaram uma hierarquização (“sou branco, logo, superior” e “ele é negro, logo, inferior”). Mais ainda, o que está em jogo é a própria humanidade do ser tomado como inferior: eles são inferiores justamente porque lhes é negada a própria condição de ser humano.

<sup>35</sup> GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais. p. 118.

<sup>36</sup> SILVA, Fabricio Pereira da; BALTAR, Paula; LOURENÇO, Beatriz. Colonialidade do saber, dependência epistêmica e os limites do conceito de democracia na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisa sobre as Américas**, v. 12, n. 01, p. 71.

<sup>37</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. p. 106-107.

<sup>38</sup> GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais. p. 120.

Essa ideia de diferentes níveis de humanidade conforme a raça deságua na “colonialidade do ser”, que, segundo Maldonado-Torres, conversando com as ideias de Fanon, se refere aos efeitos da colonialidade sobre a experiência vivida do colonizado que sofre o racismo.<sup>39</sup> Para o autor, a experiência vivida dos sujeitos racializados está profundamente marcada pelo encontro constante com a violência, com a violação corporal pelo estupro, e com a morte, justamente pelo fato da recusa em reconhecer a sua humanidade.<sup>40</sup> Naturaliza-se a guerra diária contra eles, naturaliza-se o seu genocídio (físico e simbólico), naturaliza-se o seu estupro, naturaliza-se as suas condições precárias de vida: morte e violação estão inscritas nas imagens dos corpos negros.<sup>41</sup> O seu mundo é um campo de batalhas permanente, no qual eles sempre chegam enquanto vencidos, nunca vencedores. Eles são, de fato, utilizando-se do título da obra de Fanon, *os condenados da terra*.

Através da ideia de raça, no mundo criado pelo colonialismo, a escravização, o genocídio, a violência, a violação corporal pelo estupro, a indiferença, os sentimentos de superioridade e inferioridade se tornam realidades comuns contra os colonizados. Na seção seguinte, iremos abordar como estas marcas se fizeram presentes no regime escravista brasileiro, no qual a produção dos sentidos da inferioridade racial serviu a justificar a exploração e a violência contra os povos negros do Brasil.

## 2.2 DA EXPLORAÇÃO NO ESCRAVISMO AO ABANDONO NO “TRABALHO LIVRE”

A formação social brasileira guarda as marcas da violência racista e sexista que a gerou a partir do contato com o colonizador europeu que, ao saquear nossos recursos naturais para aumento de sua riqueza, também explorou a força de trabalho e sexual dos homens e mulheres originários destas terras e da África por meio da imposição do primeiro modo de produção a reger a então colônia de Portugal, que imperou inclusive após o Brasil se ver nação independente: o escravismo.

---

<sup>39</sup> MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. In CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón. (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 130.

<sup>40</sup> MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. p. 140.

<sup>41</sup> MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. p. 148.

O território chamado hoje de Brasil foi a porção da colonizada América que recebeu o maior número de africanos escravizados ao longo dos quase quatro séculos de escravidão.<sup>42</sup> Forçadamente trazidos à terra *brasilis* a partir do século XVI, o negro africano e seus descendentes contribuíram com tudo aquilo que era necessário para dinamizar a economia brasileira durante os longos séculos do escravismo. Durante o Brasil-Colônia, praticamente só quem trabalhava era o escravizado, atuante em todos os níveis da divisão do trabalho; em contrapartida, trabalhava para enriquecer os impérios europeus e os seus senhores: o negro escravizado, gerador da riqueza e dinamizador da economia desde os primórdios destas terras, se via excluído da divisão dos frutos de seu trabalho.<sup>43</sup>

Clóvis Moura nos atenta à necessidade de conceber o funcionamento da dinâmica do sistema escravista a partir das suas contradições e antagonismos, isto é, deve-se conceber o escravismo a partir da perspectiva do conflito entre as duas classes fundamentais da sua estrutura social: senhores e escravizados.<sup>44</sup> Trata-se, portanto, de negar as correntes sociológicas que colocam a estabilidade e a acomodação da massa escravizada como constitutivas deste sistema e, ao contrário, atribuir à dicotomia contraditória de relações o seu lugar no centro do debate:

Para se compreender a *racionalidade* que se desenvolve através da dominação econômica e extra-econômica no modo de produção escravista temos de dirigir a nossa ótica não para o comportamento bom ou mau dos seus agentes principais – senhores e escravos, mas para a *totalidade* do comportamento dos componentes da sua estrutura, isto é, valores sociais e instrumentos materiais que garantiam o seu equilíbrio através da coerção extra-econômica como: **o tronco, a gargalheira, o anjinho, o açoite, a prostituição forçada, a desarticulação familiar, a cristianização compulsória, a etiqueta escrava em relação ao senhor, o homossexualismo imposto, a tortura nas suas diversas modalidades;** e, por outro lado, os fatores extralegais de desequilíbrio dessa *racionalidade* como: **a desobediência do escravo, a malandragem, o assassinio de senhores e feitores, a fuga individual, a fuga coletiva, a guerrilha nas estradas, o roubo, o quilombo, a insurreição urbana, o aborto provocado pela mãe escrava, o infanticídio do recém-nascido, os métodos anticoncepcionais empíricos e a participação do escravo em movimentos da plebe rebelde.**<sup>45</sup> (grifos nossos)

Assim, a relação entre esses dois segmentos é marcada por dois extremos de conflito, que nunca podem ser perdidos de vista: de um lado, o clima de terrorismo permanente que viviam os escravizados na mão de seus senhores e, de outro, as diversas formas de rebeldia e de contestação da sua condição, das quais se destaca o quilombo.

<sup>42</sup> RODRIGUES, Jaime. Navio Negroiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 362.

<sup>43</sup> MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro.** São Paulo: Ática, 1992. p. 7, 20-21.

<sup>44</sup> MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro.** São Paulo: Aníta, 1994. p. 15-24.

<sup>45</sup> MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro.** p. 23.

Vê-se bem que, sendo estas as suas condições de convivência, o mito da escravidão benevolente, em decorrência de uma suposta relação cooperativa e harmônica entre os senhores e escravizados, ideia que é um dos pilares da ideologia da democracia racial, não se sustenta.

A experiência da captura, da viagem insalubre e deteriorante, da venda, da compra e do trabalho compulsório que os africanos foram submetidos por séculos promoveram o seu desenraizamento, com o rompimento de todos os seus laços familiares, de clã e de comunidade. Dessocialização que resultou em despersonalização ou coisificação: o escravizado é reduzido a coisa, objeto, mercadoria;<sup>46</sup> é sujeitado de forma absoluta à condição de propriedade do senhor, pois “circulava como mercadoria, idêntica àquela a qual ele próprio produzia”.<sup>47</sup> Clóvis Moura retrata os significados dessa sua condição de ser semovente:

o negro escravo vivia como se fosse um animal. Não tinha nenhum direito, e pelas Ordenações do Reino podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir em seu favor. Era uma propriedade privada, propriedade como qualquer outro semovente, como o porco ou o cavalo.<sup>48</sup>

Além de lhes ser negada a humanidade, a disciplina de trabalho imposta ao escravizado se apoiava na violência contra a sua pessoa.<sup>49</sup> Com efeito, segundo Alencastro, o primeiro ato de recepção que os senhores lhe reservavam, logo formalizada a compra, assim que estes chegavam à fazenda, era a aplicação de surras severas, com o intuito de ressocializá-los ao novo contexto de opressão e mostrarem que “só eles [os senhores] nasceram para competentemente dominar escravos, e serem eles temidos e respeitados”.<sup>50</sup> Assim, os castigos, como forma de controle dos escravizados, não necessitavam de mais causas do que a simples vontade.<sup>51</sup>

Particularizando as opressões de gênero, Maria Helena Machado salienta a centralidade do corpo da mulher escravizada como o próprio *locus* da escravização, destacando o seu papel de dupla produtora de riqueza: como trabalhadora e como reprodutora, sendo este último uma forma de aumento de capital humano produtivo, em decorrência do

<sup>46</sup> MATTOSO, Katia M. de Queiróz. **Ser escravo no Brasil**. Tradução de James Amado. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 101.

<sup>47</sup> MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. p. 25.

<sup>48</sup> MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. p. 15-16.

<sup>49</sup> MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. p. 18.

<sup>50</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 148.

<sup>51</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. p. 148.

princípio do *partus sequitur ventem*, segundo o qual o filho segue a condição jurídica da mãe. Isto é, filhos de escravizadas assim o serão também.<sup>52</sup>

Ainda, às mulheres negras escravizadas, o nível de exploração excedia ao seu uso sexual por parte dos senhores, através da violência comum e rotineira do estupro. A sua condição jurídica de propriedade se traduzia na intervenção violadora de seus corpos, historicamente vistos como promíscuos, e a mistura desse sangue resultava em um dos pilares da ideologia da democracia racial: o mestiço.<sup>53</sup>

É nesse sentido que Lélia Gonzalez, intelectual negra brasileira e defensora de um feminismo afrolatinoamericano, ironiza o fato de que é no carnaval, através da figura da mulata, que o mito da democracia racial se atualiza com toda a sua força simbólica – já que, nele, ela é endeusada, transformada na “mulata deusa do meu samba”. Porém, o que o mito não revela é o momento em que o ritmo das festas carnavalescas se transforma na banalidade do cotidiano: quando a mulata se transfigura na empregada doméstica, visto que ambas são atribuições de um mesmo sujeito histórico, a mulher negra.<sup>54</sup>

Lélia, ao explicar essa “confusão que o branco faz com a gente porque a gente é preto”, lembra-nos de um dos papéis sociais da escravizada no regime escravocrata, a função de mucama que, nas palavras de June E. Hahner, citada por Lélia:

a escrava de cor criou para a mulher branca das casas grandes e das menores, condições de vida amena, fácil e da maior parte das vezes ociosa. Cozinhava, lavava, passava a ferro, esfregava de joelho o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora e satisfazia as exigências do senhor.<sup>55</sup>

Sua denúncia, assim, fica bem clara: a função da mucama, cuidadora dos lares das senhoras brancas, nunca abandonou a mulher negra, mesmo após se ver mulher “livre”; em verdade, atualizou-se para a função de empregada doméstica dos lares da elite branca brasileira,<sup>56</sup> com toda a precariedade e subjugação que lhe são próprias, sendo a figura de tal

<sup>52</sup> MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo Machado. Mulher, corpo e maternidade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 335-356.

<sup>53</sup> Gilberto Freyre, grande propagador do mito da democracia racial e teorizador do lusotropicalismo, glorificava a proeza dos portugueses ao “criarem” o Brasil, essa civilização tropical portuguesa, através da miscigenação. Porém, o que Freyre oculta é que a miscigenação se deu às custas do estupro da mulher negra e indígena. GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tania Regina Oliveira (org.). **Problemas de gênero**. Coleção Ensaio Brasileiros Contemporâneos. Rio de Janeiro: Funarte, 2016. p. 400.

<sup>54</sup> GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984. p. 228.

<sup>55</sup> HAHNER, June apud GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. p. 229.

<sup>56</sup> Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2019 demonstra que o trabalho doméstico no Brasil é realizado predominantemente por mulheres negras advindas de famílias de baixa renda. Em 2018, dentre os 6,2 milhões de pessoas, entre homens e mulheres, que estavam empregadas no trabalho doméstico, mais de 4



ocupação “a síntese da dominação, na medida em que articula a tríplice opressão secular de gênero, raça e classe”.<sup>57</sup>

Por outro lado, apesar de todas as suas condições desfavoráveis, não se deve esquecer da força e coragem das mulheres e homens escravizados em lutar contra o sistema que insistia em coisificar seus corpos. É nesse contexto que lembramos que as lutas entre senhores e escravizados – quer ativas ou passivas, quer individuais ou coletivas – se constituíram em um fato *normal*,<sup>58</sup> no sentido de que despontaram em todas as áreas e épocas em que o regime escravocrata se estabeleceu. O escravizado sempre encontrou na rebeldia, ou melhor, na *negação de si mesmo como escravo*, a sua rehumanização.<sup>59</sup>

O quilombo aparece, assim, como a mais representativa forma de resistência. Beatriz Nascimento o caracteriza como um verdadeiro sistema social alternativo, marco da capacidade de organização do povo negro e símbolo de resistência étnica e política.<sup>60</sup> A República de Palmares, o seu maior destaque, consistiu mesmo “[n]o primeiro Estado livre de todo o continente americano”.<sup>61</sup>

Nesse sentido, Clóvis Moura destaca que a quilombagem<sup>62</sup> – força de desgaste ao sistema escravista que era – consistiu em importante elemento no processo de substituição do trabalho escravo pelo livre.<sup>63</sup> Com efeito, Célia de Azevedo aponta o contexto de resistência e insubordinação escravas que caracterizou as décadas de 60, 70 e 80 do século XIX, nas quais os cativos, sentindo-se mais à vontade para resistir no próprio lugar de trabalho, passaram a atacar diretamente feitores, senhores e suas famílias, ao invés de apenas fugirem, como era costumeiro.<sup>64</sup> A autora destaca o medo branco, muito assentado na insegurança de uma

---

milhões eram pessoas negras e, destas, 3,9 milhões eram mulheres negras, totalizando, assim, 63% do total de trabalhadores (as) domésticos (as). IPEA. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados do PNAD Contínua. Brasília, 2019. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td\\_2528.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td_2528.pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2021.

<sup>57</sup> PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas: a dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição. **XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH: 50 anos**, São Paulo, 2011. p. 04.

<sup>58</sup> MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. p. 48

<sup>59</sup> MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. p. 124.

<sup>60</sup> NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodíaspóra**, ano 3, n. 6 e 7, p. 41, 44 e 48.

<sup>61</sup> GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: abordagem político-econômica. p. 401.

<sup>62</sup> Clóvis Moura considera a quilombagem como “o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional”. Assim, o quilombo é o centro organizacional da quilombagem, mas esta não se esgota nele – também engloba diversas outras formas de protesto individuais ou coletivas, como as guerrilhas. MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. p. 22 e 23.

<sup>63</sup> MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. p. 22.

<sup>64</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 180-198.

subversão racial, em vista da Revolução do Haiti, na qual haviam proclamado o primeiro Estado negro independente em 1804, que estas crescentes lutas suscitavam.

Estas ocorrências demonstram bem a impaciência do segmento negro pela liberdade, e queremos destacar neste trabalho as visões que enxergam a fundamentalidade da resistência negra para o fim do regime de trabalhos forçados. Sendo assim, é a partir deste contexto de sangrentas tensões que Maria Helena Machado argumenta o estado de insustentabilidade que o regime escravista tinha atingido,<sup>65</sup> até porque a manutenção do controle e da disciplina sobre os escravizados, por parte dos senhores e da polícia, tornava-se cada vez mais difícil,<sup>66</sup> tornando-se a abolição, assim, uma necessidade política.

Por ser assim, nas palavras de Azevedo, “diante deste ‘não quero’ generalizados dos escravos, só restava aos políticos batalhar por uma saída simultaneamente ordeira e honrosa: a decretação legal da abolição”.<sup>67</sup> Após as leis promulgadas ao longo do século XIX (Lei Eusébio de Queirós de 1850, Lei do Ventre Livre de 1871, Lei dos Sexagenários de 1885), as quais, ao contrário do que se pode pensar, “não visa libertar aos poucos, mas, ao contrário, aprisionar um pouco mais”,<sup>68</sup> veio o Treze de maio de 1888, que trouxe em seus discursos a proposta de uma “união nacional”, que, em verdade, carregava em si o medo da perda da condição senhorial dos homens brancos caso a instabilidade da época acabasse por fazer com “que ‘as paixões ruins’ das ‘classes ínfimas’ viessem à tona”<sup>69</sup> em uma abolição radical que teria em suas pautas, dentre outras exigências, a repartição de terras senhoriais, o que tiraria dos proprietários e comerciantes, assim como de seus representantes políticos, os seus privilégios seculares.

De todo modo, importa notar a desconsideração que o ideário abolicionista da época deu ao papel dos escravizados na vitória pela emancipação que lhes era devida. Wlamyra de Albuquerque explica que diferentes segmentos políticos se encontravam na disputa pelos louros do reconhecimento da autoria desta nova fase nacional: os monarquistas, em uma tentativa de salvar o seu regime, passaram a veicular a abolição como uma “doação benevolente”, ao passo que os abolicionistas se firmavam como os dignos dos méritos.<sup>70</sup>

<sup>65</sup> MACHADO, Maria Helena apud ALBUQUERQUE, Wlamyra de. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. **Revista História Social**, Campinas, n. 19, p. 91-108, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/317/273>>. Acesso em: 12 dez. 2020. p. 92.

<sup>66</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. p. 181.

<sup>67</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. p. 213.

<sup>68</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. p. 63.

<sup>69</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. p. 214.

<sup>70</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra de. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. p. 94-95.

Quanto aos escravizados, os consideravam como uma massa passiva, somente acordada após as chamadas dos abolicionistas; ou então que, apesar de insurgentes, não teriam a capacidade de conferir um sentido político a essa rebeldia, dada a incapacidade de adquirirem por si só uma consciência de classe em virtude do grau de alienação que se encontravam, necessitando, assim, das ações do branco redentor.<sup>71</sup>

Entretanto, a divisão destes papéis políticos entre “raça emancipadora” e “raça emancipada” negam ao negro o papel de sujeito da história – da própria história –, situando-os como flutuantes e sem história, tendo em vista que

situá-lo historicamente é vê-lo como agente coletivo dinâmico/radical desde a origem da escravidão no Brasil. É, por outro lado, revalorizar a República de Palmares, único acontecimento político que conseguiu por em xeque a economia e a estrutura militar colonial; é valorizar convenientemente as lideranças negras de movimentos como as revoltas baianas de 1807 a 1844. É destacar como de personagens históricos os nomes de Pacífico Licutã, Elesbão Dandará, Luís Sanin, Luisa Main e muitos outros. É estudá-lo no âmago da revolta dos Alfaiates de 1798, na Bahia. É finalmente, mostrar o lado dinâmico da escravidão no Brasil, ou seja, o chamado lado negativo: as insurreições, os quilombos e demais movimentos dinâmico/radicais havidos durante aquele período.<sup>72</sup>

Tais juízos bem evidenciam o lugar pensado que deveria ser ocupado pelos libertos no Brasil pós-escravista. Saído da senzala, agora *cidadão*, o negro brasileiro teria uma grande decepção: sua cidadania não passava de um símbolo, engenhosamente elaborado pelas classes dirigentes, para que os mesmos instrumentos de dominação, prestígio e exploração continuassem atuantes, agora sob as escusas de que “todos são iguais perante a Lei”.

Lilia Schwarz argumenta que é nesse contexto de realização de um novo projeto político para o país, marcado também pelo fim da monarquia e início do Brasil República, que as teorias científicas raciais se apresentam como modelo teórico viável na justificação do jogo de interesses que se montava. Nesse momento, as teorias raciais europeias pareciam capazes de justificar cientificamente as organizações e hierarquias tradicionais fundadas em critérios raciais que, pelo fim da escravização, estavam sendo publicamente colocadas em questão. Assim, o argumento racial é política e historicamente construído no país, bem como a categoria “raça” passa a receber uma interpretação biológico-social.<sup>73</sup>

Thomas Skidmore explica que, durante o século XIX, pensadores da Europa, a fim de encontrarem justificativas científicas às dominações desta pelo mundo,<sup>74</sup> teorizaram o racismo

<sup>71</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. p. 175-180.

<sup>72</sup> MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. p. 125.

<sup>73</sup> SCHWARZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 17-18.

<sup>74</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 43-44.

como “uma teoria pseudocientífica, mas racionalizada, postulando a inferioridade inata e permanente dos não-brancos”.<sup>75</sup> Essas teorias raciais receberam forte acolhida pela reduzida elite pensante nacional, que tomaram como certa a inferioridade biológica dos povos africanos e indígenas. Defendido por nomes como o médico-legista Nina Rodrigues<sup>76</sup> e o jurista Oliveira Vianna, o racismo científico concebia que quanto mais branca fosse a população, mais avançado seria o país. Saber científico este que era, a rigor, “a própria ideologia do colonizador, consagradora de suas façanhas”.<sup>77</sup>

A importação das teorias racistas para o Brasil, no entanto, se confrontou com um “problema” no seio da realidade social pátria: a forte mistura racial do país, efetivada desde o início da colonização portuguesa.<sup>78</sup> Teóricos do racismo europeu, como Arthur de Gobineau e Louis Agassiz, após visitas ao Brasil, não pouparam comentários racistas a respeito da “mancha” que a miscigenação – considerada por eles como fator de degenerescência e, portanto, do atraso dos latinos – impusera ao país: “uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia”, escrevera Gobineau.<sup>79</sup>

Acontece que, já há muito, o pensamento nacional encarava a miscigenação sob um prisma ardilosamente mais otimista. Construiu-se uma imagem, desde à época dos debates abolicionistas, de uma espécie de “paraíso racial brasileiro”: as relações raciais no país seriam isentas de preconceitos, muito diferentes daquelas percebidas nos Estados Unidos – onde haveria explícitas políticas segregacionistas –, em muito devido à benignidade dos senhores brasileiros para com os seus escravos.

Mais ainda, não poderia ser acusada a sociedade brasileira de racista, já que aqui, desde o início da colonização, produziu-se uma vasta população mestiça, graças à “índole benigna” do português.<sup>80</sup> Dessa argumentação tendenciosa foi locutor Joaquim Nabuco, um dos mais importantes abolicionistas. Segundo ele: “a escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor, (...) nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos” e “fora da escravidão, (...) o homem de cor achou todas as avenidas abertas diante de si”.<sup>81</sup> Suas ideias claramente obedeciam a objetivos propagandísticos, em sua crença de que a ênfase na suposta ausência

<sup>75</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. p. 65.

<sup>76</sup> Falaremos sobre as ideias deste autor no próximo tópico, ao abordarmos a recepção do positivismo criminológico no Brasil.

<sup>77</sup> RIBEIRO, Darcy apud STREVA, Juliana Moreira. **Corpo, raça, poder: extermínio negro no Brasil. Uma leitura crítica, decolonial e foucaultiana**. Rio de Janeiro: Grupo Multifoco, 2018. p. 88.

<sup>78</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. p. 70-72.

<sup>79</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. p. 45-48.

<sup>80</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. p. 76 e 91.

<sup>81</sup> NABUCO, Joaquim apud AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. p. 91.

de divisões raciais asseguraria a vitória do seu projeto de abolição pacífica e não radical.<sup>82</sup> No mais, essa imagem de que no Brasil reinava uma harmonia racial seguirá enérgica, recebendo, sobretudo com Gilberto Freyre na década de 1930, outros contornos através do mito da democracia racial.

A miscigenação como prática normal brasileira combinada com a crença da inferioridade africana e superioridade branca – secularmente presente no senso comum brasileiro e agora, com as teorias raciais, impressa com selo de “ciência” – levaram a elite brasileira a buscar o sonho de tornar o país mais branco por meio da transformação da população nacional mestiça em uma população pura de sangue ariano, livre da influência maléfica das raças não-brancas: eis o projeto de embranquecimento. Tal projeto baseava-se na crença de que, por ser a taxa de natalidade negra baixa e o *gene* branco mais forte, a miscigenação, ao contrário de produzir “degenerados” – como assim acreditaram os teóricos raciais europeus –, levava cada vez mais ao embranquecimento da população, através de cruzamentos sucessivos.<sup>83</sup>

O negro, visto como o motivo do atraso e da estagnação da nação brasileira, não seria mais um problema: “é lógico esperar que no curso de mais de um século os *métis* tenham desaparecido do Brasil. Isso coincidirá com a extinção paralela da raça negra em nosso meio”, relatou João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro à época, no I Congresso Universal de Raças em 1911.<sup>84</sup> O extermínio dos corpos negros: esse era (e ainda é) o ideário daqueles no poder no Brasil.

A mais clara elaboração política dessa tese foi o impulsionamento dos projetos imigrantistas que, já em voga durante todo o período que marca o declínio da escravidão, objetivavam a substituição do trabalhador negro, agora livre, pelo imigrante europeu.<sup>85</sup> Sendo os africanos considerados inferiores, e estando o país carregado deles, ao recém aberto mercado de trabalho livre brasileiro tornava-se preciso trazer sujeitos pertencentes a uma “raça superior” – única maneira de colocar o Brasil nos trilhos do tão-almejado progresso. O imigrante foi visto como o tipo ideal de trabalhador, que traria prosperidade e civilização à nação:<sup>86</sup>

<sup>82</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. p. 92 e 96.

<sup>83</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. p. 81.

<sup>84</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. p. 81.

<sup>85</sup> Segundo Skidmore, a percentagem de brancos no Brasil passou de 44% em 1890 para 62% em 1950. A imigração de europeus é um dos fatores que explica esse branqueamento, sendo que, segundo o autor, três milhões de imigrantes europeus se estabeleceram no Brasil a partir de 1890. SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. p. 61.

<sup>86</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. p. 140.

pode-se discernir duas imagens bem distintas que caracterizam o período pós-escravista: de um lado o imigrante, significante de riqueza, de trabalho livre, de vida; de outro, o liberto, aquele que não tem nenhuma renda e que pode significar vagabundagem e, portanto, necessidade de trabalho sob coação. Em suma, o imigrante significa a ordem, o progresso, e o negro poderia vir a ser a desordem, o retrocesso.<sup>87</sup>

As diversas políticas desse período que visaram atrair europeus ao país tiveram delineações claramente embranquecedoras: o branco deveria substituir o negro não só no trabalho e na produção, mas também na predominância étnica da população local – só assim o Brasil teria no futuro uma “raça vigorosa e forte” (branca).<sup>88</sup>

O grande tema debatido tão longamente ao longo do século XIX – “o que fazer com o negro livre ou quais os controles institucionais necessários para mantê-lo subordinado ao branco”<sup>89</sup> – estava, assim, resolvido. Segundo Florestan Fernandes, a competição econômica com os estrangeiros excluiu negros e negras do mercado de trabalho, confinando-os a tarefas ou ocupações brutas, mal retribuídas e degradantes.<sup>90</sup> A estruturação da sociedade não-escravista continuava marcada por ideais racistas e de exclusão dos corpos negros. As estruturas de poder e domínio sobreviveram à Abolição; de fato, estão presentes até hoje. Nos sintetiza bem Clóvis Moura:

O trabalhador nacional descendente de africanos seria marginalizado e estigmatizado. O ideal de *branqueamento* das elites seria satisfeito, e as estruturas arcaicas de propriedade continuariam intocadas. O negro, ex-escravo, é atirado como sobra na periferia do sistema de trabalho livre, o racismo é remanipulado criando mecanismos de barragem para o negro em todos os níveis da sociedade e o modelo de capitalismo dependente é implantado, perdurando até hoje.<sup>91</sup>

Por tudo isso, as estruturas de poder herdadas da colonização permaneceram preservadas: a exploração, a subalternidade e a desumanização dos corpos negros – iniciadas com a expansão colonial europeia nas Américas no século XV e consolidada com a experiência do escravismo no Brasil nos séculos XVI a XIX – foram atualizadas e remanejadas no período pós-abolição, comportando-se como elementos vivos em todos os níveis sociais de uma sociedade, agora, de capitalismo dependente.

## 2.3 DOS AÇOITES ÀS PRISÕES: RAÍZES COLONIAIS E CONTINUIDADES RACISTAS DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

<sup>87</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. p. 222-223.

<sup>88</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. p. 143-144.

<sup>89</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. p. 205.

<sup>90</sup> FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”)**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008, vol. 1. p. 41.

<sup>91</sup> MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. p. 62.

Mesmo tão ordenados movimentos e estratégias, encabeçados pelas mentalidades racistas dos homens de elite que chefiaram a história do Brasil, não seriam suficientes para materializar a distância sócio-racial que separa brancos e negros há tanto tempo sem a existência de mecanismos institucionais capazes de privilegiar, de forma ostensiva, um em detrimento do outro.<sup>92</sup> E o direito penal teve um papel triunfante nesta dinâmica. Para melhor entender como se deu a apropriação do segmento negro como alvo por excelência do aparelho punitivo estatal – um dos objetivos deste trabalho – torna-se necessário, como já viemos fazendo, olhar para trás. Cabe agora, portanto, deter-nos brevemente na história da programação criminalizante no Brasil.

Há, no Brasil, uma relação comprometida entre o sistema penal com a variável racial. Desde o seu nascedouro, o sistema penal serviu como ferramenta que tornou possível o controle e o extermínio da população negra, situação essa que atravessou todos os sistemas penais brasileiros, chamados por Nilo Batista de colonial-mercantilista, imperial-escravista e republicano-positivista, bem como o contemporâneo, identificado como neoliberal por Ana Flauzina.<sup>93</sup>

Conforme elucidado por Ana Flauzina, “o sistema penal colonial-mercantilista articula a espinha dorsal da lógica de atuação do aparelho repressivo no país”,<sup>94</sup> vez que, numa espécie de herança maldita, nunca conseguimos nos livrar das roupagens punitivas que tal sistema estabeleceu no país. Sabe-se que os colonizadores tinham como preocupação primeira a garantia da continuidade do modelo de exploração de base escravista. Como instituição erguida pela violência, as formas de controle social existentes na colônia deveriam ser capazes de conter de perto as resistências e as potencialidades subversivas à ordem imposta advindas dos povos colonizados.<sup>95</sup>

Nesse contexto, segundo Evandro Duarte, para controlar, dominar e subjugar os colonizados era preciso investir em um controle social que manuseasse as características culturais destes povos, como a técnica de separação das famílias e dos grupos étnicos, que

---

<sup>92</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro.** p. 39.

<sup>93</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro.** p. 84.

<sup>94</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro.** p. 46.

<sup>95</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro.** p. 45.

tinha por objetivo impedir uma resposta coletiva à violência sofrida.<sup>96</sup> A partir disso, já se consegue enxergar a fixação que o sistema penal passa a ter pelo controle do povo negro, instando pela sua desarticulação, bem como suas origens repressivas e autoritárias, num movimento que precisa “coordenar os corpos, conformá-los ao trabalho compulsório e, finalmente, naturalizar o lugar de subserviência”.<sup>97</sup> Estas se configuram, de fato, como as funções primeiras do sistema penal brasileiro, tendo na população negra sua primogênita inspiração.<sup>98</sup>

Como diz Nilo Batista, quem que se debruçar apenas nos textos legais do período colonial, a exemplo das Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, nunca saberá realmente o que se passou.<sup>99</sup> Com efeito, o escravismo, acompanhado da lenta implantação das burocracias estatais na colônia, situou o exercício do controle social do sistema colonial-mercantilista no âmbito privado, dentro da unidade produtiva (engenho), configurando-se em um poder punitivo doméstico, aplicado de forma desregulamentada pelos senhores contra a mão de obra negra escravizada.<sup>100</sup> Por ter sido assim, “é da relação entre casa-grande e senzala que serão concebidas as matrizes de nosso sistema penal”.<sup>101</sup>

Esse sistema punitivo, consubstanciado na autonomia do castigo pelos senhores, exercia-se, essencialmente, sobre o corpo.<sup>102</sup> De fato, manjava-se através de ilimitadas atrocidades e crueldades, o que pode ser evidenciado por esta passagem de Zaffaroni e Nilo Batista na qual, em 1700, um jesuíta se questionava se “seria castigo racionalável queimar ou atazanar com lacre aos servos; cortar-lhes as orelhas ou os narizes; marcá-los nos peitos e ainda na cara; abrasar-lhes os beijos e a boca com tições ardentes”.<sup>103</sup>

Apesar de situar-se no doméstico, havia uma situação em especial em que a direção das práticas punitivas ultrapassava os limites do engenho: quando se voltava para os quilombos. Os quilombos, resistência constante ao longo da trajetória da escravidão,

<sup>96</sup> DUARTE, Evandro Charles Piza. **Criminologia e racismo**: uma introdução ao processo de recepção das teorias criminológicas no Brasil. 1998. 416f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 1998. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/77655/139612.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jan. 2021. p. 208-209.

<sup>97</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. p. 45.

<sup>98</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. p. 45-46, 52.

<sup>99</sup> BATISTA, Nilo. **Novas tendências do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 108.

<sup>100</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal brasileiro**: Teoria geral do Direito Penal. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011, v. 1. p. 412-414.

<sup>101</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. p. 46.

<sup>102</sup> BATISTA, Nilo. **Novas tendências do direito penal**. p. 106.

<sup>103</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal brasileiro**. p. 414-415.



determinaram que, em resposta, se especializasse o controle social no Brasil.<sup>104</sup> A relevância dada à contenção e eliminação desses agrupamentos, muito mais do que a simples recuperação dos escravos e investimentos, estava na “capacidade ofensiva e simbólica que representava ao regime de trabalhos forçados”.<sup>105</sup> A respeito, elabora Evandro Duarte:

A importância político-econômica desses agrupamentos residia no fato de que, enquanto fenômeno que se opunha à ordem estabelecida, abalavam as bases do mando senhorial e de seu exclusivismo quanto à propriedade. (...) Enfim, a existência de tais práticas sociais representaram uma ameaça real, outras vezes subjetiva, a uma classe social que garantia seu poder na maximização da violência. Desta forma, embora a rebeldia ativa não tivesse a possibilidade de elaborar um projeto de nova ordenação social que substituísse o existente, o papel dessas lutas foi o de desgastar, econômica e psicologicamente a classe senhorial. **A sociedade escravista no pólo senhorial criou vários mecanismos de defesa contra esses levantes e fugas, mecanismos que compreendiam a estruturação de uma legislação repressiva violenta, criação de milícias, capitães do mato e o estabelecimento de todo um arsenal de instrumentos de tortura.**<sup>106</sup> (grifos nossos)

Assim, conforme elucidada Flauzina, o sistema penal se consolidou num aparato que, além da repressão física violenta perpetrada, visava um projeto de desarticulação simbólica do segmento negro, através da naturalização da subalternidade e a internalização da inferioridade como constitutiva do seu ser.<sup>107</sup>

Esse ódio racial que moldou as práticas punitivas coloniais, mesmo após o fim deste período face à Independência, não abandonou o nosso sistema penal. De fato, o sistema imperial-escravista presenciou um notável paradoxo: em 1824, uma Constituição liberal e, em 1830, um Código Criminal calcado nos princípios iluministas, os quais estabeleceriam ideais como igualdade e liberdade, ambos, no entanto, em uma sociedade que manteve o regime escravista. Estava estabelecido, assim, um ordenamento jurídico que abertamente instituiria diferenças punitivas de acordo com a condição social (racial) do sujeito (se cidadão ou escravizado), permitindo a criminalização preferencial da população negra.

Um exemplo deste falso direito penal liberal consiste no não usufruto pelo segmento escravizado de inúmeras das garantias previstas aos cidadãos pela Constituição (a exemplo do princípio da reserva legal, a proscrição de açoites e outras penas cruéis, e a proibição da responsabilidade penal por fato alheio, previstas no referido diploma normativo no art. 179, incs. XI, XIX e XX). Enfatiza-se, ainda, a previsão do art. 113 do Código Criminal, que

<sup>104</sup> DUARTE, Evandro Charles Piza. **Criminologia e racismo**. p. 213.

<sup>105</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. p. 49.

<sup>106</sup> DUARTE, Evandro Charles Piza. **Criminologia e racismo**. p. 49.

<sup>107</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. p. 50-52.

impunha a pena de morte às lideranças do crime de insurreição (criminalização da reunião de 20 ou mais escravizados visando à liberdade),<sup>108</sup> que, além de mostrar o velho medo branco da insurgência negra, revela o – ainda presente, pois nunca ausente – não constrangimento do Estado brasileiro em legitimar o extermínio de corpos negros.

O fenômeno da urbanização coloca a necessidade de uma articulação entre o existente controle privado, exercido pelos senhores, com um agora centralizado controle público do espaço das cidades, exercido pelos agentes do Estado.<sup>109</sup> Assim, em resposta a essa “massa negra desgovernada, vivendo à margem da tutela, com possibilidade de se articular sem maiores resistências”<sup>110</sup> – situação facilitada pelo aumento da libertação das pessoas escravizadas neste período, promulgam-se leis e instauram-se mecanismos específicos de controle que possuem o escopo de intervir sobre o deslocamento dos negros nas cidades (escravizados, livres ou libertos), sobre o seu direito de ir e vir, de ocupar livremente os espaços públicos.<sup>111</sup> Nesse cenário de suspeição generalizada sobre o segmento, Koerner aponta:

Com o crescimento das cidades, os escravos confundiam-se com a população de cor em geral, tornando-se mais difícil distingui-los dos livres e libertos. Os indivíduos negros ou pardos eram antes de tudo suspeitos, e a polícia os detinha com o objetivo de verificar se eram escravos. O controle manifestava-se de diversas formas, como as rondas noturnas, que detinham sem maiores explicações negros que circulavam na cidade após o toque de recolher, (...), a proibição da prática da luta de capoeiras. A polícia utilizava *ad hoc* a criminalização da vadiagem, o que lhe permitia controlar a circulação dos indivíduos suspeitos e impor vigilância contínua sobre o comportamento dos indivíduos pobres.<sup>112</sup>

De fato, nesse contexto, a criminalização da vadiagem (art. 295 do Código Criminal do Império) revela-se como emblemática. Pensada por uma elite que faria de tudo para manter intacta as assimetrias raciais, ela funciona desde uma lógica em que, após sua libertação, “o negro cativo converter-se-ia em negro-liberto, porém vigiado e tutelado”.<sup>113</sup> A liberdade do jugo do senhor concedida estava condicionada à volta à condição de sujeição pelo aparelho

<sup>108</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal brasileiro**. p. 424-425.

<sup>109</sup> DUARTE, Evandro Charles Piza. **Criminologia e racismo**. p. 222.

<sup>110</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. p. 56.

<sup>111</sup> Ana Flauzina destaca duas disposições normativas neste sentido: “o art. 1º do Decreto de 20 de março de 1829 determinava que os escravizados que estivessem nas ruas sem uma cédula devidamente assinada pelo seu senhor, seriam presos e castigados pelo seu proprietário” e “no art.3º do mesmo Decreto, os pretos forros deveriam solicitar passaporte junto a um Juiz de Paz ou Criminal que, a seu arbítrio, concederia ou não a liberação”. FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. p. 56-57.

<sup>112</sup> KOERNER, Andrei. Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX. **Lua Nova**, São Paulo, n. 68, 2006. p. 219.

<sup>113</sup> DUARTE, Evandro Charles Piza. **Criminologia e racismo**. p. 244.

repressor estatal. Cabível, aqui, a reflexão do sociólogo negro estadunidense W.E.B. Du Bois: “o escravo libertou-se; ficou ao sol por um breve momento; e então retornou à escravidão”.<sup>114</sup> Nesse sentido, esclarece Ana Flauzina:

O que esse dispositivo [a criminalização da vadiagem] visa é que os escravizados passem da tutela dos senhores diretamente para a do Estado. A vadiagem é, em última instância, a criminalização da liberdade. Ou, podemos dizer, aos negros não é facultado o exercício de uma liberdade sem as amarras da vigilância. Assim, longe da cidadania, a sociedade imperial apreende os negros no desempenho de dois papéis: o de escravos ou criminosos. Tendo em vista a falta de interesse do poder público em promover a efetiva ocupação da mão-de-obra negra livre, a vadiagem, inserida no pacote de inviabilização social do contingente negro, é, indubitavelmente, uma categoria funcional da política. Dentro do Império, portanto, na obsessão pelo controle dos corpos negros, gera-se o ócio como argumento para a punição.<sup>115</sup>

Com efeito, o arcabouço jurídico do Império foi colecionando leis que regulavam o modo de vida da população negra. Vinculava-se, assim, o pertencimento a determinado grupo racial à criminalidade. Entre elas, se destacam as que se destinavam à criminalização das manifestações religiosas e culturais de matriz africana, sob o argumento de perturbação da ordem pública, num claro movimento de “proibir o negro de ser negro”.<sup>116</sup> Ana Flauzina sintetiza algumas das leis municipais que incidiam sobre o cotidiano desse contingente:

A Lei nº 1.030 de 1876 da Câmara Municipal de São João do Monte Negro, por exemplo, vedava aos escravos vender ou administrar nas casas públicas de negócio, configurando uma restrição no acesso a certos postos no mercado de trabalho. Nessa mesma lei, havia uma vedação expressa aos escravos de serem proprietários de imóveis, sendo multada a pessoa que vendesse o local. A Câmara Municipal de Santo Amaro, pela Lei nº 1.420 de 1883, controlava a circulação dos escravos, prendendo por doze horas, aqueles que estivessem nas ruas após o toque de recolher sem a devida autorização de seus senhores. Por fim, a Lei nº 454 de 1860 da Câmara Municipal de Alegrete, vedava aos escravos viverem longe do jugo de seus senhores dentro das cidades e seus subúrbios, sem a devida autorização da autoridade policial. **A gerência do modo de vida da população negra, como se vê, foi pauta prioritária da política imperial.**<sup>117</sup> (grifos nossos)

Com o fim do Império, o sistema penal republicano-positivista presenciou mais continuidades do que rupturas. Apesar de contar com o fim (formal) da escravização, e ser um momento propício para repensar a ordem vigente e equalizar o poder com a massa

<sup>114</sup> DU BOIS, W.E.B apud ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa.** Tradução de: Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 58.

<sup>115</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro.** p. 58-59.

<sup>116</sup> GÓES, Luciano. **A “tradução” do paradigma etiológico de criminologia no Brasil: um diálogo entre Cesare Lombroso e Nina Rodrigues da perspectiva centro-margem.** 2015. 242f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 2015. p. 165.

<sup>117</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro.** p. 57-58.

proveniente do escravismo, por meio de uma convivência com ela em pé de igualdade, o sistema penal da República, a despeito de assumir novas roupagens e contornos, encontrou condições para perpetuar as mesmas hierarquias de sempre.

De fato, o velho medo branco de uma subversão racial, intensificado neste momento pelo pós-abolição, fortificou os instrumentos de controle. Durante a República Velha, que teve seu primeiro Código Criminal em 1890, a já mencionada política de embranquecimento, que contou com o incentivo da imigração europeia, veio acompanhada das teses de inferioridade biológica dos africanos e de seus descendentes.

A criminologia positivista<sup>118</sup> veio para dar legitimidade de um saber pretensamente científico a uma prática brasileira conhecida há muito tempo:<sup>119</sup> hierarquizar as raças humanas a fim de permitir formas diferenciadas de tratamento penal. O criminólogo Raimundo Nina Rodrigues, seguidor de Cesare Lombroso e do darwinismo social, foi um dos expoentes da importação da criminologia positivista no Brasil. A inferioridade biológica dos índios, mestiços e negros é tomada por ele como “verdade científica”, com a característica de imutabilidade, já que, para ele, tais raças não teriam “pelo simples fato da convivência com a raça branca, mudado de natureza”.<sup>120</sup> Acreditava que a inferioridade racial seria uma determinante causal da criminalidade, sendo os “inferiores” naturalmente condicionados ao crime, ideia que o fez se opor a um direito penal igualitário e a defender, no seu lugar, dois códigos penais, um para as raças superiores (brancos “civilizados”) e outro para as inferiores (não brancos no geral).<sup>121</sup>

A funcionalidade dessas ideias racistas, durante a primeira República, foi sentida pelas agências de criminalização secundária. Ana Flauzina aponta que os ensinamentos da criminologia positivista tiveram grande adesão pedagógica nas academias de polícia, o que pode ser evidenciado pela disciplina “História Natural dos Malfeitores”, destinada a lecionar sobre a classificação dos criminosos.<sup>122</sup> Assim, a criminologia positivista caiu como uma luva

---

<sup>118</sup> No segundo capítulo, abordaremos, novamente, a criminologia positivista. Lá, focaremos brevemente na sua importância para a formação do pensamento criminológico e, especialmente, nas suas diferenciações em relação a criminologia crítica. Por ora, o objetivo é apresentar de forma breve sua recepção e influência no Brasil no tocante ao controle da população negra no processo de transformação do Império em República.

<sup>119</sup> A importação das teorias do racismo científico, no século XIX, não pode ser considerada como causa das práticas racistas na sociedade brasileira, mas, tão somente, como legitimadora de práticas já existentes. No caso das teorias criminológicas raciais, surgem como forma de perpetuarem as práticas discriminatórias presentes no controle social. Aqui, as relações materiais eram compatíveis com as teorias importadas. DUARTE, Evandro Charles Piza. **Criminologia e racismo**. p. 269, 382-383.

<sup>120</sup> RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa social, 2011. p. 44

<sup>121</sup> RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**.

<sup>122</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. p. 72.

para legitimar as práticas truculentas da polícia brasileira face à população negra, que, apesar de contar, a partir deste sistema republicano, com a pena privativa de liberdade como a principal forma de punição, nunca prescindiu das táticas punitivas corporais, oriundas do colonialismo.<sup>123</sup> Sobre a forma histórica de atuar da polícia no Rio de Janeiro e, de forma abrangente, em solo pátrio, explicita Melicio et al:

Desde o desembarque do primeiro aparato policial brasileiro, junto à família real em 1808; a corporação, que após décadas iria receber a designação de Polícia Militar do Rio de Janeiro, teve seu olhar disciplinado à identificação de corpos "estranhos" que circulavam pelas ruas, diferentes do "eu" branco-europeu. Fundada numa alteridade radical, na qual o "outro" é expulso do espaço intersubjetivo, ou seja, "foge ao campo das formas de sociabilidade", a polícia foi alimentada pelas projeções de periculosidade e impurezas destinadas aos grupos em que deveria exercer sua força. Com sua organização militar produzida e mantida pela elite, visou historicamente o exercício da vigilância e coerção sobre os sujeitos e "grupos não-elite", delineando aos poucos o rosto de seu inimigo: "ora escravos, ora 'bandos de capoeiras', ora 'vagabundos', ora aqueles que 'tinham o atrevimento de ficar nas ruas após o toque de recolher'".<sup>124</sup>

No plano legislativo, a criminalização de condutas relacionadas ao modo de vida e às manifestações culturais da população negra continuava. Com efeito, destaca Evandro Duarte, “as infrações sem vítima, baseadas em concepção periculisista de determinados comportamentos, foi a regra para as populações afro-brasileiras”.<sup>125</sup> Entre tantas, destaca-se aqui a criminalização da capoeiragem e do “fumo de negro” (maconha).<sup>126</sup> Bem se vê como vai se sedimentando o projeto político da época pela inviabilização da inclusão e ascensão social daquela massa negra recém liberta ao projeto modernizador nacional.

A partir da década de 30, sob a égide do Código Penal de 1940, o velho modelo de controle racial continuou a operar, mesmo que para tal tivesse que conviver paradoxalmente com o emergente mito da “democracia racial”. A perversidade desta nova etapa, a partir da ideologia de harmonia entre as raças, é que, ao tempo em que o sistema continua agindo racialmente, sua imagem resta protegida pela não enunciação expressa da preferência racial

<sup>123</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. p. 73.

<sup>124</sup> MELICIO, Thiago B. L.; GERALDINI, Janaina R.; BICALHO, Pedro P. G. Biopoder e UPPs: alteridade na experiência do policiamento permanente em comunidades cariocas. **Fractal, Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 599-622, set./dez. 2012. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922012000300011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922012000300011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 12/12/2020.

<sup>125</sup> DUARTE, Evandro Charles Piza. **Criminologia e racismo**. p. 416.

<sup>126</sup> GÓES, Luciano. **A “tradução” do paradigma etiológico de criminologia no Brasil: um diálogo entre Cesare Lombroso e Nina Rodrigues da perspectiva centro-margem**. p. 157.

no texto legal nem na orientação das práticas punitivas. Isso impede uma constatação explícita dos preceitos racistas que o governam, dificultando a sua denúncia.<sup>127</sup>

De fato, se a ideia de democracia racial tivesse sequer alguma correspondência com o real, o perfil do criminoso objeto da repressão penal teria se alterado substancialmente. Algo que não ocorreu. A perseguição a esse perfil foi, em verdade, sofisticada com as transformações empreendidas pelo neoliberalismo, no final do século XX. A partir dali viu-se uma expansão descontrolada do sistema penal (legislativa, policial e prisional),<sup>128</sup> em muito creditada à política proibicionista, que foi bem sucedida em sedimentar a figura do traficante de drogas como a do jovem negro periférico e a legitimar, assim, o hiperencarceramento e o genocídio da juventude negra e pobre. Flauzina aponta algumas noções sobre esses novos tempos:

Assim é que, atravessado por pressupostos racistas, marca de nascença irremovível do sistema penal brasileiro, o aparato neoliberal assume uma vez mais a metodologia calcada na intervenção física para o controle ostensivo dos corpos, que, como sabemos, tomou seus primeiros contornos sob a égide do período colonial. Dos maus tratos nas Delegacias de Polícia à “limpeza” dos centros urbanos caracterizada pela remoção de flanelinhas e camelôs, chegando as ações dos grupos de extermínio, que pelos números de sua intervenção passaram mesmo a fazer parte da agência executiva policial, sendo mesmo que, inconfessadamente, considerados essenciais para a garantia da “ordem”, a agenda do sistema penal dos tempos globalizantes vai sendo executada. Numa relação de flagrante complementaridade, a população negra, empurrada para fora de um mercado de trabalho formal a que já tinha pouco acesso, tem sua biografia praticamente interdita dentro dos cada vez mais estreitos espaços da legalidade, sendo recepcionada com vigor por um sistema penal que se agiganta. Ou seja, todas as alternativas à que se lança esse segmento na busca da sobrevivência passam a ser alvo de um controle incisivo. Como vemos, a criminalização do modo de vida da população negra ganha novo fôlego seguindo como uma das principais balizas da intervenção penal.<sup>129</sup>

Nesses termos, o racismo é o próprio elemento fundante do sistema penal brasileiro, já que tal sistema se vocacionou, desde sua formação, ao controle e à eliminação de corpos negros, sendo ferramenta fundamental do projeto genocida em curso pelo Estado brasileiro.<sup>130</sup> Está posta a relação de continuidade de um sistema penal que começou a se consolidar na escravidão negra e que continua a operar nas práticas racistas contemporâneas de cada dia. Se reinventando a cada período histórico, já que nenhum se confunde com os outros, o fato é que nem o seu fundamento nem sua direção punitiva se alteraram, permanecendo, como

<sup>127</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. p. 74-75, 78.

<sup>128</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 164.

<sup>129</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. p. 85.

<sup>130</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**.

produto da colonialidade, sempre voltadas ao controle e à repressão da população negra. É assim que o sistema penal consegue garantir, por quatrocentos anos, a continuidade das assimetrias raciais de raízes coloniais, sendo um dos fundamentais perpetradores da distância sócio-racial que separa brancos e negros há tanto tempo.

A função deste capítulo foi demonstrar como há, em sociedades vítimas das marcas de inferioridade produzidos pelo colonialismo, como a brasileira, uma relação comprometida entre sistema penal e racismo que perpetua, continuamente e séculos a fio, estas mesmas assimetrias raciais engendradas pelo empreendimento colonial. Desta demonstração, pretendemos, aqui, sinalizar para a impossibilidade de qualquer crítica ao sistema penal brasileiro que não parta da centralização do seu racismo. Acreditamos que não há como afastar o racismo da análise (crítica) do sistema penal brasileiro. Nestas condições, clamar por um abolicionismo penal aparece, como diria Hulsman, como um apelo por equidade. Com estas reflexões em mente, o próximo capítulo cuidará de abordar o acúmulo teórico construído pelo pensamento criminológico crítico que, a partir de contundentes críticas ao sistema penal, tornou indubitável a sua deslegitimação, bem como o abolicionismo penal como proposta na construção de alternativas não penais à resolução dos conflitos.

### 3 DESVENDANDO A SELETIVIDADE RACIAL DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO E O PENSAR ABOLICIONISTA PENAL

Se no primeiro capítulo apontamos a funcionalidade do controle penal racial ao “projeto da modernidade”, que consolidaria as bases do Brasil por meio da instituição do modo de produção escravista, este capítulo se destinará a colher as contribuições teóricas advindas da criminologia crítica, as quais tecem críticas contundentes ao modo de funcionamento do sistema penal enquanto método de solução de conflitos, evidenciando seu atuar seletivo através dos processos de criminalização, bem como a organização do movimento mais radical de crítica a este sistema, por postular justamente o seu fim: o abolicionismo penal.

#### 3.1 CRIMINOLOGIA TRADICIONAL E CRIMINOLOGIA CRÍTICA

Para compreender o funcionamento do sistema penal e os processos de criminalização movidos por ele, que no Brasil têm no racismo o seu elemento fundante, é necessário resgatar o desenvolvimento do pensamento criminológico.

O projeto de controle penal moderno começa a se sedimentar com a escola liberal clássica, desenvolvida pelos países europeus a partir do século XVIII e marcada pelas ideias do Iluminismo, cujo marco mais expressivo é a obra *Dos Delitos e das Penas* (1764) de Cesare Beccaria. A escola clássica está inserida no movimento europeu de reforma penal, questionador do controle penal exercido pelo poder soberano, no qual as práticas punitivas se direcionavam aos corpos dos condenados, a exemplo dos suplícios e das torturas. Caracterizada pela defesa dos ideais filosóficos do humanismo racionalista, havia uma preocupação em limitar os abusos e arbitrariedades dessas penas, desenvolvendo um regime de legalidade (penal e processual penal) com uma estrutura capaz de calcular a medida exata do mal que a pena deveria conter, sendo este proporcional ao delito.<sup>131</sup>

Na escola clássica, o delinquentes era considerado como um ser igual a todos os demais (e não anormal ou patológico), e o delito como uma livre vontade de violar o pacto social, sendo este último percebido como a base do Estado e do direito pela filosofia política do liberalismo clássico. Pautava-se, assim, na ideia de livre arbítrio, com a consideração de que o delinquentes não era diferente do indivíduo normal, sendo o direito penal visto, por isso,

---

<sup>131</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica**: do controle da violência à violência do controle penal. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 45-52.



não como meio para modificar ou reformar o delinquente, mas sim como instrumento para defender a sociedade do crime, a partir das ideias de *necessidade e utilidade* da pena.<sup>132</sup>

Por sua vez, a criminologia positivista, já mencionada no primeiro capítulo, emerge na Europa do século XIX e, inspirada na concepção naturalista de Ciência que outorga pela primeira vez à criminologia a qualificação enquanto disciplina autônoma, concede ao fenômeno criminal um rígido determinismo biológico. Assim, tem-se como objeto de estudo não o delito, mas o *autor* do delito, buscando-se todo o complexo das *causas* do crime na totalidade biológica, psicológica e social deste indivíduo (paradigma etiológico). Sendo uma de suas principais expressões a tese do “criminoso nato”, do professor de psiquiatria e antropologia criminal Cesare Lombroso,<sup>133</sup> o positivismo criminológico enxerga o comportamento criminoso como elemento da personalidade patológica do autor, intrínseco à sua natureza, como se ele já fosse predisposto naturalmente ao cometimento de atos antissociais. Portanto, tais sujeitos seriam diferentes dos indivíduos “normais”.<sup>134</sup> Assim, os seus adeptos consideravam a criminalidade como um dado ontológico preexistente à reação social e ao direito penal em uma criminologia reduzida à “explicação causal do comportamento criminoso”.<sup>135</sup> Apesar destas diferenças em relação à escola clássica, ambas possuem como ideologia comum a ideologia da defesa social.<sup>136</sup>

<sup>132</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do Direito Penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. p. 31.

<sup>133</sup> Cesare Lombroso, expoente da escola positiva, tem como livro de maior destaque a obra *L'uomo delinquente*, de 1876, na qual defende a existência de um tipo penal, o “criminoso nato”, o qual seria originado, por meio da hipótese do atavismo, do reaparecimento acidental de caracteres ancestrais desaparecidos no curso da espécie humana. Tomava como ponto de análise os caracteres anatômicos, biológicos e psicológicos daqueles aprisionados, que, através da observância de suas “anormalidades”, indicavam sua propensão ao crime. DUARTE, Evandro Charles Piza. **Criminologia e racismo**. p. 147-150.

<sup>134</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. p. 29, 38-39.

<sup>135</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. p. 43.

<sup>136</sup> O conteúdo da ideologia da defesa social é enunciado por Alessandro Barrata nos seguintes princípios: "A) Princípio de Legitimidade. O Estado, como expressão da sociedade, está legitimado para reprimir a criminalidade, da qual são responsáveis determinados indivíduos, por meio de instâncias oficiais de controle social (legislação, polícia, magistratura, instituições penitenciárias). Estas interpretam a legítima reação da sociedade, ou da grande maioria dela, dirigida à reprovação e condenação do comportamento desviante individual e à reafirmação dos valores e das normas sociais. B) Princípio do bem e do mal. O delito é um dano para a sociedade. O delinquente é um elemento negativo e disfuncional do sistema social. O desvio criminal é, pois, o mal; a sociedade constituída, o bem. C) Princípio de culpabilidade. O delito é expressão de uma atitude interior reprovável, porque contrária aos valores e às normas presentes na sociedade mesmo antes de serem sancionadas pelo legislador. D) Princípio da finalidade ou da prevenção. A pena não tem ou não tem somente, a função de retribuir, mas a de prevenir o crime. Como sanção abstratamente prevista pela lei, tem a função de criar uma justa e adequada contramotivação ao comportamento criminoso. Como sanção concreta, exerce a função de ressocializar o delinquente. E) Princípio da igualdade. A criminalidade é violação da lei penal e, como tal, é o comportamento de uma minoria desviante. A lei penal é igual para todos. A reação penal se aplica de modo igual aos autores de delitos. F) Princípio do interesse social e do delito natural. O núcleo central dos delitos definidos nos códigos penais das nações civilizadas representa ofensa de interesses fundamentais, de condições essenciais à existência de toda sociedade. Os interesses protegidos pelo direito penal são interesses comuns a todos os cidadãos. Apenas uma pequena parte dos delitos representa violação de determinados arranjos

Esse discurso criminológico, de reducionismo biologista, estava inserido no programa político e ideológico neocolonialista,<sup>137</sup> que deu as bases do já mencionado racismo científico do século XIX. Isso porque os seus autores utilizavam a observação clínica dos sujeitos presentes nas instituições carcerárias dos países centrais para a construção de suas teorias, enxergando nas características físicas destes indivíduos a causalidade do comportamento criminal. Enxergavam, assim, a criminalidade como intrínseca às raças “inferiores”, não brancas, que eram marcadas por traços de degenerescência:<sup>138</sup> os afrodescendentes e indígenas seriam mais criminosos porque mais inferiores do que outros grupos raciais. Se na sociedade europeia eles eram minoria, a América Latina, com sua maioria populacional de negros, indígenas e mestiços – todos “selvagens” – seria majoritariamente criminosa.<sup>139</sup>

Ao contrário dos objetivos de limitação do poder punitivo da escola clássica, o positivismo criminológico buscava a expansão e legitimação da punição, com intuito corretivo; isto é, tentava-se identificar as *causas* da criminalidade a fim de corrigi-las. Neste sentido, essa criminologia racista se colocou “a serviço da colonização, do escravismo e da incorporação periférica ao processo de acumulação do capital”.<sup>140</sup>

No Brasil, sua recepção se deu, de forma mais expressiva, por Raimundo Nina Rodrigues, como abordado no primeiro capítulo. Nestes termos, segundo Vera Malaguti Batista, o positivismo ainda se constitui como uma grande permanência no pensamento brasileiro, pois o seu olhar racista sobre a questão criminal configurou e modelou o poder punitivo latino-americano, suas racionalidades, seus programas e tecnologias governamentais, a exemplo de suas polícias e de seus projetos penitenciários.<sup>141</sup>

É somente a partir da segunda metade do século XX, com o *labeling approach*<sup>142</sup>, ou teoria da rotulação, que se firma a chamada “revolução de paradigmas em criminologia”

---

políticos e econômicos, e é punida em função da consolidação destes (delitos artificiais). BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. p. 42-43.

<sup>137</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal**. Tradução de Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopes da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991. p. 78.

<sup>138</sup> BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 201. p. 45.

<sup>139</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. p. 77.

<sup>140</sup> BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. p. 44-45.

<sup>141</sup> BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. p. 41, 47.

<sup>142</sup> O *labeling approach* carrega a influência de duas correntes da sociologia estadunidense: o internacionalismo simbólico e a etnometodologia. O interacionismo simbólico enxerga a realidade social como “constituída por uma infinidade de interações concretas entre os indivíduos, aos quais um processo de tipificação confere um significado que se afasta das situações concretas e continua a estender-se através da linguagem”. Por sua vez, a etnometodologia entende que “a sociedade não é uma realidade que se possa conhecer sobre o plano objetivo, mas o produto de uma ‘construção social’, obtida graças a um processo de definição e de tipificação por parte de indivíduos e grupos”. BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. p. 87.

(passagem do paradigma etiológico para o paradigma da reação social). Segundo Alessandro Baratta, esta perspectiva considera que não se pode compreender a criminalidade sem a análise do funcionamento concreto do sistema penal, visto que este a define e reage contra ela. Isto é, as instâncias oficiais de controle social da delinquência detêm uma função *constitutiva* da criminalidade, que perpassa desde a elaboração das normas abstratas (legislativo) até a ação daqueles que as aplicam (polícia, ministério público, juízes, instituições penitenciárias). Ou seja: o crime é produto de normas (que criam o tipo penal) e de poder (que aplicam as normas).<sup>143</sup> Howard Becker, um dos inauguradores dessa abordagem, formulou a seguinte tese:

os grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja infração constitui o desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal.<sup>144</sup>

Devido a isso, o *status* social de delinquente é sempre a *atribuição de um rótulo* a alguém – visto que tal *status* pressupõe, necessariamente, o efeito da atividade destas instâncias penais, pois aquele que realizou o mesmo comportamento punível, mas que não foi alcançado pela ação destas instâncias, não recebe tal *status*, não sendo, assim, visto ou tratado pela sociedade como “criminoso”. Mais ainda, esta perspectiva questiona a visão da criminologia tradicional de que os valores sociais protegidos pelas normas penais são universalmente compartilhados e presentes em todos os indivíduos, acreditando que aquilo que se considera como imoral ou ilegal é historicamente situado, relativo ao espaço e tempo.<sup>145</sup>

Por ser assim, a criminalidade ou o criminoso não são entidades ontológicas pré-constituídas à reação social e penal – o “desvio” não é uma qualidade intrínseca de uma conduta nem a “desviância” faz parte da natureza interior da pessoa que a cometeu –, mas sim uma qualidade (etiqueta) atribuída a determinados sujeitos através de complexos processos de interação social (de definição e de seleção). Muda-se, assim, o objeto do estudo criminológico, pois não mais se volta às causas do crime nem às características do criminoso

<sup>143</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. p. 86.

<sup>144</sup> BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 21-22.

<sup>145</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. p. 86-89.

(objetos de estudo do paradigma etiológico) mas sim à reação social, ao sistema de justiça criminal e aos processos de criminalização.<sup>146</sup>

O paradigma da reação social foi a base fundacional para uma crítica à ação dos sistemas punitivos, vez que com ele, segundo Zaffaroni, “o discurso jurídico-penal ficou irremediavelmente desqualificado pela demonstração incontestável de sua falácia e a criminologia etiológica [...] viu-se irreversivelmente desmentida”.<sup>147</sup> Contudo, ainda restavam lacunas macrossociológicas a serem preenchidas, visto que tal enfoque se mostrava insuficiente ao esclarecimento do papel das dinâmicas de poder e dominação, típicas de uma sociedade de classes (assim como racista e sexista), na determinação de quem atribui a quem um rótulo negativo, isto é, as razões políticas do porquê um certo sujeito é criminalizado. Sem explicitar a realidade estrutural (social, política e econômica) em que o crime se insere, a criminalização aparece quase como um simples acidente.<sup>148</sup>

Emerge, então, a criminologia crítica<sup>149</sup> que, para superar essas lacunas, insere o estudo da questão criminal numa perspectiva materialista que alcança as relações de poder e de propriedade em que se estrutura conflitivamente a sociedade capitalista,<sup>150</sup> historicizando, assim, a realidade comportamental do desvio a partir das estruturas sociais, do desenvolvimento das relações de produção e de distribuição.<sup>151</sup> Há, assim, entre os autores da criminologia crítica uma forte influência marxista e, portanto, uma crítica radical a respeito do direito e da sociedade capitalista.

*Punição e estrutura social*, de Rusche e Kirchheimer, foi a primeira grande obra a basilar a criminologia crítica que, ao analisar historicamente as relações entre estruturas sociais, mercados de trabalho e sistemas penais,<sup>152</sup> demonstrou que este último se modula de acordo com os interesses da regulação do mercado de mão de obra, segundo a tese marxista de que “todo sistema de produção tende a descobrir formas punitivas que correspondem às suas relações de produção”.<sup>153</sup> Assim, suas reflexões foram elementares por demonstrarem

<sup>146</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. p. 86-89.

<sup>147</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. p. 61.

<sup>148</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A Ilusão da segurança jurídica**. p. 214-216.

<sup>149</sup> Vera Andrade diferencia as criminologias “crítica”, “radical” e “nova” nos seguintes termos: “(...) sob a denominação de ‘Criminologia crítica’ designa-se um estágio avançado da evolução da Criminologia ‘radical’ norte-americana e da ‘nova Criminologia’ europeia, englobando um conjunto de obras que, desenvolvendo um pouco depois as indicações metodológicas dos teóricos do paradigma da reação social e do conflito, e os resultados a que haviam chegado os criminólogos radicais e novos, chegam, por dentro desta trajetória, à superação deles”. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**. p. 89-90.

<sup>150</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**. p. 91.

<sup>151</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. p. 160.

<sup>152</sup> BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. p. 91.

<sup>153</sup> RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Tradução de Gizlene Neder. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 200. p. 20.

que o poder punitivo não pode ser analisado abstratamente – ele sempre deve ser pensado a partir do sistema de produção no qual está inserido. Da mesma maneira que o escravismo viu nas penas corporais o seu principal método punitivo, por ser funcional à manutenção das suas relações de produção, o capitalismo elege a prisão como sua pena por excelência, pela mesma razão.

Influenciado por esta obra,<sup>154</sup> Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*, ao tomar as medidas punitivas para além de seu aspecto repressivo, salientando seus efeitos positivos, configuradores da vida social, mostra a configuração da “disciplina”, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, em uma fórmula geral de dominação, uma espécie de “economia política do corpo”: ela teria o condão de fabricar corpos submissos e dóceis, aumentando a sua utilidade econômica e obediência política, tornando-os funcionais, assim, às relações de produção. Ainda, em seus estudos sobre as instituições prisionais, Foucault aponta que as críticas às prisões as acompanham desde seu nascimento – do mesmo modo que suas sempre frustradas tentativas de reforma –, revelando que este fracasso,<sup>155</sup> em verdade, é ilusório: ele faz parte do próprio funcionamento do sistema carcerário, vez que este foi concebido para organizar as infrações das leis numa tática geral das sujeições. Neste sentido, o sistema de justiça criminal funciona não para conter as ilegalidades (isto é, para “combater o crime”), mas sim para geri-las diferencialmente, servindo aos interesses de uma classe dentro de mecanismos estruturais de dominação.<sup>156</sup>

O movimento criminológico crítico bebeu muito das reflexões destas obras que, nas palavras de Vera Malaguti Batista, “mudaram todo o cenário”,<sup>157</sup> tendo a produção criminológica, a partir deste momento, passado a analisar as “condições objetivas, estruturais e funcionais que originam, na sociedade capitalista, os fenômenos de desvio, interpretando-os separadamente conforme se tratem de condutas das classes subalternas ou condutas das classes dominantes”.<sup>158</sup> A criminologia crítica consolida-se, assim, pela discussão estrutural da produção do crime, da criminalidade e do criminoso, a partir do olhar macrosociológico sobre o poder e processos de criminalização seletiva, relacionando as relações econômicas, jurídicas e políticas, e inserindo a questão criminal dentro do processo contraditório que é o capitalismo.

<sup>154</sup> BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. p. 91.

<sup>155</sup> Segundo Foucault, estão entre alguns dos denunciados “fracassos” da prisão a manutenção da delinquência, a indução em reincidência e a transformação do infrator ocasional em delinquente. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 299.

<sup>156</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. p. 298-300.

<sup>157</sup> BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. p. 91.

<sup>158</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica**. p. 217.

### 3.2 PENAS PERDIDAS: O SISTEMA PENAL DESLEGITIMADO

Compreender a punição a partir de um olhar estrutural, do ponto de vista social, político e econômico, torna possível desvelar as finalidades encobertas de um perverso sistema de justiça que, a despeito de se dizer igualitário, racionalmente justificável e “defensor da sociedade”, em verdade só promove o oposto do que prega contra corpos específicos. Aqui reside o mérito das teorias do paradigma da reação social e da criminologia crítica: deslegitimar o sistema penal por meio da percepção da lógica por trás da sua operacionalidade, esforço que traz à tona a falsidade do seu discurso legitimador.

A ideologia da defesa social, cujo conteúdo foi expresso por Baratta em uma série de princípios, previamente apresentados, é apontada por ele como uma das principais formas de legitimar o poder punitivo, por ser o delinquente um elemento socialmente negativo e estar o Estado legitimado a reprimi-lo e condená-lo, fortalecendo o mito de que o direito penal serve à proteção dos interesses comuns da sociedade e é aplicável igualmente a todos os cidadãos.<sup>159</sup> Tal discurso legitimador pretende mostrar a necessidade e a importância do aparato penal estatal através da personificação por ele dos atributos da proteção, evitação e solução do “grande problema” que é a criminalidade, como se ele, a cada lei penal, sentença ou cumprimento de pena, fosse o concretizador de um traslado que vai da barbárie ao paraíso.<sup>160</sup>

Segundo o jurista e criminólogo Eugenio Raúl Zaffaroni, este discurso legitimador, denominado de *discurso jurídico-penal*, é a construção teórica que pretende explicar a racionalidade do sistema penal, e perpassa a promessa de uma criminalização igualitária de todos os sujeitos autores de violações das leis penais. Entretanto, tal promessa de igualdade se desmancha através do mais simples contato com a realidade: ela não se realizará em lugar algum e em tempo algum, pois o sistema penal é estruturalmente seletivo. No entanto, tal discurso legitimador tem uma razão de ser, pois, ao expor algo que o sistema não exerce, oculta a percepção do seu verdadeiro exercício de poder.<sup>161</sup> Ele se configura, portanto, em mera ideologia punitiva que, ao circular entre o senso comum e entre os operadores deste sistema, justifica e fortalece a sua existência. Por ser assim, ao desmistificar esta ideologia legitimadora, enxerga-se a contradição entre o discurso que procura legitimar o sistema

<sup>159</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. p. 41-43.

<sup>160</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**. p. 135.

<sup>161</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. p. 15-21.

penal, com suas *funções declaradas*, e a sua realidade operacional, através da revelação das suas *funções reais*.<sup>162</sup>

Vera Andrade aponta que são funções oficialmente declaradas do sistema penal a proteção de bens jurídicos que interessam a todos os cidadãos através do combate à criminalidade pela imposição de uma pena, a qual teria a função de retribuição (castigo) combinada com as de prevenção geral (intimidação de todo o estrato social pela ameaça da pena, com o intuito de desmotivar o cometimento de futuros crimes) e especial (reabilitação do dito criminoso para voltar mais adaptado à convivência social), tudo feito conforme os mais rigorosos princípios penais e processuais penais (legalidade, igualdade jurídica e devido processo legal).<sup>163</sup>

Não obstante essa discursividade – que justifica e legitima a existência do sistema penal –, Andrade aponta a *eficácia invertida* que o caracteriza: ao passo que suas *funções declaradas* possuem apenas eficácia simbólica, já que não são e nem podem ser cumpridas, o sistema penal cumpre *funções reais* que, além de ocultas, são inversas àquelas declaradas pelo discurso que o legitima:

A eficácia invertida significa, então, que a função latente e real do sistema penal não é combater (reduzir e eliminar) a criminalidade, protegendo bens jurídicos universais e gerando segurança pública e jurídica, mas, ao invés, construí-la seletiva e estigmatizante, e neste processo reproduzir, material e ideologicamente, as desigualdades e assimetrias sociais (de classe, de gênero e de raça).<sup>164</sup>

Nesse sentido, um dos frutos mais significativos da virada paradigmática criminológica foi a constatação de que o sistema penal não parte de uma criminalidade que existe ontologicamente na sociedade, reagindo contra ela, mas é a própria intervenção do sistema que, ao reagir, constrói o universo criminal, por intermédio de um triplo processo de criminalização seletiva. E, por estar dentro de um sistema de dominação mais amplo, com profundas hierarquias e assimetrias sociais (de classe, de raça e de gênero), o sistema, ao tempo que se engendra e se alimenta delas para funcionar (por meio dos estereótipos, discriminações e preconceitos cravados no meio social), também as constitui e as reproduz.<sup>165</sup>

A chave para a compreensão desta dinâmica está na denúncia, operada pela criminologia crítica, da *seletividade estrutural* radicada na lógica de funcionamento do

<sup>162</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**. p. 135-136.

<sup>163</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**. p. 134.

<sup>164</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**. p. 136.

<sup>165</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**. p. 136-137.

sistema penal. Dizer que o sistema penal é seletivo é enunciar que ele incide diferencialmente na sociedade de acordo com as posições sociais e de poder ocupadas pelos indivíduos na estrutura social.

Nada evidencia isso melhor do que olhar para quem ocupa as celas carcerárias brasileiras: a seletividade salta aos olhos. Isso porque o perfil criminal que foi lá amontado (jovens negros, pobres, periféricos e de baixa escolaridade) é pura e simplesmente a *criminalidade registrada*, passando longe de ser representativa da *criminalidade real*. São os estudos sobre a cifra oculta da criminalidade, baseados em questionários de vitimização e autodenúncia, que demonstraram este fenômeno, ao revelarem a existência de uma defasagem entre todas as condutas criminalizáveis efetivamente praticadas no meio social (criminalidade real) e a criminalidade das estatísticas criminais (criminalidade registrada). Nesse sentido, as estatísticas criminais não abarcam todo o volume de práticas delituosas que ocorrem todos os dias, já que “nem todo delito cometido é perseguido; nem todo delito perseguido é registrado; nem todo delito registrado é averiguado pela polícia; nem todo delito averiguado é denunciado; nem toda denúncia é recebida; nem todo recebimento termina em condenação”.<sup>166</sup>

Assim, a população carcerária não é exemplificativa da real dimensão da criminalidade, muito menos da noção etiológica das características daqueles que seriam os “criminosos”. É, apenas, o resultado final de um longo processo com numerosas perdas (e filtragens seletivas), do qual remanesce, dentre todos aqueles que cometeram delitos, principalmente a criminalidade dos estratos inferiores.

Tal fenômeno gera interpretações errôneas de que as práticas criminais seriam concentradas nesses segmentos, sendo pouco representada nos estratos superiores. Entretanto, segundo Baratta “a criminalidade não é comportamento de uma restrita minoria, como quer uma difundida concepção (...), mas, ao contrário, o comportamento de largos estratos ou mesmo da maioria dos membros de nossa sociedade”.<sup>167</sup> A seletividade racial, classista e de gênero na repressão penal, entretanto, distorce a percepção desta realidade.

Com efeito, os estudos sobre os crimes de colarinho branco mostraram que há uma tendência de se ocultar e imunizar a criminalidade econômica e política dos membros dos grupos privilegiados e da elite, enquanto há uma repressão desproporcional dos sujeitos dos segmentos subalternos. Juarez Cirino dos Santos, propositor de uma verdadeira criminologia radical, esclarece esta distribuição desigual da criminalização de condutas:

---

<sup>166</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica**. p. 262-263.

<sup>167</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. p. 103.



A Criminologia Radical define as estatísticas criminais como produtos da luta de classes nas sociedades capitalistas: **a)** os crimes da **classe trabalhadora desorganizada** (*lumpenproletariado*, desempregados crônicos e marginalizados sociais, em geral), integrantes da **chamada criminalidade-de-rua**, de natureza essencialmente econômica e violenta, são **superrepresentados nas estatísticas criminais**, porque apresentam os seguintes caracteres: constituem ameaça generalizada ao conjunto da população, são produzidos pelas camadas mais vulneráveis da sociedade e possuem a maior transparência ou visibilidade, com repercussões e consequências mais poderosas na imprensa, na ação da polícia e na atividade do judiciário; **b)** os crimes da **classe trabalhadora organizada**, integrada no mercado formal de trabalho (a chamada criminalidade de fábrica, como pequenas apropriações indébitas, furtos e danos), **não aparecem nas estatísticas criminais** por força da inevitável obstrução dos processos criminais sobre os processos produtivos; **c)** a criminalidade da **pequena burguesia** (profissionais liberais, burocratas, administradores etc.), geralmente danosa ao conjunto da sociedade por constituir a dimensão inferior da criminalidade do ‘colarinho branco’, **raramente aparece nas estatísticas criminais**; **d)** a grande criminalidade das **classes dominantes** (burguesia financeira, industrial e comercial), definida como abuso de poder econômico e político, a típica criminalidade de ‘colarinho branco’ (especialmente das corporações transnacionais), produtora do mais intenso dano à vida e à saúde da coletividade, bem como ao patrimônio social e estatal, está **excluída das estatísticas criminais**: a origem estrutural dessa criminalidade, característica do modo de produção capitalista, e o lugar de classe dos autores, em posição de poder econômico e político, explicam essa exclusão.<sup>168</sup> (grifos nossos)

Nesse sentido, o mito do direito penal igualitário é desmascarado: (i) o direito penal não defende a todos e somente os bens jurídicos essenciais, de interesse de todos os cidadãos, e quando pune o faz de modo desigual e fragmentário; (ii) o *status* de criminoso é distribuído desigualmente entre os indivíduos; e (iii) o grau de efetividade da tutela e da distribuição do *status* de criminoso independe da danosidade e gravidade das ações.<sup>169</sup> Esta seletividade estrutural é apresentada por Vera Andrade nas seguintes palavras:

Todas as pessoas, de todos os estratos sociais, faixas etárias, etnias e gêneros, ou seja, *todos nós* (e não uma minoria perigosa da sociedade) *praticamos*, frequentemente, fatos definidos como crimes, contravenções ou infrações administrativas e *somos*, por outro lado, vítimas destas práticas (o que muda é a especificidade das condutas). Assim, tanto a criminalidade quanto a vitimização são majoritárias e ubíquas (*todos nós somos criminosos e vítimas*), percepção heurística para um senso comum acostumado a olhar a criminalidade como um problema externo (do *outro*, *outsiders*), a manter com ela uma relação de exterioridade e, portanto, a se autoimunizar. Ora, se a conduta criminal é majoritária e ubíqua e a clientela do sistema penal é composta, *regularmente* e em todos os lugares do mundo, por homens adultos jovens, pertencentes aos mais baixos estratos sociais e em grande medida não brancos, isso significa que a impunidade e a criminalização (e também a vitimização) são orientadas pela seleção desigual de pessoas, de acordo com uma fortíssima estereotipia presente no senso comum e nos operadores do controle penal, e não pela incriminação igualitária de condutas, como programa o discurso jurídico-penal.<sup>170</sup>

<sup>168</sup> CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A Criminologia Radical**. 3. ed. Curitiba: ICPC/ Lumen Juris, 2008. p. 13-15.

<sup>169</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. p. 162.

<sup>170</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**. p. 138.

Como mencionamos, a criminologia crítica nasce com uma grande influência marxista. Tal influência fez com que a seletividade fosse abordada precipuamente pelo aspecto da classe social. É Ana Flauzina quem agrega à interpretação da seletividade a variável racial como elemento fundante, a partir de todas as suas complexidades:

a clientela do sistema penal está originalmente conformada pelo racismo, que aparece como a grande âncora da seletividade. Dizer que o sistema age preferencialmente sobre os negros, que os prefere, portanto, significa dizer – como acompanhamos no decurso do processo histórico – que esse é um aparelho formatado, num primeiro plano, para as pessoas negras e que, consequentemente, para além das questões de classe subjacentes terá seu alvo principal centrado em sua corporalidade. É essa a condicionante responsável pela quebra da lógica imunizadora dos indivíduos negros das classes média e alta, que, com frequência são atingidos por um sistema penal que está vocacionado para o controle da negritude, atingindo, ainda que em proporções diferentes, todos os negros, ontem escravos e libertos, hoje favelados e novos ricos.<sup>171</sup>

Os processos de criminalização são o que determinam essa criminalização seletiva. A *criminalização primária* se consubstancia no processo legislativo que tipifica determinada conduta como penalmente punível. Tal processo, entretanto, é seletivo: o sistema de valores contido nestas normas reflete o universo moral próprio de uma cultura burguesa-individualista, pois dá maior ênfase à proteção do patrimônio privado, atingindo, assim, as formas de desvio típicas dos grupos sociais mais vulneráveis, enquanto os delitos das classes dominantes têm mais chances de permanecerem imunes desta criminalização.<sup>172</sup>

Esta seletividade, por sua vez, acentua-se ainda mais com a *criminalização secundária*, que engloba as práticas das agências do sistema de justiça criminal (Polícia, Ministério Público, Judiciário), manejadoras destas leis contra os indivíduos concretos. Aqui, os agentes de controle social desfrutam de ampla margem de discricionariedade na seleção que efetuam, pois “nada mais errôneo que supor (como faz a Dogmática Penal) que, detectando um comportamento delitivo, seu autor resultará automática e inevitavelmente etiquetado”.<sup>173</sup> Em verdade, preconceitos e estereótipos guiam a ação destes órgãos ao definirem quem “é” ou “não é” criminoso, vez que procuram a criminalidade nos estratos sociais nos quais é *normal* esperá-la,<sup>174</sup> por estes compartilharem certas características de outros indivíduos que já foram previamente rotulados como criminosos pelo sistema.

<sup>171</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. p. 126.

<sup>172</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. p. 176.

<sup>173</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão da segurança jurídica**. p. 260.

<sup>174</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. p. 176-177.

Assim, em decorrência do fato da maioria da população carcerária brasileira ser constituída de jovens negros, pobres, periféricos, de baixa escolaridade e homens<sup>175</sup> (mas com um número crescente de mulheres criminalizadas nas últimas décadas), tal perfil vira uma espécie de estereótipo de “criminoso nato”<sup>176</sup>, levando as agências de controle social, ao se depararem com alguém dotado destas mesmas características, a serem mais propensas a etiquetarem tal pessoa como criminosa. Por isso, a parte substancial da clientela do sistema é constituída de jovens negros periféricos não porque estes tenham maior tendência para delinquir, mas simplesmente porque possuem maiores chances de serem criminalizados e etiquetados como criminosos pelas agências penais.<sup>177</sup> A respeito, Ana Flauzina ironiza:

Assim, acessando os códigos sociais mais elementares na estigmatização dos indivíduos – dos excessos caricatos da Polícia, à austeridade do Ministério Público e do Judiciário –, a clientela do sistema penal vai sendo regularmente construída de maneira tão homogênea e harmônica que de nada poderíamos suspeitar. Sempre os mesmos, sempre pelos mesmos motivos, os criminalizados parecem mesmo representar a parcela da humanidade que não cabe no mundo.<sup>178</sup>

A dinâmica deste processo também fornece uma luz à compreensão do caráter reprodutivo e garantidor das relações sociais desiguais de poder e riqueza do capitalismo pelo sistema penal. Isso porque, ao mesmo tempo que a criminalização *espelha* as assimetrias, ela tem um “efeito *feedback*” sobre elas, de retroalimentação: o recurso ao estereótipo racionaliza e potencializa a justificação das próprias razões que geram esses mesmos estereótipos. Assim, “o estereótipo surge simultaneamente como mecanismo de seleção e reprodução”.<sup>179</sup>

Seguindo este mesmo fio de pensamento, há ainda a *criminalização terciária*, que se refere à estigmatização sofrida pelo sujeito que passou pelo sistema carcerário, a qual favorece o seu retorno a este mesmo sistema. Isso porque a criminologia crítica reconhece que a prisão – ao contrário de “nos defender” da criminalidade por ser capaz de nos devolver o criminoso normalizado e ressocializado (ideologia punitiva) – exerce, a rigor, a função de reprodução das relações sociais desiguais. Como já apontado anteriormente, a criminologia crítica revelou que existe uma relação funcional entre punição e estrutura social – todo método punitivo se encarrega de reproduzir a estrutura social que está inserido. Por ser a prisão a pena por excelência do capitalismo, sua função é a de conservar e reproduzir a ordem

<sup>175</sup> O aprofundamento da composição do perfil carcerário será aprofundado na seção 2.4 deste capítulo.

<sup>176</sup> Expressão utilizada com o intuito de demonstrar que as agências formais de controle ainda se orientam de acordo com o paradigma etiológico da criminologia positivista.

<sup>177</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica**. p. 270.

<sup>178</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. p. 26-27.

<sup>179</sup> DIAS, Jorge de Figueiro; ANDRADE, Manuel da Costa apud FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. p. 26.

social capitalista. Como resultado, a prisão serve à reprodução das desigualdades sociais funcionais do capitalismo – como um lugar de controle e gestão de classe, que é complementar ao mercado de trabalho – e, por isso, sua função não é combater à criminalidade pela ressocialização, castigo e intimidação (funções declaradas), mas sim a fabricação seletiva de uma população criminoso.<sup>180</sup>

Essa construção social do criminoso pela prisão se dá porque ela se consubstancia em um lugar que estigmatiza aqueles que passam por ela, criando dificuldades à reintegração social dos setores marginalizados no ciclo formal da economia, perpetuando, assim, os indivíduos no status social no qual eles se encontram.<sup>181</sup> Não é por acaso, portanto, que o cárcere se alimenta majoritariamente de condutas contra o patrimônio e da criminalização das drogas: tudo está interligado em um movimento que visa a manutenção das contradições do capitalismo (capital/trabalho assalariado, burguesia/proletariado, miséria/riqueza abundante, englobando, também, as contradições raciais e de gênero). Cirino dos Santos descreve bem este fenômeno:

Os objetivos reais do aparelho penal consistem numa **dupla reprodução: reprodução da criminalidade pelo recorte de formas de criminalidade das classes e grupos sociais inferiorizados** (com exclusão da criminalidade das classes e grupos sociais dominantes) **e reprodução das relações sociais, porque a repressão daquela criminalidade funciona como ‘tática de submissão ao poder’ empregada pelas classes dominantes.** Assim, a explicação da justiça penal não reside nos objetivos aparentes, de repressão da criminalidade e controle do crime, **mas nos objetivos ocultos do sistema carcerário, de reprodução da criminalidade e reprodução das relações sociais, através do controle diferencial do crime [...] a prisão produz e reproduz os fenômenos que, segundo o discurso ideológico, objetiva controlar ou reduzir.** A constituição e reciclagem de uma massa criminalizada apresenta várias utilidades: controla a população não-criminalizada - a força de trabalho integrada nos processos produtivos; funciona como camuflagem da ilegalidade dos grupos dominantes; concentra a ilegalidade das classes dominadas em áreas sem consequências econômicas, como o lumpenproletariado e desempregados crônicos; possibilita controle social mais geral, pela infiltração em grupos, a organização da delação, a constituição de uma massa-de-manobra do poder, a polícia clandestina etc.; finalmente, atua como centro controlador, **porque a delinquência é, ao mesmo tempo, efeito do sistema e instrumento de controle social: a polícia fornece infratores, a prisão reproduz a delinquência e a massa criminalizada (objeto de controle) atua como instrumento auxiliar de controle social.**<sup>182</sup> (grifos nossos)

Dentro desta dinâmica, os teóricos do paradigma da reação social foram fundamentais em demonstrar a impossibilidade estrutural da prisão em cumprir a função de ressocialização que a ideologia penal lhe atribui. Por se configurar em um ambiente disciplinador<sup>183</sup>, que

<sup>180</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**. p. 304-308.

<sup>181</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**. p. 304-308.

<sup>182</sup> CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A Criminologia Radical**. p. 82-84.

<sup>183</sup> Loïc Wacquant denuncia, na realidade, que o sistema penitenciário brasileiro sequer cumpre a função de disciplinar, isto é, não serve nem mesmo para alguma das funções penológicas (como dissuasão, neutralização ou

repreende e uniformiza os detentos, a vida no cárcere exerce sobre eles uma forte pressão que os desadapta da vida tal como ela é no mundo externo, rompendo sua conexão com os valores do resto da sociedade (desaculturação), ao tempo que os faz assumir as atitudes, comportamentos e valores próprios da subcultura carcerária (prisionalização). Tal processo é reforçado pelas constantes humilhações, rebaixamentos e degradações sofridas por esses indivíduos no cárcere, além da falta de condições dignas e humanas de cumprimento de pena. Tudo isso causa efeitos negativos sobre a personalidade do preso, que perde contato com o seu “eu” real, dissociado que está de inúmeros aspectos de sua individualidade, levando-o a se ver como “lixo social” e adotar como sua a identidade desviante e estigmatizada que lhe é imposta pela instituição carcerária. Sendo assim, a passagem pelo sistema carcerário, ao invés de ressocializar e reeducar, determina, em muitos casos, a consolidação da identidade desviante do condenado, inserindo-o em uma verdadeira carreira criminosa (desvio secundário), fato que explicaria a elevada taxa de reincidência criminal.<sup>184</sup>

Assim, a presença quase unívoca de certos grupos na população carcerária, pela sua criminalização seletiva, gera a justificação para a continuação incessante desta mesma criminalização, em uma lógica retroativa que cria a falsa percepção de que estes grupos, por estarem presos, são os inimigos, os perigosos, *os criminosos* – a associação produz o estereótipo – e, por isso, “tem mais é que serem presos mesmo” (quando não exterminados). Sendo o corpo negro o alvo por excelência desta lógica perversa que povoa as mentes e os imaginários, Lélia Gonzalez faz um comentário a respeito:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, ciancice, etc. e tal. **Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é.** Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. **Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados.**<sup>185</sup> (grifos nossos)

Em razão de todas essas constatações, fura-se o manto ideológico do sistema de justiça criminal, trazendo à tona o contraste entre o seu discurso oficial, suas promessas de efeitos sociais positivos, e a lógica de sua operacionalidade concreta que, pelo uso de uma violência

---

reinserção). Para o autor, as prisões brasileiras se parecem mais com campos de concentração para miseráveis que, a partir da rotina de maus-tratos e torturas aos condenados, se consubstancia na continuidade da escravidão. WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

<sup>184</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. p. 89-92, 183-185.

<sup>185</sup> GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. p. 225-226.

que coage, reprime, tortura e mata, visa a manutenção do *status quo*. A rigor, o sistema penal acaba por reproduzir a mesma realidade que supostamente diz combater. Deste desequilíbrio entre o declarado e o latente resulta a grave crise de legitimidade do sistema penal que, depois de verificada, arrancou todas as possibilidades de sua justificação racional, inclusive em escala global, vez que tais inconsistências possuem um caráter estrutural e não meramente conjuntural, isto é, são verificáveis em todos os sistemas penais mundiais, como bem aponta Zaffaroni:

Hoje, temos consciência de que a realidade operacional de nossos sistemas penais jamais poderá adequar-se à planificação do discurso jurídico-penal, e de que todos os sistemas penais apresentam características estruturais próprias de seu exercício de poder que cancelam o discurso jurídico-penal e que, por constituírem marcas de sua essência, não podem ser eliminadas, sem a supressão dos próprios sistemas penais. A seletividade, a reprodução da violência, a criação de condições para maiores condutas lesivas, a corrupção institucionalizada, a concentração de poder, a verticalização social e a destruição das relações horizontais ou comunitárias não são características conjunturais, mas estruturais do exercício de poder de todos os sistemas penais.<sup>186</sup>

Se talvez a verificação destas características inerentes aos sistemas penais requeira demonstrações mais sofisticadas em alguns países centrais, na América Latina uma simples observação superficial basta à deslegitimação. Isso porque não há como negar que os mortos estão mortos – e o fato explícito dos nossos sistemas penais marginais, como diz Zaffaroni, é *a morte em massa*.<sup>187</sup> Por ser essencial aos pontos que este trabalho deseja demonstrar, se abordará agora a lógica específica de operacionalidade dos sistemas penais da periferia do capitalismo.

### 3.3 OS SISTEMAS PENAIIS NA AMÉRICA LATINA: UMA LÓGICA GENOCIDA

A *morte em massa* é o signo dos sistemas penais latino-americanos porque, na nossa região marginal, a seletividade estigmatizante intrínseca a todos os sistemas penais adquire uma brutalidade muito maior que, pela radicalidade da violência, assume uma lógica homicida e de tortura, a qual podemos denominar como *genocida*.<sup>188</sup> É nos seguintes termos que Zaffaroni caracteriza a deslegitimação do discurso jurídico-penal na periferia do capitalismo que, de tão manifesta e extrema, ocorre pelos próprios fatos: *o fato da morte*:

Há mortes em confrontos armados (alguns reais e a maioria simulada, ou seja, fuzilamentos sem processo). Há mortes por grupos parapoliciais de extermínio em

<sup>186</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. p. 15.

<sup>187</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. p. 12, 38.

<sup>188</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. p. 13, 39.

várias regiões. Há mortes por grupos policiais ou parapoliciais que implicam a eliminação de competidores em atividades ilícitas (disputa por monopólio de distribuição de tóxicos, jogo, prostituição, áreas de furto, roubos domiciliares, etc.). Há “mortes anunciadas” de testemunhas, juízes, fiscais, advogados, jornalistas, etc. Há mortes de torturados que não “aguentaram” e de outros em que os torturadores “passaram do ponto”. Há mortes “exemplares” nas quais se exhibe o cadáver, às vezes mutilado, ou se enviam partes do cadáver aos familiares, praticadas por grupos de extermínio pertencentes ao pessoal dos órgãos dos sistemas penais. Há mortes por erro ou negligência, de pessoas alheias a qualquer conflito. Há mortes do pessoal dos próprios órgãos do sistema penal. Há alta frequência de mortes nos grupos familiares desse pessoal cometidas com as mesmas armas cedidas pelos órgãos estatais. Há mortes pelo uso de armas, cuja posse e aquisição é encontrada permanentemente em circunstâncias que nada têm a ver com os motivos dessa investigação pública. Há mortes em represália do descumprimento de palavras dadas em atividades ilícitas cometidas pelo pessoal desses órgãos do sistema penal. Há mortes violentas em motins carcerários, de presos e de pessoal penitenciário. Há mortes por violência exercida contra preso nas prisões. Há mortes por doenças não tratadas nas prisões. Há mortes por taxa altíssima de suicídio entre os criminalizados e entre o pessoal de todos os órgãos do sistema penal, sejam suicídios manifestos ou inconscientes. *Há mortes*..<sup>189</sup>

Nessa conjuntura,<sup>190</sup> a criminóloga venezuelana Lola Aniyar de Castro aponta que na América Latina, paralelamente ao funcionamento do “sistema penal aparente”, há um “sistema penal subterrâneo” marcado por práticas violadoras de direitos: violações de domicílio, violência policial, violação ao direito à própria imagem, prisões preventivas por prazo indeterminado, execução penal à margem dos direitos humanos, entre outras.<sup>191</sup> Ainda, conforme pontua Zaffaroni, as agências policiais e penitenciárias marginais têm como regra a militarização, embora possuam funções de natureza civil.<sup>192</sup>

O fundamento que explica todos esses excessos de violência em nossa região, que direcionam os sistemas penais latino-americanos para o genocídio, é o racismo. Ele é a variável essencial na produção da morte. Nas palavras de Ana Flauzina:

A intervenção truculenta e o número excessivo de mortes causados na movimentação de nossos aparatos de controle estão, dessa maneira, estritamente vinculados aos pressupostos racistas que desenham o quadro da “inadequação social” do contingente negro em toda a região.<sup>193</sup>

Com efeito, trazendo à nossa realidade marginal brasileira, discutimos no primeiro capítulo a relação umbilical entre sistema penal e a fixação pelo controle dos corpos negros no

<sup>189</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. p. 124-125.

<sup>190</sup> As especificidades do sistema penal marginal levaram à construção de uma criminologia crítica latino-americana que, ao problematizar a tradicional importação de teorias e paradigmas eurocêtricos, torna-se engajada na busca pela adoção de um modelo alternativo ao controle penal comprometido com os interesses periféricos, como as teorizações do Realismo Marginal de Zaffaroni e da Criminologia da Libertação de Aniyar de Castro. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**. p. 113-114.

<sup>191</sup> ANIYAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da libertação**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 131-132.

<sup>192</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. p. 137.

<sup>193</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. p. 30, 33.

Brasil. Mostramos que tal vínculo iniciou-se com a colonização ibérica e a empresa escravista, não se findando com a independência, como produto da colonialidade que o é, mas, pelo contrário, se viu atualizado pelas elites nacionais, remanipulado pelo mito da democracia racial, tudo sob o aval dos interesses das potências hegemônicas no neocolonialismo,<sup>194</sup> durando até os dias de hoje, pois esta elite “nunca abriu mão do uso ostensivo do sistema penal no controle da população negra”<sup>195</sup> – o nosso sistema penal se apresenta, de fato, como o legado mais indigesto da modernidade.<sup>196</sup>

O que se quer destacar, nesta oportunidade, é o fato de Ana Flauzina afirmar, sem hesitações e de forma direta, que os nossos sistemas penais são ferramenta fundamental ao projeto genocida contra corpos negros em curso pelo Estado brasileiro. Há um projeto de Estado em curso que, a partir de diversos âmbitos que investem sobre o segmento negro de forma a fragilizá-los e vulnerabilizá-los mental e fisicamente (como a pobreza, saúde pública, educação, espacialidade urbana, impedimento à construção de uma identidade negra), visam, como destino final, a produção da sua morte material e simbólica. Dentro dos mecanismos institucionais que possibilitam este projeto, a movimentação do sistema penal encontra espaço privilegiado.<sup>197</sup> Às objeções que refutam a utilização da categoria genocídio no contexto brasileiro pela falta de uma enunciação expressa do Estado, isto é, de um projeto declarado, Flauzina responde:

Nesse sentido, negar a existência de um projeto de Estado voltado para a eliminação da população negra pela falta de explicitação, é desconhecer a lógica de funcionamento assumida pelo Estado brasileiro desde a abolição da escravatura. Uma lógica que pretende desconectar a atuação institucional genocida da agenda política que a preside. Um processo que visa desvincular os efeitos das práticas discriminatórias de suas causas, como forma de resguardar o papel “cordial” reservado ao Estado brasileiro no que tange à matéria racial. Reclamar por uma declaração expressa da atuação institucional genocida no país é, portanto, desconsiderar que, numa relação extremamente complexa, essa agenda tem nos processos de ocultação ensejados pela democracia racial, um de seus principais sustentáculos. (...) Aqui, o genocídio está nas bases de um projeto de Estado assumido desde a abolição da escravatura, com o qual nunca se romperá efetivamente. A agenda genocida é recepcionada pelos sucessivos governos que assumiram a condução do país desde então, sem que se alterassem os termos desse pacto. Daí a grande dificuldade em se ter acesso ao projeto: ele não é episódico, mas estrutural.<sup>198</sup>

<sup>194</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. p. 118-119.

<sup>195</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. p. 33.

<sup>196</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. p. 29.

<sup>197</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. p. 110-111.

<sup>198</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. p. 120.



Isto é, no contexto brasileiro, a democracia racial, com os silêncios que produz em torno das discussões sobre raça, serve como blindagem a proteger o institucional. Em solo pátrio, a partir deste marco, as práticas racistas se acostumaram a operar através da sua não enunciação expressa.

Nesses termos, a operacionalidade do sistema penal na periferia do capitalismo e, mais especificamente, no Brasil, é extremamente violenta. Com efeito, como mostra Vera Andrade, a diferença de violência (qualitativa e quantitativa) entre os sistemas penais centrais e marginais é demarcada pela experiência da colonialidade:

Aqui, na periferia, a lógica da punição é simbiótica com uma lógica genocida e vigora uma completa interação entre controle penal formal e informal, entre público e privado, entre sistema penal oficial (pena pública de prisão e perda da liberdade) e subterrâneo (pena privada de morte e perda de vida), entre lógica da seletividade estigmatizante e lógica da tortura e do extermínio, a qual transborda as dores do aprisionamento para ancorar na própria eliminação humana, sobretudo **dos sujeitos que “não tem um lugar no mundo”, os sujeitos do “lugar do negro”. Dialetizando-se com a pena oficial de prisão – a pena vertebral da modernidade – aparece a pena de morte informal ou subterrânea para a colonialidade.** (...) De fato, em sociedades latino-americanas como a brasileira, com uma secular tradição de maus-tratos, tortura e extermínio (crueldade) como tecnologia punitiva e mecanismo de controle social, **os corpos, sobretudo de pobres e mestiços, indígenas e negros (antes das tribos, campos e senzalas, e depois das favelas), das marginalizadas e conflituosas periferias urbanas ou zonas rurais, ainda que jovens e até infantis, nunca saíram de cena como objeto da punição.**<sup>199</sup> (grifos nossos)

Assim, nas regiões periféricas não se verifica uma ruptura “evolutiva” entre o passado e o presente, mas sim uma continuidade de métodos punitivos desde a colonização, o mercantilismo e a escravidão, até a globalização do capitalismo.<sup>200</sup> A realidade marginal tem historicamente o poder punitivo como marca de torturas e extermínios sistemáticos, que mantem o *status quo* de uma visão de mundo classista, racista e patriarcal. Por ser assim, a seção a seguir cuidará de mostrar o explícito predomínio do segmento negro entre os números dos presos e dos mortos pelo aparato penal, delineando a discutida contribuição do sistema penal para o genocídio deste segmento.

### 3.4 DELINEANDO O GENOCÍDIO: O RACISMO DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO EM NÚMEROS

Ao contrário do que prega o mito da democracia racial, a negros e brancos não é destinado o mesmo tratamento, a despeito da igualdade jurídica (formal): e os dados da

<sup>199</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**. p. 106-107.

<sup>200</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**. p. 107-108.

realidade, que demonstraremos neste tópico, evidenciam tal fato. Isso porque estes números bem demonstram a naturalização do terror que acomete os corpos negros no Brasil, aos quais se torna uma possibilidade constante a segregação: ora pelos processos de encarceramento, ora pela eliminação física.

No atual contexto brasileiro do hiperencarceramento, em que o controle social através da prisão é visto pelo país como a primeira saída para os conflitos sociais, a população carcerária saltou de 90 mil pessoas em 1990 para 726 mil em 2017, de acordo com dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) de 2017, realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Neste cenário, o Brasil adentra a posição de uma das cinco maiores populações carcerárias mundiais, contabilizando chocantes 726.354 corpos privados de liberdade, sendo que, dentre estes, 33,29% são presos provisórios, isto é, pessoas privadas de sua liberdade sem uma resposta definitiva do Judiciário quanto à sua culpabilidade.<sup>201</sup>

Dentre a composição da população carcerária do Brasil, há desproporcionalidade no tocante aos perfis raciais, condição explicada pelo discutido fenômeno da seletividade: pretos e pardos (classificação do Censo Demográfico do IBGE) totalizam 63,6% da população prisional nacional, enquanto que, do total da população brasileira, eles representam 55,4%. Demonstra-se, assim, a sobre-representação do segmento negro no quadro penitenciário do país, afastando qualquer discurso de proporcionalidade desses números. Ainda, os jovens são maioria no sistema carcerário, sendo de 54% a taxa de detentos entre 18 e 29 anos; e apesar de não haver cruzamento entre raça e faixa etária pelos dados ora analisados, infere-se que tais jovens são em sua maioria negros. Destaca-se, ainda, o grau de escolaridade do contingente prisional, composto por 73,8% de pessoas com baixa escolaridade (analfabetos, alfabetizados e pessoas com ensino fundamental incompleto e completo).<sup>202</sup> A partir desses números, percebe-se a quais grupos o sistema penal direciona suas práticas punitivas: jovens, negros, periféricos e de baixa escolaridade.

Tal quadro, inadmissível por si só, agrava-se devido às condições precárias do sistema carcerário brasileiro, que em 2017 contava com um déficit total de 303.112 vagas e

---

<sup>201</sup> BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Infopen – julho de 2017. Brasília: Ministério da Justiça, 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2021. p. 7-9, 14.

<sup>202</sup> BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Infopen – julho de 2017. Brasília: Ministério da Justiça, 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2021. p. 30-32, 34-35

uma taxa de 171,62% de ocupação das unidades prisionais.<sup>203</sup> Sendo um lugar de perpetração de violações aos direitos humanos, consubstanciado em torturas, abusos e maus tratos, ele aparece como mais uma porta para o genocídio, pois as condições sub-humanas do cárcere brasileiro e o mal atendimento de saúde lá prestado aumenta em 3 vezes a chance de morrer de uma pessoa encarcerada em relação a alguém fora do sistema prisional,<sup>204</sup> além dos riscos de doenças graves, suicídios, agressões físicas e verbais e violências sexuais.

Em um país que construiu seu sistema penal visando o controle dos corpos negros, certamente estes dados não são aleatórios ou mera coincidência. A rigor, constituem a própria lógica de funcionamento do sistema, em uma sociedade que reproduz estruturas racistas edificadas secularmente. De fato, tem-se todo um quadro mais amplo de marginalização e exclusão social do contingente negro que, iniciado no período da escravidão, foi naturalizado nas relações sociais. Assim, as posições sociais desfavoráveis no Brasil têm cor: dados divulgados pelo IBGE, referentes ao ano de 2019, apontam que a população ocupada de raça branca ganhava, em média, 73,4% mais do que a de raça negra (preta ou parda); a população negra estava mais inserida em ocupações informais do que a branca; a população negra compunha 77% dos 10% com menores rendimentos, enquanto a população branca, entre os 10% com maiores rendimentos, compunha 70,6%; dentre os brasileiros vivendo na extrema pobreza, mais de 70% eram negros, sendo as mulheres negras 39,8% dos extremamente pobres; a proporção de pessoas brancas de 25 anos ou mais com nível superior era de 24,9%, enquanto os negros registravam 11,0%; do total das pessoas negras acima de 25 anos, 44,8% não possuem instrução ou o ensino fundamental incompleto, enquanto em relação às pessoas brancas, essa taxa é de 31,5%.<sup>205</sup>

Esses números contribuem para o cenário de morte que assombra a população negra, em vista da sua inserção em um quadro social que degrada as suas condições e expectativas de vida, alargando seus riscos de adoecimento, superexploração etc. Para além dessas formas indiretas de se produzir a morte, a identificação racial das mortes intencionais por homicídio apaga qualquer dúvida acerca do caráter racial de quem morre no Brasil. A afirmação é bem simples: vivemos em um país que mata negros, sobretudo jovens, em larga escala: em 2019, negros representaram 74,4% das vítimas de mortes violentas intencionais, em uma proporção

<sup>203</sup> BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Infopen – julho de 2017. Brasília: Ministério da Justiça, 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2021. p. 07

<sup>204</sup> CONECTAS DIREITOS HUMANOS. Dados. Carcerópolis, 2018. Disponível em: <<https://carceropolis.org.br/dados/>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

<sup>205</sup> IBGE. Síntese de indicadores sociais 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2021.

em que, para cada homem branco, morreram aproximadamente 3 homens negros;<sup>206</sup> entre o decênio de 2008 e 2018, as taxas de homicídios entre negros aumentou em 11,5%, ao passo que entre os não negros diminuiu em 12,9%; as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil em 2018;<sup>207</sup> quanto aos homicídios por arma de fogo, em 2014 foram assassinadas 9.766 pessoas brancas e 29.813 negras, em uma taxa de vitimização negra de 158,9% (isto é, morreram por arma de fogo 158,9% mais negros do que brancos). Destes, as vítimas estão entre os jovens de 15 a 29 anos de idade.<sup>208</sup>

Neste quadro de banalização da vida negra, a atuação da polícia é bastante contributiva: dentre as 6.375 intervenções policiais que resultaram em morte em 2019, 79,1% das vítimas eram negras.<sup>209</sup> Essa altíssima taxa de mortes de corpos negros produzida pela polícia se elucida ao se constatar a existência de filtragens raciais no dia a dia do policiamento, isto é, há um padrão discriminatório na ação do sistema de segurança pública. Sinhoretto *et al.* aponta que a vigilância policial é praticada de modo racializado, na medida em que, pelas práticas da “fundada suspeita” e do “tirocínio policial”,<sup>210</sup> a percepção pela polícia de “suspeitos” da prática de crimes recai sobre um grupo social específico, marcado pela “faixa etária, pertença territorial e que exhibe signos de um estilo de vestir, andar e falar que reivindica aspectos da cultura negra, e que é, em muitos casos, também constituinte de uma cultura ‘da periferia’”.<sup>211</sup> Sinhoretto afirma que, a despeito dos policiais não reconhecerem a discriminação racial nas abordagens – admitindo, no entanto, a discriminação de classe –, a utilização de critérios racializados na identificação de suspeitos não pode ser negada:

<sup>206</sup> O conjunto das mortes violentas intencionais é composto de mortes por homicídios dolosos, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte e mortes decorrentes de intervenção policial. Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2021. p. 63, 66.

<sup>207</sup> IPEA. Atlas da violência de 2020. Rio de Janeiro: IPEA/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 21. p. 47.

<sup>208</sup> WASELFSZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil. Disponível em: <[https://www.mapadaviolencia.net.br/pdf2016/Mapa2016\\_armas\\_web.pdf](https://www.mapadaviolencia.net.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2021. p. 49, 55, 60.

<sup>209</sup> Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2021. p. 90.

<sup>210</sup> “A fundada suspeita é fruto, segundo os interlocutores, da experiência que o policial adquire nas ruas para identificar um suspeito ao primeiro olhar e os signos da suspeição. Esta experiência adquirida é nomeada de tirocínio policial, uma qualidade positivada entre os interlocutores e construída mediante o ‘tempo de rua’ que um policial possui”. SINHORETTO, Jacqueline et al. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. In: **Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais**. Coleção Pensando a Segurança Pública. Brasília: Ministério da Justiça, 2014, v. 5. p. 133.

<sup>211</sup> SINHORETTO, Jacqueline et al. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. p. 132-133.

Os entrevistados reconhecem a filtragem e preferência de abordagens de tipos de pessoas caracterizados por sua corporalidade, que mistura traços de classe, faixa etária, território e signos culturais expressos pelo gosto ou estilo de vida - combinação que marca o tipo com o signo da suspeição criminal. Esta discriminação é nomeada pelos entrevistados como "discriminação de classe". Ao mesmo tempo, recusa-se reconhecer os componentes raciais desta discriminação; o racismo é tabu na fala dos policiais. **Não obstante, o que eles nomeiam como classe está muito distante de ser uma classificação puramente econômica, tratando-se, diversamente, de uma leitura racializada da classe, uma classe que possui cor, gênero, idade e origem.**<sup>212</sup> (grifou-se)

São as regiões majoritariamente habitadas pela população negra – como as periferias urbanas – que concentram as táticas de vigilância, operações e abordagens policiais e, portanto, são nestas localidades que ocorrem este elevado índice de mortes. Vera Malaguti Batista, ao pesquisar a questão das drogas junto à juventude carioca, associa a chamada atitude suspeita à ideia de Sidney Chalhoub de “estratégia de suspeição generalizada” utilizada para o já mencionado controle das populações negras recém-libertas no final do século XIX, que servia como meio de demarcar os deslocamentos e a circulação pela cidade destes segmentos. A criminóloga conclui, portanto, que

a “atitude suspeita” não se relaciona a nenhum ato suspeito, não é atributo do “fazer algo suspeito” mas sim de ser, pertencer a um determinado grupo social; é isso que desperta suspeitas automáticas. Jovens pobres pardos ou negros estão em atitude suspeita andando na rua, passando num táxi, sentados na grama do Aterro, na Pedra do Leme ou reunidos num campo de futebol.<sup>213</sup>

É neste sentido que opera a seletividade do sistema penal, impulsionada por estereótipos e estigmas: pelo fato de os jovens negros periféricos serem mais vigiados e controlados, suas condutas ilegais são flagradas em maior intensidade, ao passo que as camadas abastadas brancas, por serem menos vigiadas, possuem menor visibilidade diante da polícia no cometimento de infrações, sendo suas abordagens muito menos frequentes. O resultado desse seletivo direcionamento policial se reflete na hiperbólica taxa de mortes da juventude negra em operações policiais, assim como na sua imensa representação dentre a massa carcerária (e, mais detidamente, entre os presos em flagrante, isto é, naquelas prisões decorrentes de abordagens policiais e não de uma sentença judicial transitada em julgado).<sup>214</sup>

Essas situações bem evidenciam a visão que se tem dos corpos negros enquanto sujeitos descartáveis, ignóbeis, vidas construídas para não importar, retidos nos confins da

<sup>212</sup> SINHORETTO, Jacqueline et al. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. p. 134.

<sup>213</sup> BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis:** drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 103-104.

<sup>214</sup> SINHORETTO, Jacqueline et al. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. p. 127, 132.

zona do “não-ser”, como diria Fanon. Tal visão ativa o modo violento com que o Estado se relaciona com esses corpos, operacionalizando o mencionado projeto político de morte direcionado a eles, em curso desde a formação do país. Flauzina explica os motivos deste projeto se lançar preferencialmente contra os jovens:

O recado mais claro e atordoante desse cenário não se limita ao fato de os corpos negros somarem a maior parte dos alvos do homicídio no país, mas que a eliminação física tem por base a inviabilização do segmento enquanto coletividade. Ou seja, os números que revelam o grau de vitimização da juventude negra apontam para um projeto que investe claramente contra o futuro, contra as possibilidades de todo um contingente existir e se reproduzir. Não há flagrante mais incontestável de uma política de extermínio em massa: deve-se matar os negros em quantidade, atingindo preferencialmente os jovens enquanto cerne vital da continuidade de existência do grupo. Dentro dessa perspectiva, o aumento das taxas de vitimização da juventude ao longo da última década revela que não se trata de um processo herdado de um passado que tende a desfalecer, mas, ao contrário, de um investimento diuturnamente renovado, em que o Estado, como sócio majoritário, não poderia mesmo intervir.<sup>215</sup>

De fato, a existência de um projeto genocida perpetrado pelo Estado brasileiro – e não somente pelos policiais que realizam as operações letais – se elucida pelas teorizações de Orlando Zaccone de que se a polícia mata, ela não mata sozinha. Ou seja: existe uma colaboração entre ela e os outros órgãos do sistema penal (Ministério Público, Poder Judiciário, etc.) na produção destes cadáveres, que se torna evidente pelas altíssimas taxas de decisões de arquivamento dos autos de resistência,<sup>216</sup> chanceladas pelo Judiciário, a pedidos do Ministério Público. Segundo Zaccone, é na Guerra às Drogas que o fenômeno morte, quando realizado por policiais contra grupos específicos (em geral, a juventude negra), é enquadrado pelos órgãos estatais como conduta de acordo com o direito, pois “identificada na vítima [do homicídio policial] a figura do inimigo/criminoso, encarnada na categoria fantasmática do traficante de drogas, significada como a nomeação do mal, legítima é a ação

<sup>215</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. p. 116-117.

<sup>216</sup> De maneira geral, os autos de resistência se referem aos inquéritos policiais destinados a apurar os homicídios de civis pela polícia decorridos de intervenção policial que teriam (em tese) sua ilicitude excluída pela classificação do ato como legítima defesa da vida dos policiais (artigos 23 c/c 25 do Código Penal) ou estrito cumprimento do dever legal (artigo 23 do Código Penal), uma vez que permite-se o emprego de força pelos policiais no caso de resistência à prisão (artigo 292 do Código de Processo Penal). Ocorre que tais mortes acabam sendo relevadas e legitimadas pelas altíssimas taxas de arquivamentos desses autos sem investigações mais densas, pelos órgãos da Justiça, do contexto destas ações policiais que resultaram em morte: “tal procedimento pode camuflar ilegalidades, abusos e violência, reproduzindo o estereótipo da vítima como inimigo, conformando a seletividade dessa espécie de violência institucional e gerando a relativização de direitos fundamentais de setores sociais específicos”. BEZERRA, Thays Alves. **Autos de resistência e violência policial: estratégias utilizadas para negar a violência institucional no registro das mortes dos acusados na guerra contra as drogas em duas capitais brasileiras**. 99 f. Monografia de graduação (Bacharelado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. p. 18, 20.

policial a perpetrar a sua morte”.<sup>217</sup> Dessa forma, confere-se, com o proibicionismo, “uma nova legitimação ao genocídio negro jamais interrompido”.<sup>218</sup>

Não obstante estas constatações assustadoras, este estado de coisas é insuficientemente questionado. Freitas destaca que a longevidade e intocabilidade de um sistema de justiça criminal tão violento e letal quanto o nosso, que articula fortes imagens de horror e violência sistemática contra corpos negros através do encarceramento em massa e da morte, só é possível pois se estabeleceu um forte quadro de indiferença social ao sofrimento negro. Tal indiferença decorre, em primeiro lugar, da privação dos negros do sentido de humanidade, de sorte que seu enclausuramento ou morte não causará revolta pública. Assim, coloca-se para funcionar, anos após anos, um sistema de tal monta como se fosse algo trivial, sem causar nenhum assombro, já que não conta com a mobilização expressiva de nenhum tipo de censura pública ou de reação política e social.<sup>219</sup>

Como já pontuado neste trabalho, o racismo não é mera característica do sistema de justiça criminal brasileiro, mas o seu próprio elemento fundante. Por ser assim, Freitas destaca que o hiperencarceramento e a morte negra por este sistema não se revelam como um acidente ou um erro pontual, mas, pelo contrário, estes se constituem em seu traço central, em seu objetivo, uma vez que, como pontuamos anteriormente pelos apontamentos da criminologia crítica, os sistemas punitivos se prestam à manutenção do poder e do *status quo*. No caso da sociedade brasileira, presta-se à conservação de uma sociedade hierarquizada racialmente, que assegura a concentração de privilégios nas mãos da elite branca, em um eterno *continuum* da escravidão:

No caso brasileiro, é em torno da eliminação, segregação e controle de corpos negros que se desenrola um modo de gestão da vida nas cidades que é organizado em função de processos de representações desumanizadas de pessoas negras e de uma constante atualização do escravismo como argumento estruturador das relações e códigos sociais. Mais do que gerar desvantagens econômicas para o segmento negro da população ou produzir exclusão de pessoas negras dos espaços de direção política, econômica e cultural, o principal legado do escravismo foi a produção de um modelo racial com lastro na desumanização de pessoas em função de suas características físicas. (...) Na prática, o quadro obscuro das prisões e seu alargamento exponencial produz um contexto em que é como se a escravidão estivesse, aqui e agora, sendo reeditada com toda a força diante de nossos olhos, contando inclusive com a chancela e o estímulo da autoridade política e do discurso jurídico e social.<sup>220</sup>

<sup>217</sup> ZACCONE, Orlando. **Indignos de vida**: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2015. p. 23-24, 27-30.

<sup>218</sup> GÓES, Luciano. O realismo marginal racial brasileiro. **Nuestrapraxis. Revista de Investigación Interdisciplinaria y Crítica Jurídica**, n. 2, jan./jun. 2018. p. 51.

<sup>219</sup> FREITAS, Felipe da Silva. A naturalização da violência racial: escravismo e hiperencarceramento no Brasil. **Revista Perseu: história, memória e política**, n. 17, ano 12, 2019. p. 50, 53.

<sup>220</sup> FREITAS, Felipe da Silva. A naturalização da violência racial: escravismo e hiperencarceramento no Brasil. p. 53-54.

Tendo em mente todos os fatores abordados ao longo deste trabalho, não se poderia deixar de problematizar a *própria existência* de um sistema tão problemático quanto o penal. Com efeito, na próxima seção abordaremos a corrente de pensamento mais radical de crítica a este sistema, por postular justamente o seu fim: o abolicionismo penal.

### 3.5 ALTERNATIVAS: O PENSAR ABOLICIONISTA PENAL

Diante do desenhado quadro da crise de legitimidade do sistema penal, que Cohen denominou “impulso desestruturador”,<sup>221</sup> o abolicionismo penal emergiu, a partir da década de 1970, como a postura mais radical de deslegitimação do sistema carcerário e da própria lógica punitiva.<sup>222</sup> De modo geral, os abolicionistas penais defendem a superação de todo o sistema penal moderno e da própria lógica punitiva e sua substituição por formas alternativas de solução dos conflitos.

Na multiplicidade de métodos, táticas, lutas e discursos que integram o abolicionismo, Scheerer o caracteriza como uma “teoria sensibilizadora”, por seu objetivo de “transcender os modelos, classificações e presunções tradicionais, mas sem apresentar provas acabadas dessas novas ideais nem o inventário de suas próprias ferramentas conceituais e metodológicas”.<sup>223</sup> Seu conceito aberto permite o trânsito pelas formulações de diversos autores em um movimento que complementa o seu conteúdo. Assim, existem heterogêneas vertentes e correntes abolicionistas, em diferentes “abolicionismos penais”.<sup>224</sup>

Vera Andrade destaca a dupla via abolicionista enquanto perspectiva teórica e movimento social, em decorrência da participação de seus integrantes, para além dos muros acadêmicos, na militância social pela fundação de diversos grupos de ação contra o sistema penal, além de sua composição em movimentos que contavam com a participação de pessoas diretamente afetadas pela criminalização, como técnicos, presos, liberados e seus familiares.<sup>225</sup>

<sup>221</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**. p. 260.

<sup>222</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2008. p. 695.

<sup>223</sup> Tradução livre de “trascender los modelos, clasificaciones y presunciones tradicionales, pero sin presentar pruchas acabadas de esas nuevas ideas ni el inventario de sus propias herramientas conceptuales y metodológicas. SCHEERER, Sebastian. Hacia el abolicionismo. In: HULSMAN, Louk et al. **Abolicionismo Penal**. Tradução Mariano Alberto Ciafardini e Mirta Lilián Bondanza. Buenos Aires: Sociedad Anónima, 1989, p. 21.

<sup>224</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Em busca das penas perdidas**. p. 97-98.

<sup>225</sup> Vera Andrade expõe os teóricos do movimento abolicionista e as organizações que fundaram: “Foucault fundou o “Grupo de informação sobre os cárceres” (Groupe d’Informacion sur les Prisons); Hulsman iniciou a



Não obstante sua característica plural, no que se refere aos seus pressupostos comuns, podemos dizer que o movimento abolicionista questiona a necessidade mesma da punição.<sup>226</sup> Com efeito, o objeto da abolição não é apenas o Direito Penal (programação normativa do exercício do poder dos juristas), mas também o sistema penal que, como institucionalização do poder punitivo do Estado, engloba “tanto a engenharia quanto a cultura punitivas, tanto a máquina quanto a sua interação com a sociedade”.<sup>227</sup> Isto é, entende-se por sistema penal a totalidade das agências penais, das normas jurídicas e dos saberes cognitivos que, ao se relacionarem com o controle social global (família, escola, mídia, lugar de trabalho, etc.), formam e reproduzem a cultura e o senso comum punitivos que se enraízam dentro de cada um de nós.<sup>228</sup> E, por ser assim, mais do que abolir o sistema penal estatal, o abolicionismo penal visa a desconstrução da própria lógica de castigo e de costumes autoritários presentes nas relações sociais – o imaginário punitivo –, a qual começa, por sua vez, em cada um de nós. Nesse sentido, coloca Edson Passetti:

O abolicionismo penal é mais do que abolição do direito penal ou da prisão moderna. Ele problematiza a sociabilidade autoritária que funda e atravessa o Ocidente como pedagogia do castigo em que, sob diversas conformações históricas, atribui-se a um superior o mando sobre o outro. Abala o domínio no qual a criança e o jovem encontraram-se confinados à condição de assujeitamento imposto pela obediência às hierárquicas regras de *educação* na infância e na adolescência e ao modelo do adulto legitimador de mentiras necessárias.<sup>229</sup>

Assim, o movimento abolicionista propõe um novo pensar e um novo viver a fim de romper com a naturalização do castigo e da vingança – que são os fundadores do princípio da punição no direito penal. Denuncia a ineficácia das prisões como resposta universal do modelo de justiça penal a todos os conflitos, propondo sua substituição por outras instâncias alternativas de solução, focadas na consideração de cada caso em sua singularidade,<sup>230</sup> em um movimento geral que nos instiga a perceber, lidar e interpretar as situações conflituosas em sociedade sob novas lentes que não a punitiva.

---

“Liga Coorhhert”; a qual, entre outras ações, apresentava todos os anos um orçamento alternativo para o Ministério da Justiça; Mathiesen fundou o KROM (1969) norueguês, abreviatura de Norsk Forening for Kriminal Reform (Associação Norueguesa para a Reforma Penal) e seus contrapontos escandinavos são o KRUM (Suécia, 1966) e o KRIM (Dinamarca e Finlândia, 1967), organizações que, sob o amparo dos projetos abolicionistas, declaram como objetivo estratégico a abolição do sistema carcerário. Na Inglaterra existem as “Radicais Alternativas à Prisão” (RAPs), com defensores inclusive nos Estados Unidos da América”. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**. p. 255-256.

<sup>226</sup> CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 243.

<sup>227</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**. p. 260-261.

<sup>228</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**. p. 261.

<sup>229</sup> PASSETTI, Edson. A atualidade do abolicionismo penal. In: PASSETTI, Edson (org.). **Curso livre de abolicionismo penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan 2004. p. 16.

<sup>230</sup> PASSETTI, Edson. Ensaio sobre *um* abolicionismo penal. **Revista Verve**, n. 9, 2006. p. 83-84.

Produto do movimento que fez emergir a teoria da rotulação e a criminologia crítica, partilha de suas críticas ao sistema de justiça criminal, enxergando a falsidade do discurso legitimador e vislumbrando que a prisão não evita a prática de novos crimes (pelo contrário, os reproduz), não recupera o sujeito infrator, não protege o meio social, enfim, não faz nada do que promete. Ao contrário, desumaniza, ameaça, inflige dor, tortura, mata e deixa morrer, sendo incapaz, ainda, de atender às verdadeiras necessidades da vítima. Diante desse fracassado caminho punitivo como resposta aos atos tidos como antissociais, os abolicionistas estampam a coragem para subverter o sistema.

Dentre os autores abolicionistas mais lidos internacionalmente, estão os nórdico-europeus Louk Hulsman, de preferência fenomenológica, Nils Christie, de variante fenomenológica-historicista, e Thomas Mathiesen, de orientação marxista.<sup>231</sup>

Entre suas principais teorizações abolicionistas, Louk Hulsman propôs a desconstrução da linguagem convencional da justiça criminal (crime, criminoso, criminalidade) por acreditar na potência estigmatizante e ideológica que o vocabulário penal carrega, o qual ativa muitos gatilhos e preconceitos.<sup>232</sup> A mudança de linguagem (com a necessária ressignificação dos termos) abriria portas para novas interpretações a respeito dos conflitos, para além daquela punitiva, ampliando, assim, o leque de possibilidades de enfrentá-los, o que poderia levar a uma resposta mais satisfatória.<sup>233</sup> Diz ele: “não existem crimes, nem delitos, mas apenas situações problemáticas. E sem a participação das pessoas diretamente envolvidas nestas situações, é impossível resolvê-las de forma humana”.<sup>234</sup>

Sobre este ângulo da participação dos envolvidos, Nils Christie<sup>235</sup> reforça a necessidade de as partes retomarem o conflito para si – pois são os maiores interessados que perdem o poder de voz para o Estado, pois este “rouba” os seus conflitos –, com a reivindicação de um maior protagonismo para a vítima. Assim, para o autor, a participação

<sup>231</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. p. 98.

<sup>232</sup> HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernart de. **Penas perdidas**: o sistema penal em questão. Tradução de Maria Lúcia Karam. Rio de Janeiro: Luam, 1993. p. 95-96.

<sup>233</sup> Segundo Hulsman, se deixarmos as pessoas diretamente envolvidas lidarem com seus próprios conflitos, uma gama de reações, para além da punitiva, apareceriam, como a compensatória, a terapêutica e a conciliadora, além de medidas sanitárias, educativas, de assistência material ou psicológica, reparatórias, entre outras. HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernart de. **Penas perdidas**: o sistema penal em questão. p. 100.

<sup>234</sup> HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernart de. **Penas perdidas**: o sistema penal em questão. p. 100-101.

<sup>235</sup> É necessário fazer a ressalva de que, embora Nils Christie seja reconhecido como um abolicionista e suas teorizações serem fundamentais ao movimento, ele estaria mais próximo do minimalismo, por acreditar que “o abolicionismo, em sua forma pura, não é uma posição alcançável. Não podemos abolir totalmente o sistema penal. Mostrei também nos capítulos anteriores que, no entanto, podemos avançar muito nessa direção. (...) [o minimalismo] está próximo do abolicionismo, mas aceita que, em certos casos, a pena é inevitável”. CHRISTIE, Nils. **Uma razoável quantidade de crime**. Tradução de: André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 130-131.

dos envolvidos na compreensão da situação é mais importante do que as próprias soluções,<sup>236</sup> ainda mais se forem abstratas, reducionistas e impostas de cima para baixo por um aparelho estatal burocrático centralizador que, nas palavras de Hulsman, é “sem alma”.<sup>237</sup>

Assim, segundo Christie, torna-se necessário substituir o sistema penal por formas de justiça participativa e comunitária, com reforço das relações horizontais e que aproxime a comunidade e as partes envolvidas. Nesta forma de justiça, abdicar-se-ia da pena privativa de liberdade, dando lugar, como alternativa ao castigo, às reparações ou indenizações pelo dano causado, em um movimento que as partes possam decidir por si mesmas as respostas.<sup>238</sup> Trata-se de um modelo em que a escuta da vítima (e do ofensor) ganha espaço, possibilitando a ela explicações e expressões de solidariedade em relação à sua perda.<sup>239</sup> Esta forma se opõe ao modelo de justiça do sistema penal, visto que nele a vítima não tem oportunidade de participar na construção da resposta institucional do conflito vivenciado por ela, pois este ignora a sua percepção e sentimentos sobre o problema.

Por sua vez, Thomas Mathiesen é considerado por Zaffaroni como o “estrategista do abolicionismo”, sobretudo por sua perspectiva de revolução permanente das estruturas do punitivismo. Isso porque uma das suas principais ideias abolicionistas se refere ao que chamou de “inacabado”: o abolicionismo pode fomentar ações imediatas que visam a redução do poder punitivo, mas não deve se satisfazer com elas. Ou seja: o abolicionismo deve ser sempre inquieto e insatisfeito com as limitadas reformas de contenção do poder punitivo, tendo sempre em vista a criação de condições para o objetivo final, qual seja, a abolição total do sistema penal.<sup>240</sup>

Todos os autores aqui citados nos convidam a novas leituras dos problemas em sociedade e propõem a reconstrução de vínculos solidários, comunitários e horizontais. Nos convidam a abandonar a predefinição estereotipada dos caminhos a serem seguidos, ao entenderem que a criminalização é apenas uma entre as inúmeras respostas a um fato conflituoso, e que esta deve ser sensível às experiências vividas. A valer, não é *apenas uma* entre várias respostas, mas sim a pior, por sua violência, seletividade e irracionalidade intrínsecas.

<sup>236</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. p. 709.

<sup>237</sup> HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernart de. **Penas perdidas**: o sistema penal em questão. p. 60

<sup>238</sup> CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. p. 251.

<sup>239</sup> ANITUA, Gabriel. **História dos pensamentos criminológicos**. p. 707.

<sup>240</sup> CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. p. 245-247.

A abolição do sistema penal não pode mais ser pensada como utópica; não deve ser vista como um sonho impossível.<sup>241</sup> Em verdade, “uma sociedade sem direito penal já existe, aqui e agora”.<sup>242</sup> Hulsman demonstra tal condição através do conceito de cifra oculta, explanado anteriormente, pela ideia de que a efetiva criminalização, no universo de todas as condutas criminalizáveis, é a exceção, pois só atinge os crimes cometidos por uma camada específica da população, como este trabalho vem chamando a atenção. Portanto, em relação a todas as outras condutas e a todas as outras pessoas, a regra é a impunidade.<sup>243</sup> Isso demonstra que o sistema penal não é indispensável para a nossa sociedade, pois tais conflitos que não alcançam a intervenção penal são resolvidos, diariamente, à sua própria forma (acordos, mediações, decisões privadas dos interessados), fora do sistema.<sup>244</sup> Por ser assim, Hulsman clareia “longe de parecer utópica, a perspectiva abolicionista se revela uma necessidade lógica, uma atitude realista, uma exigência de equidade”.<sup>245</sup> No mesmo sentido vão Guilherme e Noronha de Ávila:

Utópico é o sistema penal. Este aprofunda as feridas das vítimas, criminaliza as populações mais vulneráveis (pobres e negros) e ainda aprisiona mulheres e homens em condições deploráveis. (...) Se uma sociedade sem penas já existe (vide a categoria criminológica da ‘cifra oculta’), falta justamente reconhecer este fato e entender suas repercussões. Enquanto não houver interesses nas dores não medidas pelo poder institucional(izado), seguiremos acreditando na artificialidade punitiva”.<sup>246</sup>

Sem dúvida, é necessário problematizar a aplicabilidade dessas perspectivas em um país como o Brasil, que nasceu do colonialismo, da escravidão e do genocídio. Se como vimos, na América Latina, e especificamente no Brasil, a lógica da punição é análoga a uma lógica genocida – em larga escala de corpos negros e pobres que, quando não são mortos nos confrontos policiais, são deixados para morrer no cárcere – é irremediável que o movimento abolicionista faça com que a justiça penal seja vista a partir do seu lugar de produção e reprodução do racismo que perpassa nossas relações sociais. Quer dizer, o genocídio negro perpetrado pelo sistema de justiça criminal deve ser encaixado como argumento chave para justificar a sua abolição. Para isso, imprescindível a colocação do racismo no epicentro das

<sup>241</sup> MATHIESEN, Thomas. A caminho do século XXI – abolição, um sonho impossível? In: PASSETTI, Edson; SILVA, Roberto B. Dias (org.). **Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva**. São Paulo: IBCCrim, 1997.

<sup>242</sup> HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. A aposta por uma teoria da abolição do sistema penal. **Revista Verve**, n. 8, 2005. p. 247.

<sup>243</sup> HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline. **Penas perdidas: o sistema penal em questão**. p. 65-66.

<sup>244</sup> HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline. **Penas perdidas: o sistema penal em questão**. p. 74.

<sup>245</sup> HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline. **Penas perdidas: o sistema penal em questão**. p. 66.

<sup>246</sup> GUILHERME, Vera; NORONHA DE ÁVILA., Gustavo. **Abolicionismos Penais**. Belo Horizonte: D’Plácido, 2017. p. 150-151.

críticas que reivindicam a abolição das prisões, a partir da abordagem do racismo como fundamento e princípio de inteligibilidade do sistema penal. Para tentar dar uma contribuição a este desafio, no próximo capítulo abordaremos o abolicionismo antirracista de Angela Davis, para quem as prisões são uma atualização do escravismo como forma de controle de corpos negros, num impedimento ao gozo pleno da liberdade no pós-abolição.

## 4 POR UM ABOLICIONISMO PENAL ANTIRRACISTA

### 4.1 QUESTIONAMENTOS À CRIMINOLOGIA CRÍTICA E AO ABOLICIONISMO PENAL

Em uma sociedade fruto das violências do colonialismo como a brasileira, defende Luciano Góes, não há espaço para a defesa de um abolicionismo penal que se restrinja ao apelo pela extinção das prisões enquanto crítica ao controle social sem o abarque da crítica à estrutura racista de nossa sociedade. Essa tomada de posição faz sentido nos exatos limites em que são as relações estruturais racistas aquilo que, nos termos de Ana Flauzina, dão o tom e os limites deste controle. Sem a crítica radical ao racismo – e a assunção de todas as consequências que isto avoca – o movimento abolicionista penal está sujeito a tornar-se, nas palavras de Góes, “conversa para cara pálida dormir”, transmutando-se em mais uma abolição falsa, a exemplo da abolição da escravidão que, tendo seus efeitos restritos ao âmbito jurídico, jamais objetivou a emancipação e a liberdade plena das negras e dos negros em território brasileiro.<sup>247</sup>

Vem sendo denunciado que a criminologia crítica e o abolicionismo penal brasileiros não têm conseguido avançar nas críticas ao modelo racial brasileiro. É inequívoco reconhecer que acúmulo crítico produzido por eles, que vem tendo o seu debate fortalecido nas últimas décadas,<sup>248</sup> foi contundente em deslegitimar os sistemas de justiça criminais ao denunciar a sua seletividade estrutural, a sua funcionalidade à manutenção da ordem ideológica, econômica e política das sociedades capitalistas e o caráter autoritário e violento de suas instituições. Apesar dessas ricas contribuições críticas, estes campos e suas produções vêm sendo alvo de críticas, levantadas majoritariamente por autoras e autores negros, no tocante à sua falta de incorporação efetiva dos debates acerca das relações raciais no Brasil. Conforme anuncia Felipe Freitas:

<sup>247</sup> GÓES, Luciano. Entre a abolição e o abolicionismo penal: insurgência marginal crítica por uma sociologia do sistema de controle racial brasileiro. In: GÓES, Luciano (org.). **130 anos de (des)ilusão: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018. p. 313-314.

<sup>248</sup> Sobre a estruturação e o fortalecimento que a discussão criminológica crítica vem ganhando nas últimas décadas no Brasil, desde a sua emersão na década de 1960, destaca Felipe Freitas: “a discussão sobre a criminologia, seus pressupostos epistêmicos e suas implicações teóricas e práticas no campo jurídico nacional vem ganhando destaque no Brasil, sobretudo a partir dos anos 2000. A criação, articulação e o fortalecimento de grupos de pesquisa em criminologia em universidades, bem como o ingresso de criminólogos e criminólogas críticos como professores de cursos de graduação e pós-graduação (sobretudo na área de direito) marcam a instauração de um novo período do debate da criminologia e consolidam um longo processo – iniciado nos anos 1970 – de estruturação do campo criminológico no país.” FREITAS, Felipe da Silva. Novas perguntas para a criminologia crítica brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. **Caderno do CEAS**, Salvador, n. 238, 2016. p. 489.

(...) estas constatações do perfil racializado das vítimas ou dos clientes preferenciais do sistema penal não foram suficientes para proporcionar um debate sério sobre as questões raciais e sistema penal, nem para promover uma qualificada aproximação entre a criminologia crítica e as agendas do movimento negro e suas denúncias sobre o caráter estrutural do racismo na sociedade brasileira. Mesmo que a criminologia estivesse denunciando os efeitos do racismo, ela jamais se interessou em investigar o racismo como parte da estrutura e da própria lógica de funcionamento do sistema, daí o rechaço à ideia de genocídio e a busca por caminhos “menos radicais” de aproximação da temática racial, caminhos que indicassem os sintomas do problema, mas que evitassem o racismo como centro do debate. (...) Além de falar que os negros morrem mais, as discussões da criminologia não deram outros passos neste campo, não incorporaram leituras negras no debate e nem foram atrás de explicações que conseguissem distinguir os modos de funcionamento das hierarquias raciais na composição da vulnerabilidade deste grupo.<sup>249</sup>

De forma geral, os autores que impulsionam esta crítica defendem que não basta a criminologia enunciar que são os negros os clientes preferenciais do sistema penal e de sua violência (repetição enfadonha, segundo Freitas<sup>250</sup>) se esta não traz, em contrapartida ao desvelamento deste fato, a discussão sobre o racismo para o centro do debate, através da incorporação das contribuições do pensamento negro brasileiro – quase que completamente ignorado em sua trajetória.<sup>251</sup> Cabe destacar que o genocídio da juventude negra e pobre vem sendo denunciado pelos movimentos negros brasileiros há décadas, desde, pelo menos, 1978, ano da fundação do Movimento Negro Unificado – MNU<sup>252</sup> e ano da publicação da obra *O genocídio do negro brasileiro*, de Abdias do Nascimento, bem como por meio de campanhas como a *Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto*, lançada em 2005 e articuladora de movimentos e comunidades de negras e negros que defendem explicitamente causas abolicionistas penais por meio da luta “contra a brutalidade policial, pela causa antiprisional e

<sup>249</sup> FREITAS, Felipe da Silva. Novas perguntas para a criminologia crítica brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. p. 491-494.

<sup>250</sup> FREITAS, Felipe da Silva. Novas perguntas para a criminologia crítica brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. p. 493.

<sup>251</sup> “Paralelamente às omissões da criminologia crítica, o movimento negro, intelectuais negros(as) e pouquíssimos aliados(as) foram construindo interpretações divergentes que buscaram dialogar com outras abordagens sobre o tema. Os textos de Abdias Nascimento sobre genocídio durante grande parte do século XX, os estudos de Lélia Gonzalez sobre racismo e sexismo na sociedade brasileira, ou, mais recentemente, as discussões de Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Luiza Bairos, Vilma Reis e Edson Cardoso, são antecedentes importantes quase que completamente ignorados tanto pelo positivismo hegemônico quanto pela criminologia crítica. O pensamento negro seguiu trafegando fora da pista, seguiu pelo acostamento, pois não encontrou espaço nem na faixa da direita e nem na faixa esquerda”. FREITAS, Felipe da Silva. Novas perguntas para a criminologia crítica brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. p. 492.

<sup>252</sup> “Esse movimento nasce em resposta à discriminação racial sofrida por quatro garotos do time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê, bem como para denunciar a prisão e a morte de Robison Silveira da Luz, acusado de roubar frutas numa feira. É a partir desses dois fatos que representantes de várias entidades negras convocam homens e mulheres negros a reagir à violência racial à qual eram submetidos. Em resposta a esse chamado, em 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, tem-se o ato histórico de sua fundação”. CALAZANS, Márcia Esteves de; DUARTE, Evandro Piza; PRANDO, Camila; CAPPI, Ricardo. Criminologia crítica e questão racial. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, 2016. p. 454.

pela reparação aos familiares de vítimas do Estado (execuções sumárias e extrajudiciais) e dos esquadrões da morte, milícias e grupos de extermínio”.<sup>253</sup>

A falta de engajamento das produções deste campo dito crítico com as denúncias e propostas dos movimentos negros evidencia que, mesmo já havendo trabalhos que demonstram ser o racismo de elementar importância para a compreensão da lógica de funcionamento dos órgãos dos sistemas penais e da violência por eles perpetrada este fenômeno não tem sido integrado aos debates equivalentemente à sua importância pelas pesquisas do pensamento criminológico crítico e abolicionista brasileiro. Nesse sentido, anunciam Calazans *et al*:

O surgimento da crítica criminológica no Brasil se organizou em torno da perspectiva de uma ciência militante e comprometida com o fim da violência punitiva, institucional e estrutural. A despeito dessa marca discursiva, a produção hegemônica acadêmica pouco ou nada fez para produzir um diálogo contemporâneo da produção criminológica com os movimentos negros, que ganharam ainda mais força com o Movimento Negro Unificado. No campo teórico, a narrativa também hegemônica da Criminologia Crítica sobre a questão racial teve sua “imaginação sociológica sobre o tema” limitada pelas interpretações dominantes da sociologia marxista de Florestan Fernandes. Os negros foram contados como corpo-tema, como aqueles que foram abandonados à própria sorte e que, por motivos sociais, estavam incapacitados de participar da vida pública das cidades. Raça passou a ser uma variável da seletividade, tornada objeto de vulnerabilidade criminalizadora. Assim, o racismo e as relações raciais não foram tema da Criminologia Crítica hegemônica.<sup>254</sup>

De igual forma, já denunciava anteriormente Ana Flauzina:

(...) entendemos que uma criminologia que não dê conta de nossas relações raciais não está minimamente municiada para compreender o sistema penal. O que vimos assinalando, entretanto, não se confunde com as análises corriqueiras que dispõem da categoria raça, apenas como meio de indicar as práticas discriminatórias do sistema. Desde uma abordagem diferenciada, o que está sendo pautado é a necessidade de se trabalhar teoricamente os dados do racismo que se avolumam em torno do aparato penal. O esforço está, portanto, em sistematizá-los enquanto prática, em dar coerência à sua materialização, em enxergar o projeto que os torna factíveis.<sup>255</sup>

Estas provocações têm exposto que a estruturação hegemônica dos saberes criminológicos críticos, que se fundamenta na crítica marxista, prioriza a classe em detrimento da raça (e do gênero) na explicação dos processos de criminalização. Ao desconsiderar os impactos do racismo na reprodução das desigualdades e marginalidades, transmuta-se a questão racial em questão social, fato bem explicado por Flauzina: “dentro dos

<sup>253</sup> Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta. Disponível em: < <https://reajanasruas.blogspot.com/p/quem-somos.html>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

<sup>254</sup> CALAZANS, Márcia Esteves de; DUARTE, Evandro Piza; PRANDO, Camila; CAPPI, Ricardo. Criminologia crítica e questão racial. p. 454-455.

<sup>255</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: sistema penal e o projeto político do Estado brasileiro**. p. 135.



limites estabelecidos pela democracia racial, a categoria classe exerce a função de homogeneizar as distorções que as diferenças raciais exercem na definição da pobreza”.<sup>256</sup> Da mesma forma aponta Leonardo Ortegá, ao dizer que o fato de os negros serem mais assassinados no Brasil, para parte hegemônica da criminologia crítica, seria quase como revelador de um acaso, de uma mera coincidência, de um efeito colateral inocente, enfim, de importância analítica secundária:

O fato é que, para a criminologia crítica, fundamentada em uma perspectiva analítica considerada marxista, a questão racial, suas desigualdades e o próprio racismo, parecem agir como elementos secundários nos processos de criminalização e violência dos sujeitos. Um componente que ‘co-incide’ nestes processos, mas que não possui a centralidade que a desigualdade de classes possui.<sup>257</sup>

A omissão da discussão racial sinaliza para as permanências da colonialidade do saber, discutida no primeiro capítulo, nos saberes criminológicos. A Criminologia crítica, ao não discutir os efeitos do colonialismo, acaba incorrendo em análises eurocentradas das experiências punitivas no Brasil. Essa crítica é feita por Duarte, Queiroz e Costa ao apontarem a negligência das narrativas críticas sobre a história do controle social sobre os impactos do colonialismo. Segundo os autores, as contribuições do pensamento decolonial se mostram como essenciais ao campo, haja vista que os países que nasceram do colonialismo, sob os signos da escravidão e do genocídio, tiveram a gênese dos seus sistemas penais vinculada à racialização. Sugerem a não separação destas duas categorias (raça e punição): “raça e punição se encontram numa simbiose em que a racialização é produzida pelo sistema penal e o sistema penal não pode operar uma renúncia à racialização”,<sup>258</sup> isto é, a raça não é algo externo ao sistema penal, sobre a qual ele incide, mas ele participa da engrenagem que a constitui:

(...) numa perspectiva mais ampla (compreensiva), a racialização apresenta um modo de ser de um grupo de sistema penais ocidentais, ou seja, indica a forma como sistemas penais foram historicamente concebidos como “reguladores” e constituidores das “diferenças raciais”. Esse segundo sentido, capaz de subverter um pouco as relações entre raça e sistema penal, é o quebra-cabeça que poderia ser desmontado a partir de pesquisas que considerassem a hipótese colonial. Neste caso, a racialização representa a consciência progressiva dos atores sociais dos vínculos genéticos da violência institucional com a violência racista. E, especialmente, indica

<sup>256</sup> FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. p. 102.

<sup>257</sup> ORTEGAL, Leonardo. Raça, Criminologia e sociologia da violência: contribuições a um debate necessário. **Caderno do CEAS**, Salvador, n. 238, 2016. p. 528.

<sup>258</sup> DUARTE, Evandro Piza; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa; COSTA, Pedro Argolo. A hipótese colonial, um diálogo com Michel Foucault: a modernidade e o Atlântico negro no centro do debate sobre racismo e sistema penal. **Universitas Jus**, v. 27, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/view/4196/3266>>. Acesso em: 20 jan. 2021. p. 26, 27.

o modo como o sistema penal comporia as engrenagens de um modelo social que produz e reproduz a raça. O sistema penal não apenas incide sobre a raça como algo que lhe é externo, mas integra um conjunto de fenômenos vinculados à Modernidade em que raça e sistema penal se constituem, ou ainda, de fenômenos dispostos num contínuo de construção social.<sup>259</sup>

Ou seja, segundo os autores, a construção negativa da raça negra não poderia ter existido sem o sistema penal, bem como não se pode compreender o sistema penal sem a construção das relações raciais. Isso porque as sociedades ocidentais constituíram (assim como reconstituíram) a identidade negativa das raças através da punição: “a ideia e a prática da ‘raça’ (no sentido do racismo) dependeu sempre da segregação espacial proporcionada por sistemas punitivos”.<sup>260</sup> Ou seja, no momento em que determinados grupos humanos (negros e indígenas) foram tachados como inferiores, pela colonização europeia, eles foram automaticamente incluídos numa comunidade de vítimas reais ou potenciais da violência dos sistemas punitivos.<sup>261</sup>

Mas, pergunta-se: por que a crítica não avança neste sentido? Freitas diz que o que está em jogo é a existência de uma relação entre este ocultamento com a manutenção de posições de poder e de hierarquias neste campo. Para ele, “trata-se de considerar como as posições (raciais, de classe e de gênero) dos(as) pesquisadores(as) têm influenciado para que a categoria raça ou gênero sigam ausentes das escolhas teóricas e metodológicas da criminologia crítica”.<sup>262</sup>

Thula Pires aponta que os silêncios criminológicos são mantidos pela existência de um *pacto narcísico* – expressão cunhada por Maria Aparecida Bento – pela academia, pois composta em sua maioria de intelectuais homens brancos, heterocisnormativos e proprietários. Tal pacto seria uma espécie de “acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais do Brasil”<sup>263</sup> que, ao se manter intacto pelos intelectuais brancos da criminologia, revela-se apto a perpetuar, desta forma, os privilégios da branquitude.

<sup>259</sup> DUARTE, Evandro Piza; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa; COSTA, Pedro Argolo. A hipótese colonial, um diálogo com Michel Foucault. p. 22.

<sup>260</sup> DUARTE, Evandro Piza; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa; COSTA, Pedro Argolo. A hipótese colonial, um diálogo com Michel Foucault. p. 26.

<sup>261</sup> DUARTE, Evandro Piza; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa; COSTA, Pedro Argolo. A hipótese colonial, um diálogo com Michel Foucault. p. 26.

<sup>262</sup> FREITAS, Felipe da Silva. Novas perguntas para a criminologia crítica brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. p. 494-495.

<sup>263</sup> BENTO, Maria Aparecida apud PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Criminologia crítica e pacto narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em português. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 135, ano 25, set. 201. p. 542-543.

Os estudos críticos sobre branquitude foram aptos a denunciar que “o sistema de desvantagens sistêmicas que afetam negra(o)s, tem na sua contra-face o modelo de privilégios e vantagens históricas usufruídos por branca(o)s”.<sup>264</sup> Segundo Pires, o silêncio sobre as relações raciais perpetrado pela criminologia é creditado ao não rompimento do *pacto narcísico* da branquitude na exata medida em que se evita colocar os privilégios brancos à mesa pelo receio de perdê-los, guardando-se o intuito de perpetuá-los silenciosamente, já que os ônus impostos aos negros pelo sistema penal só podem ser enfrentados quando desnudados os efeitos dos bônus dedicados aos brancos pelo mesmo sistema.<sup>265</sup> A liberdade negra depende da constrição dos privilégios brancos. Nas palavras de Pires:

Falar em racismo ou nos seus efeitos sem se comprometer na análise é um dos sintomas do *pacto narcísico*. De acordo com Cida Bento há um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte essencial na permanência das tensões raciais no Brasil. A referência ao passado colonial-escravista é feita em termos que isentam o branco desse legado. É como se ele só tivesse produzido pobreza, desumanidade e violência para negros, mulheres, indígenas, lésbicas, gays, transvertigêneros, não cristãos, não proprietários, pessoas com deficiências, mas qual foi o resultado para os homens brancos, heteros, cristãos, proprietários e sem deficiência? Evitar focalizar no branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio e tem um forte componente narcísico de autopreservação. O racismo e, por consequência, a seletividade racial do sistema penal não é um problema de negros, é um problema da hierarquização racista, sexista, classista, cristã e heteronormativa que por aqui se estruturou, e para que a sua enunciação não reproduza a lógica do inimigo tão contundentemente rebatida pela criminologia crítica, é preciso que nesses termos que enuncie.<sup>266</sup>

A branquitude se manifesta no modo como são organizados os espaços de poder, a exemplo daqueles de produção de conhecimento (até os reconhecidos como críticos e progressistas), que, através do racismo institucional, silenciam vozes, sujeitos e movimentos culturais e políticos. Deve-se questionar, assim, como os criminológicos críticos e abolicionistas vivenciam e reproduzem o racismo em suas práticas discursivas e institucionais.<sup>267</sup> A respeito do abolicionismo penal, cujas matrizes teóricas estão na Europa, opina Aline Passos:

Das traduções de Christie e Hulsman, nos anos 1990, aos primeiros seminários, cursos, palestras e livros brasileiros sobre abolicionismo penal, já na passagem para os anos 2000, é possível fazer algumas constatações. (...) A primeira é que este foi um debate marcado pela branquitude. Não apenas as pessoas que estavam ocupando aqueles espaços na academia e no mercado editorial eram majoritariamente brancas,

<sup>264</sup> PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Criminologia crítica e pacto narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em pretuguês. p. 549.

<sup>265</sup> PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Criminologia crítica e pacto narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em pretuguês. p. 543.

<sup>266</sup> PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Criminologia crítica e pacto narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em pretuguês. p. 549-550.

<sup>267</sup> DUARTE, Evandro Piza. Editorial: direito penal, criminologia e racismo. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 135, ano 25, set. 2017. p. 32.

mas também suas abordagens e apontamentos eram expressões dos incômodos, angústias e experiências brancas, assim como suas referências bibliográficas. É curioso observar isso porque, quando falamos de justiça criminal, estamos falando de um sistema cujo fundamento, a inteligibilidade e a finalidade são racistas. É racismo de Estado por excelência, com muito pouco disfarce. No entanto, o abolicionismo penal enquanto movimento acadêmico, para ficar em uma das definições de Louk Hulsman, emergiu como um campo de debates e formulações entre pessoas brancas no Brasil. E não é como se pessoas negras e os movimentos sociais antirracistas não existissem na mesma época, com críticas contundentes e fulminantes ao aparato penal. Mas como todo debate mobilizado, principalmente, a partir de operadores do direito, sobretudo ali na passagem entre os anos 1990 e 2000, o abolicionismo penal se constituiu como mais um espaço de hegemonia branca.<sup>268</sup>

A incorporação das narrativas de autoras e autores negros no processo de produção deste conhecimento, historicamente ignoradas, cumpriria um papel fundamental numa transformação epistemológica consubstanciada na formulação de criminologias e perspectivas abolicionistas insurgentes e disruptivas, narrativas do acostamento.<sup>269</sup>

Acredita-se, neste trabalho, que o pensar abolicionista penal no Brasil (e para o Brasil) deve insistir na importância central da justiça criminal para a continuidade dos trabalhos há muito iniciados do colonialismo, da hegemonia branca e do genocídio negro. Tais realidades devem ser encaixadas como argumentos-chave para defender e reivindicar a abolição do sistema penal. Desde esse ponto de vista, estes são debates que não escapam das teorizações abolicionistas da intelectual negra Angela Davis, referência internacional do movimento negro feminista, que, apesar de estadunidense, têm muito a contribuir conosco.

Por dentro dos silenciamentos do racismo institucional, Angela Davis se apresenta como uma intelectual negra excluída dos espaços acadêmicos da branquitude (e da masculinidade). Ao realizarem pesquisa empírica dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos nos programas de pós-graduação do Brasil, Priscilla Bartolomeu e Victor Romfeld concluem que a obra de Davis não é levada em consideração na produção acadêmica abolicionista brasileira. Os autores apontam que, apesar de sua relevância política e teórica, bem como da sua presença como teorizadora e militante pela abolição das prisões desde a segunda metade do século XX, o uso da autora pelos estudos abolicionistas no país é esporádico, não sendo colocada como marco teórico principal e nem tendo sua teoria estudada em profundidade.<sup>270</sup>

<sup>268</sup> PASSOS, ALINE. O abolicionismo penal brasileiro e o desembarque da branquitude. **Revista Cult**, São Paulo, 15 dez. 2020. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/o-abolicionismo-penal-brasileiro-e-o-desembarque-da-branquitude/>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

<sup>269</sup> FREITAS, Felipe da Silva. Novas perguntas para criminologia crítica brasileira poder, racismo e direito no centro da roda. p. 496.

<sup>270</sup> BARTOLOMEU, Priscilla Conti; ROMFELD, Victor Sugamoto. A ausência de Angela Davis nas pesquisas acadêmicas abolicionistas. In: VIANA, Ana Cristina Aguiar et al. (org.). **Pesquisa, gênero e diversidade: memórias do III encontro de pesquisa por/de/sobre mulheres**. Curitiba: Íthala, 2020. p. 290.

O silenciamento das produções abolicionistas de Angela Davis é uma grande perda epistemológica e política aos estudos abolicionistas do Brasil, pois, dentre outras razões, esta intelectual e militante pensou de forma estrutural a implicação do racismo nos sistemas penais. Pensamos que sua abordagem pode agregar em muito o pensamento abolicionista brasileiro. Por este motivo, abordaremos, a partir de agora, o abolicionismo antirracista de Angela Davis.

## 4.2 O ABOLICIONISMO PENAL DE ANGELA DAVIS

### 4.2.1 Breve apresentação de Angela Davis: vida e obra

Angela Yvonne Davis é um símbolo de resistência e da luta contra as opressões. Enquanto mulher negra, ativista feminista, antirracista e antiprisional, que sofreu na pele a experiência do cárcere, apresentar uma parte de sua experiência de vida, mesmo que breve, é essencial para compreender a relevância teórica e política de sua obra.

Uma das características mais marcantes de Angela Davis é a maneira como ela aliou, durante toda a sua vida, sua produção acadêmica com sua militância político-social. Sua autobiografia, intitulada *Angela Davis: uma autobiografia*, publicada em 1974, é uma autobiografia política, pois não foca em sua história de vida pessoal, enquanto uma “heroína individual”, mas explora sua luta coletiva e a maneira pela qual ela fora moldada pelos movimentos e campanhas em comunidades de luta.<sup>271</sup> É com este tom que ela dedica a sua autobiografia para “aquelas pessoas cuja humanidade é valiosa demais para ser destruída por muros, grades e corredores da morte. E, principalmente, para aquelas pessoas que lutarão até que o racismo e a injustiça de classe sejam para sempre banidos de nossa história”.<sup>272</sup>

Além de sua autobiografia, Davis publicou também outros diversos livros que transformaram os estudos raciais e de gênero, assim como os estudos críticos do sistema penal. Contam com tradução no Brasil os seguintes: *Mulheres, raça e classe*, de 1981, *Mulheres, cultura e política*, de 1989, *Estarão as prisões obsoletas?*, de 2003, *A Democracia da Abolição*, de 2005 e *A liberdade é uma luta constante*, de 2016.

Em toda a sua obra, se destaca a perspectiva da interseccionalidade: Davis se atenta às maneiras em que o gênero, a raça e a classe se entrelaçam e se entrecruzam gerando formas

<sup>271</sup> DAVIS, Angela. **A democracia da abolição:** para além do império, das prisões e da tortura. Tradução de: Artur Neves Teixeira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009. p. 22.

<sup>272</sup> DAVIS, Angela. **Uma autobiografia.** Tradução de Heici Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

combinadas de opressão, atuando conjuntamente e aprofundando a objetificação dos indivíduos. Com tais ideias, foi expoente do feminismo negro e interseccional, e é defensora do feminismo abolicionista. Assim, sua produção intelectual e militância denunciam a violência estatal histórica contra a população negra e contra as mulheres. Por tudo isso, se evidencia em suas obras uma perspectiva revolucionária anticapitalista, antirracista e antissexista, que almeja uma transformação radical da realidade.

Todo o seu trabalho acadêmico e político foi profundamente impactado pela sua própria experiência de encarceramento. Em 1969, Angela Davis foi alvo de uma perseguição política que a destituiu de seu cargo de professora assistente no Departamento de Filosofia da Universidade da Califórnia (UCLA), em razão da sua filiação ao Partido Comunista (PC) dos Estados Unidos. Nesta época, Davis era uma das líderes do movimento para libertação dos *Soledad Brothers*, um trio de afro-americanos que foram presos por razões claramente racistas. Em 07 de agosto de 1970, Jonathan Jackson (irmão mais novo de George Jackson, um dos *Soledad Brothers*) utilizou a arma que pertencia a Angela Davis para realizar um sequestro em uma audiência de julgamento no tribunal de San Rafael, na Califórnia, que culminou na morte do próprio Jonathan, de dois presos e do juiz. Quando a polícia descobriu que a arma estava registrada no nome de Davis, ela foi acusada de sequestro, homicídio e conspiração. Sob essas falsas acusações, foi incluída na lista dos Dez Mais Procurados pelo FBI e classificada publicamente como uma terrorista, se tornando, assim, alvo de uma intensa busca policial. O seu julgamento, em junho de 1972, um dos mais famosos da história dos Estados Unidos, a absolveu de todas as acusações. Angela Davis credits como o fator determinante de sua absolvição a enorme campanha internacional que advocou pela sua liberdade, intitulada “*Free Angela and All Political Prisoners*” (Libertem Angela e Todos os Presos Políticos).<sup>273</sup>

Segundo ela própria, em suas palavras: “meu aprisionamento teve um impacto crucial na maneira com que, posteriormente, comecei a pensar no papel desempenhado pelas prisões na reprodução do racismo e da repressão política”.<sup>274</sup> Davis ajudou a fundar a *Critical Resistance* (Resistência Crítica), uma organização estadunidense dedicada a desmantelar o complexo industrial-prisional. Sua trajetória mostra, portanto, sua relevância para o movimento abolicionista penal. Atualmente, Angela continua a escrever, palestrar e suscitar

<sup>273</sup> MENDIETA, Eduardo. De la prisión de la esclavitud a la esclavitud de la prisión: el abolicionismo de Angela Y. Davis. In: DAVIS, Angela. **Democracia de la abolición: prisiones, racismo y violencia**. Madrid: Trotta, 2016. p. 11-13.

<sup>274</sup> DAVIS, Angela. **A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura**. p. 123.

debates a respeito da abolição das prisões, bem como a abolição de todas as formas de opressão que fazem a persistência da prisão possível.

#### 4.2.2 “Da prisão da escravidão à escravidão da prisão”: aproximações do contexto estadunidense com o brasileiro

Angela Davis, ao longo de toda a sua obra a respeito das prisões, toca em um tema fundamental: as maneiras pelas quais a escravidão, mesmo após abolida, continua a existir no sistema de justiça criminal contemporâneo. Busca teorizar, assim, em que medida a prisão e a escravidão compartilham características estruturais importantes. A partir deste esforço em acentuar as ligações e os paralelos entre a prisão e a escravidão, Davis direciona sua denúncia ao caráter racializado da instituição da prisão: enfatiza, em sua análise, a prisão enquanto instituição profundamente conectada com a manutenção do racismo.<sup>275</sup> Em decorrência do tipo de análise que este trabalho se propõe a fazer, tal aspecto é de fundamental importância.

Os Estados Unidos, país de origem de Davis e aquele sobre o qual ela dedica seus estudos, guarda uma semelhança com o Brasil: o seu passado escravagista. Por isto, abordaremos neste tópico, através do trabalho de Davis, a herança da escravidão nos Estados Unidos, tocando nos pontos que esta se assemelha ao contexto brasileiro para, assim, podermos pensar a nossa experiência.

Em um primeiro momento, Angela Davis argumenta que a pena de morte, ainda vigente nos Estados Unidos, é o mais claro legado da escravidão naquele país. Para ela, isso explica o fato desta pena ainda não ter sido abolida nos Estados Unidos, bem como o fato de que ela é cominada desproporcionalmente aos réus negros quando em comparação com os brancos. Sua relação com a escravidão torna-se clara quando Davis argumenta que o regime escravagista serviu como um receptáculo para aquelas formas de punição consideradas violentas demais para serem infligidas aos cidadãos brancos:

O que é interessante é que a escravidão é uma instituição. No final do século XVIII e por todo o século XIX, por exemplo, tornou-se um receptáculo para todas aquelas formas de punição que, com o desenvolvimento da democracia, passaram a ser consideradas bárbaras. Então, em vez de abolirem a pena de morte por completo, ofereceram-lhe refúgio na lei escrava. Isso significou que, no fim, os brancos eram libertos da ameaça da morte pela maioria dos crimes; o homicídio continuava a ser o crime usual que levava à execução de um branco. Os escravos negros, por outro lado, eram sujeitos à pena de morte em alguns Estados por pelo menos setenta crimes diferentes. Pode-se dizer que a instituição da escravidão serviu como um receptáculo para aquelas formas de punição consideradas demasiado não civilizadas para serem impostas aos cidadãos brancos dentro da sociedade democrática. Com a

<sup>275</sup> DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. p. 40.

abolição da escravidão, essa forma de castigo claramente racializada tornou-se desracializada, persistindo até hoje à guisa de justiça cega à cor. A pena capital continua a ser infligida desproporcionalmente aos negros, mas, quando uma pessoa negra é sentenciada à morte, ele/ela aparece para a autoridade do Direito como um sujeito jurídico abstrato, como um indivíduo cheio de direitos, não como membro de uma comunidade sujeita a condições que o/a tornam um candidato perfeito à repressão legal. Assim, o racismo se torna invisível e irreconhecível. Sob esse aspecto, o réu é “igual” a seu símile branco, que, portanto, não é inteiramente imune ao racismo escondido da lei.<sup>276</sup>

A abolição legal da escravidão nos Estados Unidos se deu com a Décima Terceira Emenda à Constituição, em 1865. Entretanto, tinha-se uma exceção crucial, pois na redação da emenda constava: “nem a escravidão nem a servidão involuntária, *exceto como punição por crime do qual a parte tenha sido devidamente condenada*, deve existir nos Estados Unidos ou em qualquer lugar sujeito à sua jurisdição”.<sup>277</sup> Assim, se um sujeito fosse criminalizado, poder-se-ia impor a sua escravização como pena. Nestes termos, aponta Angela Davis: “ex-escravos, que tinham acabado de ser libertados de uma condição de trabalho forçado perpétuo, podiam ser legalmente condenados à servidão penal”.<sup>278</sup>

Com efeito, após a abolição, os estados estadunidenses aprovaram uma série de leis que objetivaram regular o comportamento e condutas cotidianas de pessoas negras, agora livres, de modo similar à escravidão: “os novos Códigos Negros proibiam uma série de ações – como vadiagem, ausência no emprego, quebra de contrato de trabalho, porte de arma de fogo e gestos ou atos ofensivos – que eram criminalizadas apenas quando a pessoa acusada era negra”.<sup>279</sup> Política semelhante de controle de negros livres também fora adotada pelo Brasil, como exposto no primeiro capítulo.<sup>280</sup>

Um instituto específico dos Estados Unidos foi o chamado “sistema de arrendamento de condenados”. A partir dele, os estados do Sul estabeleceram um sistema de justiça criminal que lucrava com a criminalização negra: negros livres que fossem encarcerados pelo Estado por certas condutas poderiam ser “arrendados” à proprietários de terras mediante pagamento

<sup>276</sup> DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. p. 43-44.

<sup>277</sup> Tradução livre de: ““Neither slavery nor involuntary servitude, except as a punishment for crime whereof the party shall have been duly convicted, shall exist within the United States, or any place subject to their jurisdiction””.

<sup>278</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2018. p. 30.

<sup>279</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 30.

<sup>280</sup> A respeito da criminalização da vadiagem – relevante para nós, pois igualmente criminalizada em nosso país – Angela Davis expõe: “Os Códigos Negros do Mississippi, por exemplo, declaravam como vadio ‘qualquer um que fosse culpado de roubo, tivesse fugido [de um emprego, aparentemente], estivesse bêbado, tivesse conduta ou proferisse discurso imoral, tivesse negligenciado o trabalho ou a família, tivesse usado dinheiro de maneira negligente e (...) todas as outras pessoas indolentes e desordeiras’”. Dessa forma, a vadiagem era codificada como um crime de negros, punível com encarceramento ou trabalho forçado, às vezes nas mesmas *plantations* que antes exploravam o trabalho escravo”. DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 30-31.



de quantias muito baixas, com objetivo de explorarem o seu trabalho. Segundo Davis, em muitos aspectos, este sistema era pior do que a escravidão, pois, devido ao fato dos condenados não constituírem propriedade daqueles que os arrendavam, e sim do Estado, reinava uma mentalidade de “morreu um, arrume outro”.<sup>281</sup> Assim, como aponta Eduardo Mendieta na introdução do livro de Davis *A Democracia da Abolição*, “com a abolição da escravidão, os negros deixaram de ser escravos, mas imediatamente se tornaram criminosos – e, como criminosos, tornaram-se escravos do Estado”.<sup>282</sup>

Os efeitos deste sistema arrendamento de condenados é exposto por Davis, que revela que antes da abolição, 99% dos detentos nas penitenciárias do estado do Alabama eram brancos; após as novas legislações e práticas, em um curto período de tempo, a maioria tornou-se negra.<sup>283</sup>

Passa-se, assim, a se ter uma grande integralização de pessoas negras aos sistemas penais do Sul, sendo esta prática racializada de punição, para Davis, nada mais era do que a continuação da escravidão: “a locação de mão de obra prisional foi um esforço totalitarista para controlar a mão de obra negra na era pós-Emancipação, tendo servido apenas como um *lembrete simbólico* aos negros de que a escravidão não havia sido totalmente abolida”.<sup>284</sup> W.E.B Du Bois, pensador político afro-americano cujo trabalho inspirou Davis, argumenta:

Este sistema penitenciário [o sistema de locação de mão de obra prisional] começou a caracterizar todo o Sul. Na Georgia, com a explosão da Guerra de Secessão, havia cerca de 200 réus brancos confinados em Milledgeville. Não havia condenados negros, já que, sob a doutrina da escravidão, os negros eram punidos nas fazendas. Os condenados brancos eram libertados para lutar no exercito confederado. Todo o sistema criminal veio a ser utilizado como método para manter os negros no trabalho e intimidá-los. Por conseguinte, teve início uma demanda de cadeias e penitenciárias além da exigência natural, devido ao aumento da criminalidade.<sup>285</sup>

Ainda, sobre as leis do Sul que transformavam negros livres em criminosos, transformando-os novamente em escravizados, aponta Du Bois que:

Em nenhuma parte do mundo moderno tem havido um tráfico tão aberto e consciente no crime para a degradação social deliberada e o lucro particular como no Sul, desde a escravidão. O negro não é antissocial. Ele não é nenhum criminoso nato. Crimes brutais, esforços externos para conseguir a liberdade ou represálias internas por crueldade eram raros no Sul escravocrata. Desde 1876, os negros são

<sup>281</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 30, 33-34.

<sup>282</sup> MENDIETA, Eduardo. Introdução. In: DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. p. 13-14.

<sup>283</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 31.

<sup>284</sup> MENDIETA, Eduardo. Introdução. In: DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. p. 11-12.

<sup>285</sup> DU BOIS, W.E.B apud MENDIETA, Eduardo. Introdução. In: DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. p. 11.

encarcerados pelos motivos mais fúteis e recebem sentenças longas ou multas pelas quais eles são compelidos a trabalhar como se fossem novamente escravos ou criados contratados. A consequente escravidão econômica de criminosos se estendeu para todos os Estados do Sul e levou às situações mais revoltantes.<sup>286</sup>

Mesmo com o fim do sistema de arrendamento de condenados, as prisões não abandonaram o seu caráter racializado. De fato, Davis demonstra os paralelos entre o sistema de arrendamento de condenados do século XIX e o surgimento do complexo industrial-prisional na era do capitalismo globalizado do século XXI:

A persistência da prisão como a principal forma de punição, com suas dimensões racistas e sexistas, criou essa continuidade histórica entre o sistema de arrendamento de prisioneiros do século XIX e início do século XX e o atual negócio de privatização das prisões. Apesar de o sistema de arrendamento de condenados ter sido legalmente abolido, suas estruturas de exploração ressurgiram nos padrões da privatização e, de maneira mais geral, na ampla corporativização da punição que produziu o complexo industrial-prisional.<sup>287</sup>

A denúncia que Davis realiza ao complexo industrial-prisional é um dos aspectos mais presentes em suas teorizações abolicionistas. Aqui, Davis está se referindo ao enorme lucro que as prisões proporcionam às empresas privadas, sendo este complexo “uma série de relações que ligam corporações, governo, comunidades correcionais e mídia”.<sup>288</sup> Estas relações fornecem as bases das explicações do elevado número de instituições penitenciárias que passaram a ser construídas nos Estados Unidos a partir do final do século passado, bem como o crescimento das populações carcerárias, a partir do fenômeno do encarceramento em massa.

Para entender estas ideias, Davis aponta o fato de que a expansão do sistema carcerário não é consequência direta do aumento do crime. Ela enfatiza que, para se ter debates sérios e críticos sobre a viabilidade da prisão hoje, é necessário desfazer a relação causal e natural que ela aparentemente teria com o crime:

A relação que normalmente se pressupõe no discurso popular e acadêmico é que o crime gera castigo. O que tenho tentado fazer — junto a vários outros intelectuais, ativistas e acadêmicos — é encorajar as pessoas a aventar a possibilidade de que o castigo pode ser consequência de outras forças, e não uma consequência inevitável da execução do crime. O que não significa dizer que os detentos não tenham cometido aquilo que chamamos de “crimes”; eu não argumento isso de maneira alguma. Independentemente de quem cometeu ou não cometeu um crime, a punição, em síntese, pode ser vista mais como consequência da vigilância racial. O aumento da punição é mais comumente resultante de um aumento na vigilância. As

<sup>286</sup> DU BOIS, W.E.B apud MENDIETA, Eduardo. Introdução. In: DAVIS, Angela. **A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura**. p. 13.

<sup>287</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 39-40.

<sup>288</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 91.

comunidades que são objeto de vigilância policial têm muito mais chances de fornecer indivíduos para a indústria da punição<sup>289</sup>.

Assim, em verdade, a noção de complexo industrial-prisional mostra que os processos de punição devem ser entendidos não através da conduta criminal individual, mas sim levando em conta estruturas e ideologias econômicas e políticas. Assim, o fato de corporações transnacionais contarem com as prisões como fonte de lucro nos auxilia a entender a rapidez com que as populações carcerárias começaram a se proliferar justamente em um momento de queda das taxas de criminalidade nos Estados Unidos.<sup>290</sup>

Este conceito dá luz, assim, ao fato de que a punição não constitui mais uma área marginal da grande economia, mas, ao contrário, há uma grande variedade de empresas que ganham dinheiro com o negócio da punição, como as que administram as prisões privadas e as que comercializam às instituições penitenciárias todos os tipos de bens e de serviços (indo das construtoras de edifícios e desenvolvedoras de dispositivos eletrônicos às fabricantes de produtos de higiene, as que preparam refeições e as prestadoras de assistência médica).<sup>291</sup>

A ascensão do complexo industrial-prisional, que se dá a partir da década de 1980, momento de crescente globalização do capitalismo, está associada à queda do Estado de bem-estar social e às tendências de privatização que também transformaram a disponibilidade dos serviços de saúde, educação, habitação, assistência e outras áreas da vida. Falta de moradia, desemprego, vício em drogas e ausência de educação são alguns dos problemas sociais gerados por estes processos que desaparecem da vista pública quando as pessoas que sofrem com eles são colocadas nas prisões, como bem aponta Davis:

a prisão é a solução punitiva para uma gama completa de problemas sociais que não estão sendo tratados pelas instituições sociais que deveriam ajudar as pessoas na conquista de uma vida mais satisfatória. Esta é a lógica do que tem sido chamado de farra de aprisionamento: em vez de construir moradias, jogam os sem-teto na cadeia. Em vez de desenvolverem o sistema educacional, jogam os analfabetos na cadeia. Jogam na prisão os desempregados decorrentes da desindustrialização, da globalização do capital e do dismantelamento do welfare state. Livre-se de todos eles. Remova essas populações dispensáveis da sociedade. Seguindo essa lógica, as prisões tornam-se uma maneira de dar sumiço nas pessoas com a falsa esperança de dar sumiço nos problemas sociais latentes que elas representam.<sup>292</sup>

Angela Davis nos mostra, portanto, que há um grande interesse privado ao redor da prisão. O complexo industrial-prisional é um fenômeno que se globaliza em decorrência do poder hegemônico que os EUA exercem sobre o resto do mundo. Por meio dele, grandes

<sup>289</sup> DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. p. 47.

<sup>290</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 92-93.

<sup>291</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 96.

<sup>292</sup> DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. p. 47-48.

corporações, agentes do governo, comunidades correcionais e conglomerados de mídia desenvolvem interesses na perpetuação de um sistema prisional que, ao ser vantajoso para eles, em contrapartida “gera sofrimento e devastação nas comunidades pobres e racialmente dominadas nos Estados Unidos e em todo o mundo”.<sup>293</sup> Neste contexto de uma economia movida pela busca incessante do lucro, não importa qual seja o custo humano, a luta pelo reconhecimento da obsolescência histórica do sistema prisional se torna muito mais desafiadora.

Nestes termos, essa miríade de relações que se colocam ao redor das prisões depende de estruturas racistas e continuam a promovê-las,<sup>294</sup> pois são os corpos racializados aqueles que servem predominantemente como alimento para esta indústria. Citado por Davis, Steven Donziger, se baseando no trabalho de Nils Christie, argumenta que “no campo de justiça criminal, a matéria-prima são os prisioneiros, e a indústria fará o que for necessário para garantir um abastecimento constante”.<sup>295</sup> Se este é o contexto, não há fim do racismo sem o fim das prisões.

Por ser assim, Angela Davis reivindica a sua abolição. Ela se opõe fortemente às propostas que se baseiam exclusivamente na reforma do sistema penal, isto é, aquelas que enfatizam a promoção de mudanças que produzam um sistema carcerário *melhor* ou *mais humano*. Para ela, isso reproduz a ideia de que não há alternativas às prisões, e acaba por as entrincheirar cada vez mais em nosso tecido social.<sup>296</sup> Por sua vez, ela não nega que os milhões de pessoas encarceradas ao redor do mundo precisem de melhorias urgentes que se atentem às suas necessidades e façam com que a vida dentro do cárcere se torne mais digna, mas aponta que não se deve parar por aí, e o desafio está justamente nesta linha tênue de, ao mesmo tempo em que se reivindique melhorias ao cárcere, destinem as estratégias para o seu fim:

A oposição radical ao complexo industrial-prisional global vê o movimento antiprisional como um meio vital para expandir o terreno no qual a busca pela democracia possa se desdobrar. Esse movimento é, portanto, antirracista, anticapitalista, antissexista e anti-homofóbico. Ele exige a abolição da prisão como a forma dominante de punição, mas ao mesmo tempo reconhece a necessidade de solidariedade genuína para com milhões de homens, mulheres e crianças que estão atrás das grades. Um dos grandes desafios desse movimento é levar adiante um trabalho que crie ambientes mais humanos e habitáveis para as pessoas na prisão sem reforçar a permanência do sistema prisional. Como, então, alcançar o equilíbrio entre estar atento de maneira fervorosa às necessidades dos prisioneiros – exigindo condições menos violentas, o fim do abuso sexual estatal, melhores cuidados

<sup>293</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 95.

<sup>294</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 93.

<sup>295</sup> DONZIGER, Steven apud DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 101.

<sup>296</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 21-22.

médicos e mentais, mais acesso a programas de tratamento para o vício em drogas, melhores oportunidades de trabalho educativo, sindicalização da mão de obra penitenciária, maior conexão com as famílias e comunidades, penas mais curtas ou alternativas – e, ao mesmo tempo, defender alternativas às penas de encarceramento como um todo, o fim da construção de prisões e estratégias abolicionistas que questionam o lugar da prisão em nosso futuro?<sup>297</sup>

No próximo capítulo, abordaremos as linhas centrais da proposta abolicionista penal de Angela Davis.

#### 4.2.3 A democracia da abolição: aspectos centrais da teoria abolicionista de Angela Davis

A teoria abolicionista de Angela Davis apregoa a superação de todas as estruturas de poder existentes em determinada sociedade. Se compreendemos as prisões como um fenômeno social que têm ligação direta com o atual contexto social, econômico e político, a sua abolição não é possível sem o desmonte do capitalismo, do racismo e do sexismo.

Desta forma, na obra de Angela Davis, encontramos uma análise da forma em que a raça, o gênero e a classe se entrelaçam e se entrecruzam, em uma complexa intersecção, colocando certos corpos em situações de maior vulnerabilidade social, tornando-os mais suscetíveis a serem punidos, além de os tornarem alvos de certos tipos de punições específicas.

Assim, Davis pontua a centralidade que a categoria gênero possui para se ter uma correta compreensão do sistema penal, bem como sua importância na luta pela sua abolição, apontando como o gênero estrutura este sistema. Para ela, estudiosos e ativistas envolvidos em projetos antiprisionais não devem desconsiderar a relação entre gênero e punição, tendo em vista que aspectos importantes de como a punição opera são perdidos de vista quando se presume que as mulheres, por serem minoria entre os encarcerados, são marginais, isto é, não merecedoras de atenção.<sup>298</sup>

Conversando com essas ideias de Davis de sobre como o gênero estrutura o sistema prisional, Eduardo Mendieta, ao apontar que as prisões são “dispositivos para a produção de gênero”, diz que “a prisão é o lugar onde a tecnologia política dos corpos é mais explicitamente produtora de gênero e raça. É também onde a produção simultânea de gênero e raça aparece em suas formas mais violentas”.<sup>299</sup> Apesar de as mulheres constituírem minoria

<sup>297</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 111-112.

<sup>298</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 70.

<sup>299</sup> Tradução livre de “La prisión es el lugar donde la tecnología política de los cuerpos es más explícitamente productora del género y la raza. Es también donde la simultánea producción del género y la raza aparecen en sus formas más violentas.” MENDIETA, Eduardo. De la prisión de la esclavitud a la esclavitud de la prisión: el

entre os encarcerados, as últimas décadas têm sido marcadas por significativos aumentos nas taxas de encarceramento feminino tanto nos EUA como no Brasil, e a maioria dessas mulheres são negras.

Ao particularizar a experiência do gênero na prisão, Davis aponta que um homem preso é aceito com mais naturalidade do que uma mulher presa. Isso se deve ao fato que, historicamente, os homens delinquentes eram tidos simplesmente como criminosos, ao passo que as mulheres delinquentes eram tidas como anormais e insanas.<sup>300</sup> O que explica esse mito é a construção social dos papéis de gênero, nos quais as mulheres são ligadas às características de docilidade, submissão, obediência, entre outras. Este aspecto ideológico se refletiu na crença perpetrada durante muito tempo de que a prisão feminina deveria se constituir em espaços destinados à assimilação, por parte das mulheres aprisionadas, de “comportamentos femininos adequados”, especialmente no que tange à vida doméstica. Dentro deste contexto, Davis nos mostra uma das facetas das intersecções entre raça, gênero e classe: enquanto este treinamento se destinava a produzir esposas e mães melhores, isso só ocorria dentre as mulheres brancas de classe média, pois dentre as mulheres negras e pobres, ele acabava por conduzi-las aos serviços domésticos, fazendo estas se tornarem, depois de sua libertação, em empregadas, cozinheiras e lavadeiras de mulheres mais ricas.<sup>301</sup>

O fato de a mulher negra ser a categoria da mulher mais encarcerada também explica, na visão de Davis, a hiperssexualização que é associada às mulheres “criminosas”, bem como os estupros e abusos sexuais rotineiros nas prisões. Isso porque a figura da mulher negra é historicamente associada à promiscuidade e ao erotismo, e Davis aponta que os estupros dos senhores contra as escravizadas no contexto da escravidão podem ser lidos como uma espécie de punição imposta a elas, pelo simples fato de serem escravizadas.<sup>302</sup> Esta devassidão enxergada no corpo negro feminino contribuiu para institucionalizar o abuso sexual na prisão como algo rotineiro e generalizado, algo que acaba por ampliar a violência que os sujeitos racializados e marcados com gênero sofrem no contexto da sociedade em geral. Além disso, a revista íntima é, na opinião de Davis, claramente um abuso sexual legalizado, estando o Estado, assim, diretamente implicado nessa rotineirização do abuso sexual, usando-o como forma de controle dessas mulheres.<sup>303</sup>

---

abolicionismo de Angela Y. Davis. In: DAVIS, Angela. **Democracia de la abolición: prisiones, racismo y violencia**. p. 20.

<sup>300</sup> DAVIS. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 71-72.

<sup>301</sup> DAVIS. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 69, 76.

<sup>302</sup> DAVIS. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 73.

<sup>303</sup> DAVIS. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 86, 88

Angela Davis nos diz que a compreensão da violenta sexualização da vida prisional feminina é um elemento importante para aprofundar a crítica radical ao sistema penal, críticas que postulam a sua abolição. Isso porque “a demanda por abolir a prisão como forma dominante de punição não pode ignorar que a instituição da prisão armazenou ideias e práticas que, espera-se, se aproximam da obsolescência na sociedade em geral, mas que retêm toda a sua horrenda vitalidade por trás dos muros da prisão”.<sup>304</sup> Nesses termos, a prisão é o local em que as assimetrias raciais, de gênero e de classe – e de maneira mais complexa, a sua intersecção – são expostas de maneira mais translúcida e onde adquirem suas mais terríveis consequências, além de, por sua vez, reforçarem as condições que as reproduzem.

Assim, para Angela Davis, o abolicionismo penal deve estar vinculado às lutas antissextistas, antirracistas, anticapitalistas, anticolonialistas, enfim, às lutas pelo fim de todo e qualquer tipo de opressão. O abolicionismo penal de Angela Davis é efetivamente radical, pois busca as raízes mais profundas das violências e das opressões estruturais. O seu projeto de abolição das prisões não busca tão somente o desmantelamento isolado das instalações que chamamos de presídios e cadeias. Com efeito, a noção apresentada por Davis de complexo industrial-prisional justamente demonstra o grau em que as prisões estão profundamente estruturadas por condições sociopolíticas e econômicas – por isso, o seu projeto de abolição propõe o desmantelamento desta miríade de condições estruturais em que o racismo, a dominação masculina e econômica continuam a serem firmados, e que, por sua vez, sustentam a permanência da prisão.<sup>305</sup> Em suas palavras:

Se insistimos que as alternativas abolicionistas perturbam essas relações, que se esforçam para desvincular crime e punição, raça e punição, classe e punição, gênero e punição, então nosso foco não pode se restringir apenas ao sistema prisional como uma instituição isolada, mas deve se voltar também para todas as relações sociais que sustentam a permanência da prisão.<sup>306</sup>

Por ser assim, o abolicionismo penal de Angela Davis propõe que a sociedade precisa ser radicalmente transformada. Eis uma reflexão dela na obra *A Democracia da Abolição*:

Embora eu não faça mais parte do Partido Comunista, ainda me considero comunista. Se eu não acreditasse na possibilidade de, um dia, derrotar o capitalismo e num futuro socialista, eu não teria inspiração para dar continuidade ao meu trabalho político. Assim como se admite o triunfo do capitalismo logo depois do colapso das nações socialistas, o capitalismo também revela continuamente sua inabilidade de crescer e de se desenvolver sem expandir e aprofundar a exploração humana. Deve haver um sistema alternativo ao capitalismo. Hoje, a tendência a presumir que a única versão de democracia disponível para nós é a democracia

<sup>304</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 89.

<sup>305</sup> DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. p. 85-86.

<sup>306</sup> DAVIS. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 121.

capitalista propõe um desafio. Temos que ser capazes de desenredar as nossas noções de capitalismo e de democracia, a fim de adotar modelos verdadeiramente igualitários e democráticos. O comunismo – ou o socialismo – ainda pode nos ajudar a criar novas versões da democracia.<sup>307</sup>

É nesse sentido que a autora teoriza que “um dos requisitos fundamentais para a revitalização da democracia é a abolição mais do que urgente do sistema prisional”.<sup>308</sup> Devido ao fato de o sistema penal estar engendrado em bases coloniais que tem no racismo, no sexismo e na exploração econômica a sua sustentação, a abolição das prisões se torna condição *sine qua non* para a concretização do que Davis, ao resgatar os termos de W.E.B Du Bois, chama de “democracia da abolição”. Este conceito chama atenção para o fato de que a abolição da escravidão e de suas heranças continua sendo incompleta e permanece inacabada e, por isso, o tipo de democracia que temos hoje é uma democracia racial e racializada, e que devemos imaginar uma nova democracia, a democracia da abolição:<sup>309</sup> uma democracia orientada por princípios abolicionistas.

Com base nessas ideias, Davis articula um projeto abolicionista que é composto de dois movimentos: em primeiro lugar, “um processo negativo de demolição”, isto é, de abolição do complexo industrial-prisional e dos vestígios e heranças da escravidão contidos nele e que têm sido renovados pelo sistema prisional; e em segundo lugar, um processo de construção e criação de novas instituições alternativas e radicalmente democráticas que atendam os conflitos sociais que empurram as pessoas ao cárcere.<sup>310</sup>

O abolicionismo de Davis pensa na emergência de uma democracia que renuncia suas origens racistas, uma democracia que rejeita o conjunto das estruturas sociais, políticas e econômicas que levaram ao surgimento e à consolidação do sistema penal, uma democracia na qual “os problemas sociais que possibilitaram o surgimento do complexo industrial-prisional serão, se não completamente solucionados, pelo menos confrontados e reconhecidos”.<sup>311</sup> Neste processo, Davis enfatiza a importância da imaginação: ela enxerga o abolicionismo como “um projeto que envolve reimaginar as instituições, ideias e estratégias, e criar novas instituições, ideias e estratégias que tornarão os presídios obsoletos”.<sup>312</sup>

Este processo emancipatório é fundamental para um abolicionismo penal. A ideia da democracia da abolição é sintetizada por Davis nos seguintes termos:

<sup>307</sup> DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. p. 27-28.

<sup>308</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 41.

<sup>309</sup> MENDIETA, Eduardo. De la prisión de la esclavitud a la esclavitud de la prisión: el abolicionismo de Angela Y. Davis. In: DAVIS, Angela. **Democracia de la abolição**: prisiones, racismo y violencia. p. 10, 22.

<sup>310</sup> DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. p. 86-87.

<sup>311</sup> DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. p. 55.

<sup>312</sup> DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. p. 89.



Du Bois sustentou que a abolição da escravidão foi consumada apenas no sentido negativo. A fim de alcançar a abolição *abrangente* da escravidão – após a instituição ter se tornado ilegal e os negros se libertarem de suas correntes – novas instituições deveriam ser criadas para incorporar os negros dentro da ordem social. (...) Ao pensarmos especificamente na abolição das prisões usando a abordagem da democracia da abolição, iríamos sugerir a criação de uma série de instituições sociais que começariam a resolver os problemas sociais que colocam as pessoas na trilha da prisão, ajudando, assim, a tornar os presídios obsoletos. Existe uma conexão direta com a escravidão: quando a escravidão foi abolida, os negros foram libertos, mas lhes faltava acesso a recursos materiais que lhes possibilitariam moldar vidas novas, livres. As prisões prosperaram no último século precisamente por conta da falta dessas estruturas e pela permanência de algumas estruturas da escravidão. Elas não podem, portanto, ser eliminadas, a não ser que novas instituições e recursos estejam disponíveis para essas comunidades, que fornecem, em grande parte, os seres humanos que compõem a população carcerária.<sup>313</sup>

Em um plano mais propositivo e construtivo no caminho rumo à abolição das prisões, Angela Davis propõe algumas alternativas abolicionistas. Em um primeiro lugar, coloca o desencarceramento como estratégia tática e sugere:

um *continuum* de alternativas ao encarceramento – a desmilitarização das escolas, a revitalização da educação em todos os níveis, um sistema de saúde que ofereça atendimento físico e mental gratuito para todos e um sistema de justiça baseado na reparação e na reconciliação em vez da punição e na retaliação.<sup>314</sup>

Na sua ideia de desencarceramento enquanto estratégia abolicionista, a descriminalização das drogas assume posição importante em decorrência do papel que a guerra às drogas desempenha no encarceramento e genocídio da juventude negra. Para Davis, as propostas de descriminalização das drogas devem vir em conjunto com o desenvolvimento de uma série de programas comunitários e gratuitos acessíveis a todos aqueles que queiram tratar suas dependências de drogas. Além disso, diz que um desafio para os abolicionistas deve ser a busca por outros comportamentos que possam ser descriminalizados.<sup>315</sup>

Davis também destaca a crescente literatura sobre meios alternativos de se fazer justiça e de se resolver conflitos, as quais se baseiam em estratégias de reparação e conciliação ao invés de retaliação e retribuição, como a justiça restaurativa.<sup>316</sup> Angela, também, aponta que as prisões não deveriam ser substituídas por uma nova alternativa única e acabada para a resolução dos conflitos: e o desafio está justamente em imaginar uma série de

<sup>313</sup> DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. p. 112-114.

<sup>314</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 116.

<sup>315</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 117, 119.

<sup>316</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 123.

outras,<sup>317</sup> resistindo diante de respostas fáceis e resoluções prontas, por meio de teoria e prática criativas e experimentais.

Um dos maiores desafios ao abolicionismo, segundo Davis, é convencer as pessoas que um mundo sem prisões é concebível. A grande dificuldade de se imaginar alternativas ao atual sistema penal reside na naturalização do cárcere no imaginário social: as prisões geralmente são consideradas como um elemento inevitável, permanente e insubstituível de nossas vidas sociais, ao ponto que é extremamente difícil fazer exercícios de pensar a vida sem elas.<sup>318</sup> Ao mesmo tempo, as pessoas em geral têm medo de pensar sobre a realidade que se passa dentro do cárcere, muito porque a prisão se mostra – para aqueles que não as tem como ameaça constante em suas vidas – como um destino que, desde o início, é reservado a outros, a *outros racializados*.<sup>319</sup> Eduardo Mendieta, na introdução da obra de Davis *A Democracia da Abolição*, faz as seguintes observações:

Na opinião de Davis, o contrato social se refere à realidade sociopolítica-econômica-cultural na qual é mais vantajoso se branco do que uma pessoa de cor, pois todas as normas são *de facto* normas brancas. Dentro do contrato racial, a punição social é aceita por ser aplicada principalmente aos negros. Assim, toleramos uma sociedade altamente punitiva, pois sua punição é executada *neles*, e não em *nós*. Para Davis, o complexo industrial-prisional também contribui para a dominação das minorias raciais ao domesticar a imaginação cívica dos norte-americanos brancos.<sup>320</sup>

Esse é o papel desempenhado pela ideologia punitiva no seio social: ao naturalizar o cárcere em nossas vidas e, ao mesmo tempo, o considerar como o local abstrato onde os indesejáveis são depositados, “ela nos livra da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global”.<sup>321</sup>

Por todo o exposto, Angela Davis realiza análises que contêm percepções e esclarecimentos indispensáveis para uma compreensão efetiva do modo de atuação do sistema penal no Brasil. As pesquisas acadêmicas abolicionistas brasileiras, por se limitarem a estudar os autores abolicionistas europeus, acabam por tangenciar a categoria de raça em suas análises. Isso se explica já que tal categoria não é analisada em toda a sua complexidade pelos referidos autores, tendo em vista que sua formação histórica difere bastante da nossa, bem como os modos de atuação de seus sistemas penais se mostram substancialmente menos

<sup>317</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 117.

<sup>318</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 9-10.

<sup>319</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 16.

<sup>320</sup> MEDIETA, Eduardo. Introdução. In: DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. p. 16.

<sup>321</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. p. 16-17.

repressivos do que os latino-americanos, pois, como se demonstrou neste trabalho, a lógica destes últimos é genocida e subterrânea. Sem levar em conta toda a carga que as ideologias anti-negras e o ódio racial histórico despejou no modo de agir dos nossos sistemas penais, qualquer análise que se faça sobre ele acaba por conter lacunas. Nesses termos, a compreensão das relações simbióticas entre sistema penal e racismo possuem um elevado potencial para engendrar análises mais substantivas na busca pelo que deveria ser um abolicionismo penal para o Brasil. Angela Davis, inclusive, faz esta chamada em seu texto *Racialized Punishment and Prison Abolition*, ao dizer que “uma campanha abolicionista efetiva terá que abordar diretamente o papel da raça no processo de criminalização”<sup>322</sup>. Para ela, o abolicionismo deve formular seriamente estratégias que visem a procura de modos de dismantelar o sistema penal enquanto instituição que atualmente possui o papel de preservar as estruturas existentes do racismo e também enquanto instituição que acaba por complexificar, ainda mais, este fenômeno.

Por tudo isso, Angela Davis tem muito a nos ensinar na imaginação de um mundo sem a prisão. Ela lembra que o abolicionismo penal pode parecer idealista e utópico justamente porque a prisão e as ideologias que a apoiam estão bastante enraizadas em nosso mundo contemporâneo. Comunica-nos, assim, que temos que ser capazes de nos descolar das certezas que temos sobre as coisas e nos engajar em uma longa jornada de lutas coletivas pela justiça social e que rumem à liberdade (de todos), isto é, lutas contra todas as formas de violência e subjugação que retiram a humanidade de tantas pessoas.<sup>323</sup> Angela nos lembra disso na conferência do Seminário Internacional “Democracia em colapso?” que realizou em 2019 em São Paulo, ao citar uma frase da ativista Preta Ferreira, liderança do Movimento Sem Teto do Centro – MSTC, após Preta retomar sua liberdade de uma prisão injusta que a incriminou em 2019 pelo simples fato dela estar lutando por direitos: “o que esse processo me ensinou como pessoa, como mulher negra, como militante e como pessoa pobre, é que eu não posso parar. Me ensinou que eu devo continuar. (...) Não se trata somente [do movimento] ‘libertem a Preta’, é ‘libertem as pretas’”. Angela aponta a relevância dessa frase, uma vez que “todo mundo deveria reconhecer que dizer ‘libertem as mulheres negras’ é dizer ‘nós queremos a

---

<sup>322</sup> Tradução livre de: “a effective abolitionist campaign will have to directly adress the role of race in the criminalization processes”. DAVIS, Angela. *Racialized Punishment and Prison Abolition*. In: LOTT, Tommy L.; PITTMAN, John P. **A Companion to African-American Philosophy**. Blackwell Companions to Philosophy, 1988.

<sup>323</sup> DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Tradução de: Heici Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

liberdade para *todos*, para todas as pessoas””.<sup>324</sup> Afinal, para Angela Davis, como o título de uma de suas obras bem elucida, *a liberdade é uma luta constante*.

---

<sup>324</sup> DAVIS, Angela. A liberdade é uma luta constante [LEGENDADO]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7Lff8ScaF1Y&t=1330s>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metáfora para o “corpo negro caído no chão” está estampada nos dados oficiais, nas notícias de todo o dia, nos programas policiais midiáticos, nos discursos e campanhas eleitorais e na mentalidade de grande parte da sociedade civil.

Para a compreensão desta realidade, resgatamos a formação social brasileira, observando que a colonização ibérica e o regime escravista empreenderam, através das mais diversas formas de violência e de genocídio, o padrão de relacionamento que o Estado travaria com o corpo negro que vigoraria até os dias atuais. O tratamento do projeto moderno colonial foi o da desumanização, da objetificação, da infantilização e da escravização, heranças que permanecem no mundo contemporâneo, em formas atualizadas de violência física e simbólica.

O sistema penal foi uma faceta essencial do Estado para que esse tipo de relacionamento fosse posto em prática. A partir da observação dos diferentes sistemas penais ao longo da história do país, constatamos um padrão de atuação instituído na sociedade colonial que nunca fora rompido. Em verdade, o relacionamento entre o corpo negro e o sistema penal não poderia ser diferente no Brasil. Isso porque, com a criminologia crítica foi possível perceber como o sistema penal em uma sociedade hierarquizada e desigual como a capitalista, desde a criminalização primária a partir de leis penais, até a aplicação dessas leis pelas polícias e pelo Judiciário, age com o objetivo de manter o *status quo* e as desigualdades existentes. No caso brasileiro, o *status quo* é de uma ordem de assimetrias raciais, em que a classe trabalhadora mais precarizada é profundamente racializada. Os etiquetados como criminosos são, assim, os jovens, negros, pobres, moradores da periferia, de baixíssima escolaridade.

Por toda essa crítica apta a deslegitimá-lo, o sistema penal só merece ser pensado a partir de seu fim. O abolicionismo penal propõe a busca por outras formas de se lidar com os conflitos em sociedade que não pelo sistema punitivo estatal, pois este tem na prisão a resposta exclusiva em face de práticas tão diversas tais quais são os conflitos sociais.

Se sabemos ser a justiça penal o instrumento que mais contribui ao genocídio negro, à quais denúncias deve ser direcionado o discurso abolicionista? Se sabemos ser a mão armada do Estado o instrumento de incontáveis tragédias negras, ao longo da história, o que deve ser centralizado nas discussões abolicionistas? Se dentro das penitenciárias, em frente aos seus portões, nas fichas de identificação, nas filas de visita, nos lutos das mães que

choram as mortes de seus filhos assassinados pela polícia, uma tonalidade específica de pele é mais facilmente percebida, com quem deve conversar o abolicionismo?

Esta pesquisa tentou responder estas questões demonstrando que, no Brasil, não há como haver um abolicionismo penal que não seja antirracista. Um projeto abolicionista para a realidade brasileira deve ser pensado a partir do problema racial, problema este tão entranhado em nossa realidade. Em outras palavras, o abolicionismo penal no Brasil deve colocar o fim do racismo na vanguarda de suas lutas, isto é, ele somente pode ser projetado a partir da destruição do racismo estrutural de nossa sociedade, o qual serviu como ideologia a fornecer as tecnologias punitivas essenciais para à conformação e à modelação do nosso sistema punitivo estatal atual. Isso porque o racismo não é o efeito acidental das práticas punitivas, mas o próprio objetivo perseguido por este sistema.

Por se acreditar ser assim, este trabalho defende que, na primeira fila de argumentos à abolição, bem como nas primeiras preocupações dos autores abolicionistas, tem de estar a violência massificada, sistemática, histórica e cotidiana que o sistema penal vem perpetrando contra a população negra brasileira. Defende-se que o abolicionismo brasileiro deve enxergar os impactos reais do sistema penal sobre a vida e sobre os corpos que sofrem a maior parte desta violência. A vida das pessoas negras circula historicamente ao redor da ameaça da punição pela mão armada do Estado: o sistema penal faz com que este segmento seja sistematicamente assassinado; que jovens negros no começo de suas vidas sejam retirados dos espaços sociais de convivência pelo seu isolamento nas instituições penitenciárias, perdendo, por isso, oportunidades e experiências de vida; que pais de família sejam retirados do convívio familiar, deixando muitas mulheres negras cuidando sozinhas de seus filhos; que muitas crianças negras cresçam sem a presença de seu pai, porque encarcerado pelo Estado; enfim, há um ciclo infundável de violências perpetradas pelo sistema penal que desarticula este segmento, retira a sua força enquanto grupo e pré-determina os seus lugares sociais.

Assim, a demanda pelo fim das prisões em nossa sociedade é, antes de mais nada, questão de sobrevivência e existência plena para a população negra brasileira. De fato, a resistência e luta pela liberdade e humanidade da população negra advém desde o seu deslocamento forçado pelas rotas do Atlântico – e continua firme através dos movimentos negros. Nesses termos, o abolicionismo penal somente é concretizável com o cumprimento efetivo da abolição da escravidão que fora prometida, e que nunca de fato se concretizou. A retomada do processo abolicionista do século XIX é premissa básica para um abolicionismo penal brasileiro, sob o risco de se conseguir, finalmente, abolir o sistema penal, mas dotando

as novas formas de se resolver conflitos que não a punitiva de uma nova discursividade e legitimante que seriam aptas a manter incólume as assimetrias raciais.<sup>325</sup>

A tomada de posição desta pesquisa se justifica na medida em que, como apontado no trabalho, pesquisadoras e pesquisadores do campo criminológico crítico, em sua maioria negras(os), vêm criticando que o campo de estudos críticos ao sistema penal, em sua fatia hegemônica, ainda não incorporou em suas análises o fenômeno do racismo em toda sua complexidade e radicalidade, pois a raça é colocada, em muitos estudos, como uma categoria subsidiária das ideias de seletividade ou de vulnerabilidade à criminalização. A disputa, assim, é por repactuar os termos do debate: torna-se necessário que a academia branca, masculina e heterossexual quebre com o seu pacto narcísico, se confrontando com os seus privilégios advindos da branquitude, os quais são entraves para atingir a plena igualdade racial.

É nesse contexto que abolicionismo no Brasil precisa colorir suas referências, que são, na sua quase homogeneidade, brancas, europeias, masculinas e etilizadas. É importante que sejam incorporados nos marcos teóricos das pesquisas abolicionistas autoras e autores negros que discutem as relações raciais no Brasil. Assim, defende-se que o abolicionismo penal deve racializar o seu debate, caminhando de mãos dadas com a luta por respeito travada todos os dias por negras e negros no Brasil. Isso pois, as escritas de negras e de negros possuem o potencial político de trazer às palavras ditas suas urgências de vida, na medida em que, como elucida Conceição Evaristo:

E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que pode se evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere “as normas cultas” da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada. **A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa grande” e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.**<sup>326</sup> (Grifos nossos)

Por isso a relevância de Angela Davis. Mulher, negra, ativista, que sentiu na pele a violência racista do Estado que a encarcerou. Que tem se engajado durante toda a sua vida em lutas sociais contra a opressão do racismo, do machismo e do sistema carcerário. Que defende um projeto abolicionista penal que desmantele as estruturas em que as opressões de

<sup>325</sup> GÓES, Luciano. Abolicionismo penal? Mas qual abolicionismo, “cara pálida”? **Revista InSURgência**, Brasília, v. 3, n. 2, 2017. p. 97, 104 e 118.

<sup>326</sup> CONCEIÇÃO, Evaristo. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 21.

raça, gênero e classe continuam a se firmar, e que tornam a prisão uma prática possível. O dismantelamento das estruturas opressoras em sua integralidade é a condição primordial para se alcançar modelos radicalmente democráticos e igualitários. Ao enxergar o encarceramento como *continuum* da escravidão, o abolicionismo de Angela Davis é, para nós, de uma relevância ímpar, e o silenciamento de suas produções é um grave déficit epistemológico e político aos estudos abolicionistas do Brasil.



## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra de. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. **Revista História Social**, Campinas, n. 19, p. 91-108, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/317/273>>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. Tradução de: Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ALMEIDA, Silvo. **Racismo estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- ANIYAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da libertação**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2021.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do Direito Penal**. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- BARTOLOMEU, Priscilla Conti; ROMFELD, Victor Sugamoto. A ausência de Angela Davis nas pesquisas acadêmicas abolicionistas. In: VIANA, Ana Cristina Aguilár et al. (org.). **Pesquisa, gênero e diversidade: memórias do III encontro de pesquisa por/de/sobre mulheres**. Curitiba: Íthala, 2020, p. 273-294.
- BATISTA, Nilo. **Novas tendências do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- BATISTA, Vera Malaguti. **Diffíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

\_\_\_\_\_. **Introdução crítica à criminologia brasileira.** Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BECKER, Howard. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. Tradução de: Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BEZERRA, Thays Alves. **Autos de resistência e violência policial:** estratégias utilizadas para negar a violência institucional no registro das mortes dos acusados na guerra contra as drogas em duas capitais brasileiras. 99 f. Monografia de graduação (Bacharelado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Infopen – julho de 2017. Brasília: Ministério da Justiça, 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

CALAZANS, Márcia Esteves de; DUARTE, Evandro Piza; PRANDO, Camila; CAPPI, Ricardo. Criminologia crítica e questão racial. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 238, p. 450-463, 2016.

CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia.** 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CHRISTIE, Nils. **Uma razoável quantidade de crime.** Tradução de: André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

CONCEIÇÃO, Evaristo. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). **Representações performáticas brasileiras:** teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007, p. 16-21.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. Dados. Carcerópolis, 2018. Disponível em: <<https://carceropolis.org.br/dados/>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

DAVIS, Angela. **A democracia da abolição:** para além do império, das prisões e da tortura. Tradução de: Artur Neves Teixeira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

\_\_\_\_\_. A liberdade é uma luta constante [LEGENDADO]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7Lff8ScaF1Y&t=1330s>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **A liberdade é uma luta constante.** Tradução de: Heici Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_. **Uma autobiografia.** Tradução de Heici Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

\_\_\_\_\_. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2018.

\_\_\_\_\_. Racialized Punishment and Prison Abolition. In: LOTT, Tommy L.; PITTMAN, John P. **A Companion to African-American Philosophy**. Blackwell Companions to Philosophy, 1988.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A Criminologia Radical**. 3. ed. Curitiba: ICPC/ Lumen Juris, 2008.

DUARTE, Evandro Charles Piza. **Criminologia e racismo: uma introdução ao processo de recepção das teorias criminológicas no Brasil**. 1998. 416f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 1998. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/77655/139612.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Editorial: direito penal, criminologia e racismo. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 135, ano 25, p. 17-48, set. 2017.

DUARTE, Evandro Piza; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa; COSTA, Pedro Argolo. A hipótese colonial, um diálogo com Michel Foucault: a modernidade e o Atlântico negro no centro do debate sobre racismo e sistema penal. **Universitas Jus**, v. 27, n. 2, p. 500-526, 2016. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/view/4196/3266>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”).** 5 ed. São Paulo: Globo, 2008, vol. 1.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2006. 146f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2006. Disponível em: <[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5117/1/2006\\_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5117/1/2006_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FREITAS, Felipe da Silva. A naturalização da violência racial: escravidão e hiperencarceramento no Brasil. **Revista Perseu: história, memória e política**, n. 17, ano 12, p. 38-59, 2019.

\_\_\_\_\_. Novas perguntas para a criminologia crítica brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. **Caderno do CEAS**, Salvador, n. 238, p. 488-499, 2016

GÓES, Luciano. **A “tradução” do paradigma etiológico de criminologia no Brasil: um diálogo entre Cesare Lombroso e Nina Rodrigues da perspectiva centro-margem**. 2015.

242f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 2015.

\_\_\_\_\_. Abolicionismo penal? Mas qual abolicionismo, “cara pálida”? **Revista InSURgência**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 94-124, 2017.

\_\_\_\_\_. Entre a abolição e o abolicionismo penal: insurgência marginal crítica por uma sociologia do sistema de controle racial brasileiro. In: GÓES, Luciano (org.). **130 anos de (des)ilusão: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018. p. 313-340.

\_\_\_\_\_. O realismo marginal racial brasileiro. **Nuestrapraxis. Revista de Investigación Interdisciplinaria y Crítica Jurídica**, n. 2, p. 38-55, jan./jun. 2018.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tania Regina Oliveira (org.). **Problemas de gênero**. Coleção Ensaios Brasileiros Contemporâneos. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

\_\_\_\_\_. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GORDON, Lewis R. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, mar. 2008. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/rccs/697>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

GUILHERME, Vera; NORONHA DE ÁVILA., Gustavo. **Abolicionismos Penais**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017

GUIMARÃES, Jonhathan Razen Ferreira; QUEIROZ, Marcos. Frantz Fanon e criminologia crítica: pensar o Estado, o direito e a punição desde a colonialidade. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 135, p. 307-341, 2017.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernart de. **Penas perdidas: o sistema penal em questão**. Tradução de Maria Lúcia Karam. Rio de Janeiro: Luam, 1993.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jaqueline Bernat de. A aposta por uma teoria da abolição do sistema penal. **Revista Verve**, n. 8, p. 246-275, 2005.

IBGE. Síntese de indicadores sociais 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

IPEA. Atlas da violência de 2020. Rio de Janeiro: IPEA/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 21.

\_\_\_\_\_. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados do PNAD Contínua. Brasília, 2019. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td\\_2528.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td_2528.pdf)>. Acesso em: 05 jan. 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOERNER, Andrei. Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX. **Lua Nova**, São Paulo, n. 68, p. 205-242, 2006.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo Machado. Mulher, corpo e maternidade. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. In CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón. (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MATHIESEN, Thomas. A caminho do século XXI – abolição, um sonho impossível? In: PASSETTI, Edson; SILVA, Roberto B. Dias (org.). **Conversações abolicionistas**: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva. São Paulo: IBCCrim, 1997. p. 263-287.

MATTOSO, Katia M. de Queiróz. **Ser escravo no Brasil**. Tradução de James Amado. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MELICIO, Thiago B. L.; GERALDINI, Janaina R.; BICALHO, Pedro P. G. Biopoder e UPPs: alteridade na experiência do policiamento permanente em comunidades cariocas. **Fractal, Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 599-622, set./dez. 2012. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922012000300011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922012000300011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 12/12/2020.

MENDIETA, Eduardo. De la prisión de la esclavitud a la esclavitud de la prisión: el abolicionismo de Angela Y. Davis. In: DAVIS, Angela. **Democracia de la abolición**: prisiones, racismo y violencia. Madrid: Trotta, 2016. p. 09-22.

MIGNOLO, Walter D. La colonialidad – la cara oculta de la modernidad. In: MIGNOLO, Walter D. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad (org.). Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010. p. 39-49.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita, 1994.

\_\_\_\_\_. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Revista Afro-Ásia**, n. 14, p. 124-137, 1983.

\_\_\_\_\_. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1992.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora**, ano 3, n. 6 e 7, p. 41-49.

ORTEGAL, Leonardo. Raça, Criminologia e sociologia da violência: contribuições a um debate necessário. **Caderno do CEAS**, Salvador, n. 238, p. 527-542, 2016.

PASSETTI, Edson. A atualidade do abolicionismo penal. In: PASSETTI, Edson (org.). **Curso livre de abolicionismo penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan 2004. p. 13-33.

\_\_\_\_\_. Ensaio sobre *um* abolicionismo penal. **Revista Verve**, n. 9, p. 83-114, 2006.

PASSOS, ALINE. O abolicionismo penal brasileiro e o desembarque da branquitude. **Revista Cult**, São Paulo, 15 dez. 2020. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/o-abolicionismo-penal-brasileiro-e-o-desembarque-da-branquitude/>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas: a dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição. **XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH**: 50 anos, São Paulo, 2011.

QUIJANO, Aníbal. “Raza”, “etnia” y “nación” em Mariátegui: cuestiones abiertas. In: **Cuestiones y horizontes**: de la dependência histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 757-775.

\_\_\_\_\_. !Que tal raza!. **Revista Del CESLA**, n. 1, p. 192-200, 2000.

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-117.

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RODRIGUES, Jaime. Navio Negreiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa social, 2011.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Tradução de Gizlene Neder. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SCHEERER, Sebastian. Hacia el abolicionismo. In: HULSMAN, Louk et al. **Abolicionismo Penal**. Tradução mariano Alberto Ciafardini e Mirta Lilián Bondanza. Buenos Aires: Sociedad Anónima, 1989. p. 15-34.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Fabricio Pereira da; BALTAR, Paula; LOURENÇO, Beatriz. Colonialidade do saber, dependência epistêmica e os limites do conceito de democracia na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisa sobre as Américas**, v. 12, n. 01, p. 68-87.

SINHORETTO, Jacqueline et al. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. In: **Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais**. Coleção Pensando a Segurança Pública. Brasília: Ministério da Justiça, 2014, v. 5. p. 121-158.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

STREVA, Juliana Moreira. **Corpo, raça, poder: extermínio negro no Brasil**. Uma leitura crítica, decolonial e foucaultiana. Rio de Janeiro: Grupo Multifoco, 2018.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Criminologia crítica e pacto narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em português. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 135, ano 25, p. 541-562, set. 2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil**. Disponível em: <[https://www.mapadaviolencia.net.br/pdf2016/Mapa2016\\_armas\\_web.pdf](https://www.mapadaviolencia.net.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf)>. Acesso em: 11.01.2021.

ZACCONE, Orlando. **Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal**. Tradução de Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopes da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal brasileiro: Teoria geral do Direito Penal**. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011, v. 1.